



Raquel Wilson Tavares Montenegro

# **Influência dos *Mass media* no Medo do Terrorismo: Um estudo qualitativo**

Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre Elaborada sob Orientação da  
Professora Doutora Inês Maria Ermida de Sousa Guedes

Outubro de 2019

## Resumo

A presente investigação teve como objetivo aprofundar o conhecimento acerca do sentimento de insegurança em relação ao terrorismo e a influência dos *mass media* nesse sentimento. Para tal, foi feita uma análise da controversa definição do terrorismo, que historicamente não pode ser considerado como um fenómeno “novo” que assombra a modernidade tardia, mas que se tem alterado ao longo do tempo (Garrisson 2010).

Existe muita discussão na literatura científica sobre a definição do medo face ao terrorismo, pelo que este tema se mostra de relevância social e científica. Neste trabalho, através do recurso à metodologia qualitativa, foram ouvidos indivíduos selecionados de acordo com uma estratégia de amostragem por conveniência, o que resultou num total de vinte entrevistas. Foram estabelecidas dimensões que nortearam a construção do instrumento de recolha dos dados, e os resultados apontam especialmente para o impacto dos *mass media* nas perceções dos entrevistados quanto à insegurança em geral, e ao terrorismo em particular. Os resultados desta investigação revelam que as imagens utilizadas pelos media influenciam o sentimento de insegurança e os comportamentos de segurança adotados para se evitar a vitimação, seja pelo crime comum, seja pelo terrorismo.

Ressalta ainda dos resultados, a intrincada relação género-medo do crime, pois esta investigação revelou que para as mulheres o medo do crime é em concreto, o medo de virem a ser vítimas de uma violação, indo assim ao encontro da difundida teoria “*Shadow of the sexual assault*” (Ferraro, 1996).

**Palavras-chave:** *sentimento de insegurança; medo do crime; terrorismo; medo do terrorismo; mass media*

## Abstract

This research aimed to deepen the knowledge about the feeling of insecurity regarding terrorism and the influence of the mass media on this feeling. To this end, an analysis has been made of the controversial definition of terrorism, which historically cannot be regarded as a “new” phenomenon that haunts late modernity but has changed over time (Garrisson 2010). There is much discussion in the scientific literature about the definition of fear of terrorism, so this theme shows social and scientific relevance. In this work, using the qualitative methodology, individuals were selected according to a convenience sampling strategy, which resulted in a total of twenty interviews. Dimensions that guided the construction of the data collection instrument were established, and the results point especially to the impact of the *mass media* on respondents' perceptions of insecurity in general and terrorism, in particular. The results of this investigation reveal that the images used by the *media* influence the feeling of insecurity and security behaviors were adopted to avoid victimization, either by common crime or terrorism. It also highlights the intricate gender-fear of crime relationship, as this investigation revealed that for women the fear of crime is in concrete the fear of being victims of a sexual assault, thus meeting the widespread theory “*Shadow of the sexual assault*” (Ferraro, 1996).

**Keywords:** *feelings of insecurity; fear of crime; terrorism; fear of terrorism; mass media*

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, pretendo manifestar o meu agradecimento à minha Orientadora, à Professora Doutora Inês Guedes, que para além de ter feito um trabalho extraordinário como orientadora, desde logo pela disponibilidade, orientação, auxílio e partilha de conhecimentos, foi uma amiga que demonstrou sempre compreensão e carinho ao longo destes meses.

Em seguida, agradeço aos meus pais, pelo amor, amizade, conselhos e valores transmitidos ao longo da vida, mas sobretudo, pela compreensão e apoio que me deram ao longo destes anos de estudos. Sem eles, nada disto era possível. Obrigada por me terem dado asas para voar e permitirem que continue a sonhar.

Paralelamente, agradeço ao Afonso Ferreira e ao Pedro Freire, nunca se esqueçam que trago sempre comigo a nossa amizade de anos, apesar de estarmos cada um a viver a sua vida, nunca deixámos de ser a “Santa Trindade”.

Depois, agradeço às minhas meninas aveirenses, à Johanna Simões, à Mafalda Rodrigues, e em especial à Ana Malta por ser a minha companheira de todas as horas. Obrigada por serem as melhores parceiras que podia ter nesta aventura que é o ensino superior e por terem sempre um lugarzinho na biblioteca da UA para mim.

Deixo um agradecimento ao meu grupo “Paris”, sei que este ano não fui a melhor amiga para com vocês, mas obrigada por estarem presentes mesmo quando eu não estava, afinal de contas *“We'll always have Paris.”*

Manifesto também um agradecimento especial às minhas “Bangtanas”, sem o apoio destas meninas eu não teria conseguido terminar a dissertação, elas foram a minha maior força este ano. Obrigada por não me deixarem desistir, por me lembrarem todos os dias a amar-me a mim mesma e de que temos de ser nós próprios. Nós somos a prova de que a música une corações – *“find your name and find your voice by speaking yourself”*.

Não podia deixar de agradecer às meninas do CJS, obrigada por partilharem comigo o desespero que é redigir uma dissertação de mestrado, pelo apoio incondicional, por todos os almoços e cafés, mas sobretudo, por tornarem esta jornada muito mais divertida.

Deixo também um especial obrigada à Beatriz Ribeiro, à Inês Marques e ao Tiago Lobo dos Santos, que começaram por ser colegas de curso e que hoje chamo de amigos. Agradeço do fundo do meu coração todo o apoio e companheirismo, obrigada por todas as palavras amigas e mensagens de motivação.

Ainda, quero deixar um agradecimento às minhas colegas de trabalho, por me ensinarem o que é o verdadeiro espírito de equipa e por me permitirem crescer enquanto pessoa e profissional.

Por último, e não menos importante, deixo um obrigada a todos os voluntários que participaram neste estudo. Sem eles, não teria sido possível a realização da presente dissertação.

A todos, um sincero obrigada.

## Dedicatórias

*Dedico esta dissertação aos meus avós, em especial à minha avó Maria, que apesar de analfabeta, sempre me incutiu o gosto pelo estudo. Levo comigo para a vida, a luta e o desejo que a avó “quelita” demonstrava em querer saber mais, saber além.*

*Dedico também aos meus pais: a ti mãe, que fizeste de mim uma guerreira neste mundo, por nunca me deixares desistir dos meus sonhos, ensinares-me a lutar por aquilo que eu acredito e por me apoiares em tudo o que faço. Eu sei que sonhas os meus sonhos, que me queres ver feliz e realizada, a verdade é que esse sonho está cada vez mais perto de se tornar real. A ti pai, por teres uns dos melhores corações que conheço, orgulho-me de dizer que és uma inspiração para mim e quando for “grande” quero ser tão humilde e trabalhadora como tu.*

*Tenho um enorme orgulho em ser vossa filha.*

## **Lista de Siglas e Acrónimos**

**EUA** – Estados Unidos da América

**FBI** – Federal Bureau of Investigation

**NYT** – New York Times

**RASI** – Relatório Anual de Segurança Interna

**SI** – Sentimento de Insegurança

**SMS** – Short Message Service

**TV** – Televisão

**UA** – Universidade de Aveiro

## Índice

Resumo.....	ii
Abstract .....	iii
Agradecimentos .....	iv
Dedicatórias .....	vi
Lista de Siglas e Acrónimos.....	vii
Introdução .....	1
Parte I: Terrorismo - conceptualizações e tipologias Terrorismo .....	4
1. Dinâmica histórica do Terrorismo.....	4
2. Definição de Terrorismo .....	6
2.1. <i>A complexidade da definição de terrorismo</i> .....	6
2.2. <i>Definições de terrorismo pelos académicos</i> .....	9
3. Definição Legal .....	12
Parte II: O medo (do terrorismo).....	17
1. Sentimento de Insegurança: definição e dimensões .....	17
2. Modelos de explicação do medo do crime .....	21
2.1. <i>Tese da vulnerabilidade</i> .....	21
2.1.1. <i>Medo do crime e o género</i> .....	21
2.1.2. <i>Medo do crime e a idade</i> .....	22
2.1.3. <i>Medo do crime, escolaridade, posição social e etnia</i> .....	22
2.2. <i>Tese da vitimação</i> .....	23
3. Definição de Medo do Terrorismo .....	24
Parte III: <i>Mass media</i> e Medo do Terrorismo .....	28
1. Definição de <i>Mass media</i> .....	28
1.1. Modelos Teóricos: <i>o medo do crime e as suas teses explicativas</i> .....	29
2. Relação entre Terrorismo e os <i>Mass Media</i> : relação simbiótica ou relação instrumental .....	32



2.1. A instrumentalização do terrorismo pelos <i>Mass media</i> .....	35
Parte IV: Estudos existentes.....	37
Capítulo I – Metodologias.....	44
1. Amostra .....	44
2. Objetivos e Questões de Investigação .....	46
3. Caracterização do Estudo .....	47
4. Instrumento: Guião de entrevista semiestruturada .....	49
5. Procedimentos de Recolha e Análise de Dados .....	52
Capítulo II: Resultados.....	54
Capítulo III: Considerações finais.....	87
1. Discussão.....	87
2. Limitações do estudo e pistas para investigações futuras .....	94
3. Conclusão .....	96
Bibliografia .....	99
Legislação consultada .....	106
Anexos .....	107

## Introdução

A presente dissertação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto pretendeu explorar a relação entre os *mass media* e medo do terrorismo.

Destarte, o interesse pela temática estudada surgiu devido às unidades curriculares de Questões de Segurança I e II lecionadas no segundo e terceiro ano da licenciatura de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade de Porto. O ponto de partida, foi uma obra estudada em Questões de Segurança I, “A *violência*” de Roger Dadoun (1998). Foi na esteira desta obra, que dedica um capítulo ao terrorismo, que decidi escolher este tema, a partir do conceito de “*teleterrorismo*” defendido por este autor.

A história conta-nos que o terrorismo não é um fenómeno da atualidade, pelo contrário, surgiu lado a lado com alguns acontecimentos marcantes da história mundial, como o “*reino do terror*” de Maximilien Robespierre e Jacobin em França (Andress, 2012; Baczko, 1994; Rapport, 2015). Garrison (2010), conclui que terrorismo apesar de se ter moldado às transformações histórico-sociais, os métodos usados para perpetrar o terrorismo não sofreram qualquer mutação, o que mudou foram os objetivos, os alvos, as ferramentas de implementação e os perpetradores do mesmo (*idem*, 2010).

Portanto, vários académicos tentaram definir o terrorismo, contudo, não há um consenso na sua definição. Segundo, Matusitz (2013) a palavra terrorismo pode ser definida como o uso deliberado de violência, crime e ameaça; Também Cooper (2001) afirma que o terrorismo é a produção intencional de medo por seres humanos contra outros seres humanos, cujo objetivo é de assegurar ou manter o controlo sobre os últimos. Garrison (2010), reconhece que o terrorismo pode ser entendido como uma ferramenta que apresenta sete componentes-chave que nos ajudam a sistematizar e a compreender melhor alguns elementos constituintes do “terrorismo”, são eles: 1) intencional; 2) racional; 3) violento; 4) politicamente motivado; 5) provoca medo; 6) num alvo específico ou na sociedade; 7) com o intuito de mudar o comportamento dos mesmos.

Desta feita, os elementos que surgiram comuns a todas as definições, foi o uso deliberado de violência e o facto de ser um ato intencional provocador de medo e terror na sociedade geral.

A par das definições académicas surgiram também as definições legais de vários países, sendo que Portugal define terrorismo como um grupo, organização ou associação

terrorista que atuam acordadamente e que visam prejudicar a integridade e a independência nacionais previstas na Constituição da República Portuguesa<sup>1</sup>.

A definição de medo do terrorismo, também se mostrou não ter um consenso na comunidade científica, existindo várias definições, como a de Aly & Balnaves (2007), que afirmam que o medo é das emoções humanas mais intensas e que se manifesta de várias formas, isto é, o medo pode ser uma resposta racional à presença de um perigo real ou uma resposta irracional a um perigo imaginário e pode paralisar ou motivar os sujeitos. Aly & Green (2010), salientam que o medo do terrorismo não é isolado nem estritamente limitado ao medo dos terroristas *per se*, está sim mais associado a um estado de terror.

Em suma, segundo Breckenridge & Zimbardo (2007) podemos conceptualizar o medo do terrorismo numa componente cognitivo-emocional e numa comportamental. Seria, assim, na primeira componente que o papel dos media se destaca, uma vez que nos referimos à perceção de riscos e de emoções.

No que aos *mass media* diz respeito, a literatura é consiste em mostrar que estes têm impacto na sociedade (Chong & Druckman, 2007; Iyengar, 1990). Os *mass media* fornecem um contexto de significados e imagens que preparam as audiências para certas decisões, os cidadãos são a audiência de vários meios de comunicação de massa (Altheide, 2007).

As imagens têm mostrado exercer um papel importante no modo de propagação de terror e pânico dos indivíduos (Martin, 2015; Surrete, 2010), fazendo com que estes se sintam vítimas indiretas quando visualizam imagens de eventos terrorista (Bennett, 1990).

A estrutura desta investigação compõe-se por numa primeira fase por partes – Parte I à Parte IV. A Parte I, diz respeito à concetualização e tipologias do terrorismo, que ajudam a enquadrar o objeto de estudo. A Parte II, recai sobre o medo (do terrorismo), isto é, inicialmente definiu-se o sentimento de insegurança e explanou-se as dimensões do mesmo. Ainda, foram apresentados os modelos explicativos do medo do crime. Por fim, procedeu-se à definição do medo do terrorismo tendo por base a literatura existente. A Parte III, foi dedicada à definição de *mass media* e à exposição dos modelos teóricos subjacentes ao medo do crime e às suas teses explicativas. Finalmente, é explanada a relação entre o terrorismo e os *mass media*. A última parte (Parte IV) é referente aos estudos existentes na literatura científica sobre a temática em causa.

---

<sup>1</sup> À luz do art.º 2 da Lei de Combate ao Terrorismo – Lei n.º 52/2003 de 22 agosto.

Quanto à metodologia esta é apresentada numa secção à parte, denominada de Capítulo I, aqui será apresentada a amostra, os objetivos e questões de investigação, assim como o instrumento de recolha utilizado (guião de entrevista) e os procedimentos de recolha dos mesmos. O Capítulo II será composto pela análise desses resultados. Por fim, o Capítulo III é composto pela discussão desses resultados, havendo uma tentativa de integração com as evidências da literatura científica sobre o objeto de estudo. Apresentam-se ainda as principais limitações deste estudo e sugestões para futuras investigações, assim como as conclusões finais.

## Parte I: Terrorismo - conceptualizações e tipologias Terrorismo

### 1. Dinâmica histórica do Terrorismo

A história do terrorismo não é recente, não nasceu no Estado Moderno. A verdade é que o fenómeno comporta já um longo percurso caracterizado por fases históricas distintas. Desta feita, os métodos principais do terrorismo não mudaram ao longo da história, o que mudou foram os objetivos, os alvos, as ferramentas de implementação e os perpetradores (Garrisson 2010).

Atentemos a uma breve análise histórica destes períodos: (1) a origem do terrorismo data de há quase 2000 mil anos quando o grupo de resistência dos judeus conhecido como Sicarii-Zealots, levou a cabo campanhas terroristas para forçar a insurreição contra os romanos na Judeia<sup>2</sup> (2) o terrorismo moderno começa com o “reino do terror” de Maximilien Robespierre e Jacobin em França – foi durante este período que o termo “terrorismo” foi usado pela primeira vez. Assim, a 5 de fevereiro de 1794, Robespierre definiu friamente o que ele quis dizer com “terror”. Não era um programa político ou uma ideologia, mas um meio para um fim: o triunfo da democracia republicana sobre os seus muitos inimigos. Assim, a palavra “terror” começou a ser usada para diferentes domínios: emocional, religioso, militar e judicial. Contudo, a ideia de que a França tinha suportado um “*regime de la terreur*” foi expressa pela primeira vez por Bertrand Barère, a 29 de julho de 1794, um dia depois de Robespierre ter sido guilhotinado (Andress, 2012; Baczko, 1994; Rapport, 2015). Resumindo, o reinado de Robespierre foi o primeiro a ser organizado a nível nacional, tomando o poder e tornando-se um governo punitivo proclamando o assassinato como a lei da terra (Parry *cit in* Garrison, 2010, p.36); (3) o grupo mais saliente de terroristas no mesmo período histórico foram os anarquistas – encabeçados por Narodnaya Volya (1878-1881) – que procuravam assassinar o Czar Alexandre II, acreditando que matando o Czar e outros reis da Europa, conseguiriam sabotar os governos europeus<sup>3</sup>; (4) Lenine e Estaline aperfeiçoaram a ideia de terrorismo patrocinado pelo governo como ferramenta para manter o controlo das massas e até mesmo como uma forma de reconstrução da sociedade - incitando o movimento de massas; (5) a rebelião irlandesa (1919-21) teve alguns

---

<sup>2</sup> Estas campanhas incluíam assassinatos contra colaboradores judeus ou legionários romanos. O objetivo dos atos terroristas era de criar mudança no comportamento através do uso do terror e do medo na maior parte da sociedade judaica.

<sup>3</sup> Para alcançarem os seus objetivos, os anarquistas utilizaram o terrorismo individual: um terrorismo ideologicamente “mais à esquerda” que tende a selecionar alvos do poder e não multidões anónimas (Dadoun, 1998).

métodos terroristas estratégicos na persecução do separatismo face à Inglaterra<sup>4</sup>, demonstrando operações em células e descentralizando a prática de atos terroristas, dificultando ainda a descoberta e a destruição da organização terrorista<sup>5</sup>; (6) aqui vemos influência da filosofia republicana socialista hindu (1929) que defendeu como inevitável na luta contra a opressão o uso do terror - é um meio justificável para um fim justificável<sup>6</sup>; (7) após a II Guerra Mundial (entre 1940-1960), o terrorismo sofreu uma mudança, passou de alvos seletivos como oficiais do governo, a alvos civis e defensores da colonização em África e no Médio Oriente<sup>7</sup>; (8) a conferência tricontinental – organizada por Cuba e patrocinada pela URSS – é encarada pelos americanos como o início da internacionalização do terrorismo, isto é, a criação de uma cooperação financeira, política, operacional e logística que transcende fronteiras nacionais<sup>8</sup>; (9) com o escalar dos conflitos nos anos 60/70, vividos na polarização do mundo<sup>9</sup>, surge uma nova dinâmica no terrorismo transnacional e o terrorismo muda-se para o Médio Oriente, para o conflito Israelo-árabe<sup>10</sup>, ficando conhecida como a década dos “atentados a aviões”; (10) na pós-modernidade é o fundamentalismo islâmico o ator principal, que procura tornar o mundo numa realidade islâmica inspirada numa interpretação do Corão do séc. VII, querendo eliminar as influências culturais, sociais, políticas e religiosas, com etiqueta “Occidental”, do mundo; operam segundo duas premissas, primeiro, que o ocidente insultou, matou e saqueou os muçulmanos porque eles são muçulmanos e, segundo, Alá requer que tais infiéis sejam mortos. O resultado do fundamentalismo islâmico pode ser visto no martírio do suicídio religioso, através do qual jovens (homens e mulheres) morrem um pouco por todo o mundo (Garrison 2010; Rapport, 2015).

Contudo, Millington (2018) reitera que muita investigação nesta área se originou devido aos governos, especialistas em política e académicos, que se encontram interessados em

---

<sup>4</sup> Como por exemplo, assassinando polícias, soldados, juízes e oficiais do governo

<sup>5</sup> Sendo que cada célula tem um objetivo específico e apenas conhece os seus membros e as suas específicas tarefas; sendo assim, a captura de uma célula não fornece informação acerca de outras células ou ataques terroristas. Este tipo de design descentralizado apareceu pela primeira vez nas células Irlandesas e também foi utilizado para implementar o ataque de 11 de setembro.

<sup>6</sup> Isto porque: primeiro, a opressão é experienciada pela juventude, que deseja ser livre e, por conseguinte, desenvolvem ódio pelo opressor; segundo, o terrorismo é uma fase inevitável da revolução, que procura assegurar a liberdade; terceiro, o terrorismo instiga medo no coração do opressor, dá coragem ao oprimido e abala a ideia de superioridade do opressor; quarto, a violência como sendo a única forma de alcançar a liberdade; por ultimo, o autorrespeito e orgulho da própria civilização requer uma resistência. Nesta doutrina há toda uma funcionalidade associada ao ato terrorista.

<sup>7</sup> Os anos 60 trouxeram consigo um âmbito internacionalista ao terrorismo

<sup>8</sup> Na década de 70, a Europa sofreu com intensa atividade terrorista, uma vez que grupos terroristas Europeus e do Médio Oriente cooperavam para exaltar a causa “Palestina”. A Guerra Fria é o marco do forte patrocínio estatal ao terrorismo, veremos adiante que esta situação se vai alterar com o fim dela

<sup>9</sup> Bloco Capitalista (USA) vs. Bloco Soviético (URSS)

<sup>10</sup> Com os estados unidos apoiando Israel e a união soviética apoiando diversos países árabes

“resolver” o problema do terrorismo em geral; e em particular, o terrorismo extremista islâmico que nos confronta nos dias de hoje.

## **2. Definição de Terrorismo**

### ***2.1. A complexidade da definição de terrorismo***

Etimologicamente, terror faz parte da palavra terrorismo. Por sua vez, terror vem do latim *terrere*, que significa “amedrontar” ou “tremor”. Quando a esta se relaciona o sufixo francês (“praticar”), passamos a ter “aquele que pratica o ato de amedrontar” ou “causador de medo”. Os termos “trémulo” e “assustador” são considerados sinónimos de medo, pânico e ansiedade. A palavra terrorismo pode ser definida como o uso deliberado de violência, crime e ameaça (Matusitz, 2013).

Antes de avançar para a definição de terrorismo, importa perceber o que é o “*terror*” e como é que este tem vindo a ser analisado e definido. Schmid, (2011) afirma que não tem sido dada uma elevada ênfase ao “terror”, e isto pode ser explicado pelo facto de o terrorismo não produzir apenas terror. Com efeito, este talvez nem seja o principal resultado para a maioria dos membros do público-alvo de um ato ou campanha terrorista. Os terroristas tentam maximizar a incerteza e, conseqüentemente, a ansiedade para manipular vítimas reais, vítimas potenciais e aqueles que têm motivos para se identificar com elas (*idem*, 2011). Em termos psicológicos, o “*terror*” pode ser visto como uma reação emocional fortemente sentida face a certos atos de violência, um tipo especial de medo extremo ou ansiedade profunda paralisando uma pessoa (“gelada pelo terror”) porque esta não pode escapar a uma ameaça iminente de violência (Schmid, 2011).

Clarke e Newman (2006) fazem uma importante comparação entre o crime e o terrorismo, incluindo as seguintes diferenças: as motivações para o crime e o terrorismo são muito distintas – as primeiras têm a ver com a autogratificação e o segundo com uma causa maior; os terroristas são muito mais determinados do que os criminosos; o terrorismo requer muito mais planeamento e organização do que o crime, e é muito menos oportunista do que a maioria dos crimes; o terrorismo depende de financiamento externo; o terrorismo geralmente envolve atos de grande escala; e o terrorismo “só” pode ser cometido por grupos organizados, enquanto o crime é mais um ato individual e solitário. Contudo, esta comparação levanta várias questões, pois vários tipos de crimes, que não o terrorismo, têm as características referidas para o terrorismo.

Adicionalmente, é importante perceber a distinção entre terrorismo e crime organizado. No que concerne ao último, segundo Johnson (1962) o número de indivíduos envolvidos num grupo criminoso determina o grau organizacional desse grupo. Já para Ponsaers, Shapland, Williams & Williams (2008), o crime organizado existe quando duas ou mais pessoas oferecem, de modo sistemático, bens ou serviços, cuja produção e/ou comercialização ou disponibilização no mercado são proibidas pela lei do espaço geográfico em que tais atividades têm lugar. Outra definição oposta à anterior é nos dada por Abadinsky (2012), em que o crime organizado é decidido e executado no seio de uma empresa não ideológica envolvendo um certo número de pessoas em interação social muito próxima, que respeitam uma organização hierárquica, e que têm como objetivo assegurar lucros e poder no desenvolvimento de atividades legais ou ilegais. Além disso, existe uma tendência para o uso da violência, a pertença ao grupo é dificultada, a vida no grupo é regulada por regras, orais ou escritas, em que o incumprimento é sancionado.

O conceito de crime organizado é de difícil definição, investigação sendo também muito popular, o que origina diversas interpretações – “[É] um conceito tão sobrecarregado com imagens estereotipadas que não pode atender aos requisitos básicos de uma definição – não inclui todos os fenómenos relevantes; não exclui todos os fenómenos que não são relevantes” (Smith, 1971). Apesar da ambiguidade do conceito é possível fazer uma breve distinção entre crime organizado e terrorismo. Uma das características do primeiro é a sua natureza lucrativa, em contraste, o terrorismo é geralmente visto como uma atividade ideológica, em que interesses materiais pessoais são deixados de lado na procura de um objetivo mais alto, cuja manifestação mais extrema são os bombistas-suicidas. Contudo, ao nível da motivação, os terroristas e grupos de crime organizado parecem ter um pouco em comum (Leggett, 2019).

Para além da diferenciação acima realizada, Martin (2017) sublinha a importância de distinguirmos crimes de ódio de terrorismo. Os primeiros referem-se a comportamentos que são considerados crimes motivados pelo preconceito e que, por vezes, parece que se inserem na definição de atos de terrorismo. O conceito de crimes de ódio é legalista, próprio das democracias ocidentais que incorporam (na lei) uma abordagem criminológica a comportamentos desviantes. Desta feita, estes crimes são dirigidos contra classes protegidas. A separação entre crimes de ódio e terrorismo nem sempre é clara. Entre os especialistas, o debate sobre o que é ou não “terrorismo” resultou num grande número de definições oficiais e não-oficiais (*idem*, 2017).



Portanto, resta-nos perguntar se os crimes de ódio são atos de terrorismo? A resposta é que nem todos os atos de terrorismo são crimes de ódio, e nem todos os crimes de ódio são atos terroristas. Por exemplo, os terroristas dissidentes frequentemente atacam um estado ou sistema com pouca ou nenhuma animosidade contra uma raça, religião ou outro grupo em particular. Da mesma forma, o *terrorismo de estado* é frequentemente motivado por uma necessidade percebida de preservar ou restabelecer a visão definida pelo Estado de ordem social sem ter como alvo uma raça, religião ou outro grupo. Por outro lado, o comportamento criminoso que se encaixa nas definições federais ou estaduais de crimes de ódio nos Estados Unidos da América (EUA) pode ter pouca ou nenhuma agenda política identificável, além do ódio contra uma classe protegida. Assim sendo, um passo importante para definir o terrorismo é ter em conta o importante papel do extremismo, uma vez que este é uma característica primária de todo comportamento terrorista (Martin, 2017).

O extremismo é um precursor do terrorismo, é um sistema de crenças abrangente usado pelos terroristas para justificar o seu comportamento violento. Este é caracterizado por “*o que*” as crenças de uma pessoa são, e “*como*” uma pessoa expressa as suas crenças. Assim, não importa o quão ofensivos ou repreensíveis sejam os pensamentos ou palavras, eles não são, por si mesmos, atos terroristas. Portanto, somente as pessoas que expressam violentamente as suas crenças extremistas é que são “etiquetadas” como terroristas (Martin, 2017). Ressalva-se que existe um sistema de crenças profundamente enraizado por detrás de um ato de violência terrorista, e é esse sistema que motiva os perpetradores. Tais sistemas são, na sua essência, extremistas caracterizados pela intolerância. Deve-se ter em mente, que embora o terrorismo seja uma expressão violenta dessas crenças, não é de forma alguma a única manifestação possível do extremismo (Martin, 2017; Jongman, 2017).

Martin (2017), afirma que o esforço empenhado para definir formalmente o terrorismo é criticável, visto que, os governos e os responsáveis políticos deviam integrar e definir nas suas leis os comportamentos terroristas e demarcar os fatores que distinguem o terrorismo de outras formas de conflito e violência. Apesar de haver algum consenso entre os especialistas, não há unanimidade sobre que tipo de violência constitui um ato de terrorismo. Os governos, agências individuais dentro dos governos, agências privadas e os académicos desenvolveram e analisaram dezenas de definições sobre o terrorismo, todavia, ainda não existe uma definição aceite por todos (*idem*, 2017).

Millington (2018), que tem uma visão mais histórica do que é o terrorismo, afirmando que a resposta à pergunta “*O que é o terrorismo?*” pode ser direta, uma vez que conhecemos o

terrorismo quando o vemos. No entanto, na literatura académica, chegar a uma definição que aborde todas as formas de terrorismo, e não apenas as mais recentes, mostrou-se problemático. A suposição inerente é que o terrorismo é um fenómeno objetivo que pode ser observado em qualquer tempo e lugar, mas só se tivermos as ferramentas certas para o fazer. Assim, conheceremos no presente, o terrorismo quando o virmos no passado.

Schmid (2004a; 2011), identificou elementos formais do terrorismo, chegando a mais de 100 definições, afirmando que a maioria das definições tem um maior enfoque na violência política perpetrada por grupos dissidentes, sendo que, muitos governos praticaram terrorismo como arma política interna e externa (Martin, 2017).

Schmid (2004a) aponta uma série de razões pelas quais o terrorismo é difícil de definir, e começa por afirmar que este tem um “conceito contestado” – e as políticas, as leis, as ciências sociais e o senso comum, são muitas vezes divergentes. A indicação mais forte de que o terrorismo é um conceito contestado vem do ditado: *“o terrorista de um homem é o combatente pela libertação de outro homem”*. Embora tal afirmação reflita uma praxis política generalizada, o seu relativismo moral é altamente insatisfatório do ponto de vista ético e intelectual; ainda, a questão da definição está ligada à (de)legitimação e criminalização; existem muitos tipos de “terrorismo”, com diferentes formas e manifestações; e porque o termo sofreu mudanças de significado nos mais de 200 anos da sua existência, portanto, este termo foi-se adaptando às mudanças sociais e políticas que se fizeram sentir.

Walter Laqueur (2004), reitera que o terrorismo se tornou, ao longo de vários anos, tema de incessante comentário, debate, controvérsia e procura de raízes e motivos, é a figura no topo da agenda nacional e internacional. É também um dos tópicos mais carregados de emoção do debate público, contudo, nem após trinta anos, existe uma definição geralmente aceite de terrorismo.

## **2.2. Definições de terrorismo pelos académicos**

O terrorismo pode ser definido como *“o uso da violência com o intuito de criar medo numa audiência maior, com fim a criar uma mudança nesta mesma audiência”* (Garrison, 2010, p.40). Biernatzki, (2001, p. 5) reitera essa mesma ideia, assim, *“o terrorismo é o exercício de violência ou a ameaça de violência contra uma população desarmada visando coagir a mesma a atender às demandas do agressor”*. Neste contexto, o terror geralmente tem como alvo uma população civil e não uma força militar.

Na mesma linha Enders & Sandler (2000) definem terrorismo como “*o uso premeditado ou ameaça de violência por parte de indivíduos ou grupos subnacionais para obter um objetivo político ou social através da intimidação de um grande público além do das vítimas imediatas*”. Esta definição inclui, portanto, indivíduos que são combatentes e não-combatentes e, também, as motivações sociais e políticas. Incorpora ainda, duas das componentes mais comuns nas definições de terrorismo, o uso do medo através da violência ou ameaça do uso violência, e um objetivo político (Ahmed, 2018).

Ainda, Cooper (2001) afirma que o terrorismo é a produção intencional de medo por seres humanos com o objetivo de assegurar ou manter o controlo sobre outros seres humanos. O terrorismo torna-se, para aqueles que estão no poder, uma forma de estabelecer autoridade. E o poder, quando atinge os seus limites, em grosso modo cria um regime de terror. Segundo Walter Benjamin (1997) o que designamos ou não por terrorismo, depende de “onde está” o poder (Benjamin, 1997; Cooper, 2001).

Dadoun (1998) afirma que o terrorismo é pontual, sendo um ato de violência assente na expressão “*atentado*”. Greene (2017) acrescenta que este é limitado no espaço e tempo, visando um objeto cuidadosamente selecionado, mesmo que o alvo seja uma multidão anónima e passageira. Ambos autores reforçam a ideia de que é difícil fornecer uma definição exata de terrorismo devido às suas múltiplas alterações históricas, políticas e ideológicas. Apesar disto, o terrorismo é atravessado pela violência, da qual constitui uma *figura extrema*, segundo modalidades que lhe são próprias (Dadoun, 1998; Greene, 2017).

Tanto para Johannes Dillinger (2006, p. 15), como para Borum (2017) o terrorismo tem na sua base motivações políticas. O primeiro, por exemplo, usa uma definição de terrorismo “*amplamente aceite por criminólogos e agências de aplicação da lei*”, assim, o “*terrorismo é a violência ou a ameaça de violência usada para alcançar fins políticos, seja por agências não-governamentais ou por agências governamentais*”. O autor reconhece o anacronismo na sua abordagem, mas argumenta que isto poderia ajudar a revelar o “*verdadeiro escopo do terrorismo e das ameaças terroristas como fenómenos históricos*” (Dillinger, 2006; Millington, 2018). Já Borum (2017) realça que o terrorismo é distinto de outras formas de violência, desde logo, pela sua componente motivacional; estas motivações têm na sua base objetivos políticos, ideológicos ou religiosos. A disposição de usar a violência (particularmente contra civis) a serviço desses objetivos é considerada como um reflexo do extremismo. O processo pelo qual o extremismo – em ideias ou comportamento – se desenvolve é comumente referido como “*radicalização*”.

Não obstante, para Greene (2017) o terrorismo é uma construção social, pois o seu significado é moldado pelas perspectivas subjetivas de quem o caracteriza. Essas, por sua vez, são influenciadas pela sociedade e pelas circunstâncias em que o caracterizador se encontra, variando no contexto histórico e político.

Altheide, (2006) afirma que nos Estados Unidos o patriotismo estava ligado a um medo expansivo do terrorismo e dos inimigos do país. Desta feita, o termo “terrorismo” foi usado para abranger uma ideia, uma tática ou método. O facto de a definição de terrorismo ser muito ampla serviu os propósitos das autoridades centrais ao mesmo tempo que justificava a ação de outros países (por exemplo, Israel) nos seus próprios conflitos. O autor declara que existem definições de terrorismo que descrevem os relatos do *mass media* após o 11 de setembro: “*O ato intencional ou ameaça de violência para criar medo e/ou comportamento complacente na vítima e/ou audiência do ato ou ameaça*” (Lopez e Stohl, 1984, p. 4 cit in Altheide, (2006, p. 93). Segundo esta definição, os cidadãos americanos estavam a ser aterrorizados estrategicamente por notícias que forneciam entretenimento a um público predisposto (*idem*).

Alex Schmid (2004a, p.382) propôs uma “definição de consenso académico” de terrorismo:

*“O terrorismo é um [1] método inspirador de ansiedade de repetidas [2] ações violentas, [3] empregado por atores individuais, grupais ou estatais, por razões [4] idiossincráticas, criminais ou políticas, em que – ao contrário do assassinato – os alvos diretos da violência não são os principais alvos. [5] As vítimas humanas imediatas da violência são geralmente escolhidas [6] aleatoriamente (alvos de oportunidade) ou [7] seletivamente (alvos representativos ou simbólicos) de uma população-alvo e servem para propagar mensagens. [8] Os processos de comunicação baseados em [9] ameaças e violência entre vítimas terroristas (organização), e os principais alvos (ameaçados) são usados para [10] manipular o alvo principal (público), transformando-o num [11] alvo de terror, [12] num alvo de demandas, [13] ou num alvo de atenção, dependendo se [14] intimidação, [15] coerção ou [16] propaganda é procurada inicialmente”,*

sendo que nesta definição identificamos 16 elementos do terrorismo.

Não menos importante, Laqueur (2001) afirma que o termo terrorismo passou a abranger tantas variedades de atividades violentas que deveria ser substituído por outro termo. Se isto ainda não aconteceu, a única razão é que ninguém até agora forneceu um termo ou termos melhores, para o substituir.

Em suma, Garrison (2010), reconhece que o terrorismo pode ser entendido como uma ferramenta que apresenta sete componentes-chave que nos ajudam a sistematizar e a compreender melhor alguns elementos constituintes do “terrorismo”, são eles: 1) intencional; 2) racional; 3) violento; 4) politicamente motivado; 5) provoca medo; 6) num alvo específico ou na sociedade; 7) com o intuito de mudar o comportamento dos mesmos.

### **3. Definição Legal**

Muito tem sido escrito sobre as dificuldades que cercam uma definição legal de terrorismo; paradoxalmente, menos atenção tem sido dedicada a esta necessidade de se definir o terrorismo na lei em primeira instância (Greene, 2017).

Quem é que tem o poder de definir o terrorismo? Quem é que o distinguirá de outras formas de violência política? Responder a essas perguntas é uma tarefa eminentemente política. É o mesmo que decidir quem está connosco e quem é contra “nós” – ou seja, significa determinar o inimigo público internacional (Friedrichs, 2006). Friedrichs (2006), ilustra dois grandes obstáculos à tentativa de definir o terrorismo na lei internacional: 1) os Estados discordam quanto à distinção entre combatentes pela libertação e terroristas; 2) os Estados discordam, ainda, quanto ao facto de a definição de terrorismo no direito internacional deva englobar, ou não, os atos do Estado. O autor argumenta que essas diferenças são política e ideologicamente orientadas tendo em linha de conta os próprios interesses de cada Estado.

Schmit (2004a) acrescenta mais obstáculos aos dois supramencionados: 1) se o termo “terrorismo” deve ou não ser aplicado às ações dos Governos/Estados da mesma forma que se aplica às ações de grupos não estatais; 2) se deve ou não diferenciar o terrorismo dos direitos dos povos à autodeterminação e combater a ocupação estrangeira; 3) se deve incluir ou não as atividades das forças armadas nacionais no exercício de suas funções oficiais e durante conflitos armados, se estas forem “governadas” em “conformidade com” o direito internacional; 4) se deve incluir ou não as atividades das forças armadas nacionais relacionadas ao uso potencial de armas nucleares (já que as armas atômicas são quase por definição aterrorizadoras); 5) a questão da relação entre a convenção abrangente e os tratados antiterroristas existentes e futuros.

A lei não é meramente um exercício descritivo, mas é predominantemente um exercício prescritivo. Os fatores normativos que acompanham este exercício prescritivo são aqueles que o sociólogo ou criminólogo podem não necessariamente ter que enfrentar<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Uma vez que a definição de “terrorismo” para as ciências sociais passa por um exercício descritivo.

(Greene, 2017). De maneira semelhante, os estudos sobre o terrorismo que analisam o processo de rotulagem de um evento ou indivíduo como “*terroristas*” revelam que o terrorismo é um termo pejorativo, carregado de condenação que deslegitima o motivo político que a ação procura propagar. Esta “etiqueta” é de suma importância quando se entende o terrorismo como uma construção legal (*idem*, 2017).

Desta feita, são apresentadas de seguida algumas definições legais de terrorismo.

De acordo com a Assembleia Geral das Nações Unidas, o terrorismo constitui um conjunto de “*atos criminosos planeados ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, um grupo de pessoas ou pessoas específicas para fins políticos... sendo invocadas para justificar tais atos considerações de natureza política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa (...)*” (Koh, 2002, p.148). Todavia, a ambiguidade da definição da ONU permanece. Por exemplo, a limitação do terror a “atos criminosos” parece excluir atos dos governos, sendo que estes são as autoridades que determinam quando um ato é ou não “criminoso” (Biernatzki, 2001 ).

O Comité Ad Hoc da ONU contra o Terrorismo, no seu texto informal do artigo 2º do projeto de Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional, definiu o terrorismo da seguinte maneira: qualquer pessoa comete um delito segundo esta Convenção se, por qualquer meio, ilegal e intencionalmente, provoca: (a) morte ou lesão corporal grave a qualquer pessoa; ou (b) danos sérios à propriedade pública ou privada, incluindo um local de uso público, uma instalação estadual ou governamental, um sistema de transporte público, uma instalação de infraestrutura ou o meio ambiente; ou (c) danos a propriedades, locais, instalações ou sistemas mencionados no ponto (b), que resultem ou possam resultar em grandes perdas económicas, quando a finalidade da conduta, por sua natureza ou contexto, for intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a fazer ou se abster de praticar qualquer ato. Esta definição, segundo Schmid (2004b) enfoca o caráter “ofensivo” do terrorismo, usando, claramente, uma perspectiva de crime (Schmid, 2004b; 2011).

No início de dezembro de 2004, o Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança também tentou definir o terrorismo: “*Uma ação única, além de ações já especificadas pelas convenções existentes sobre aspetos do terrorismo, as Convenções de Genebra e a Resolução 1566 (2004) do Conselho de Segurança, que tem como objetivo causar morte ou sérios danos corporais a civis ou não combatentes, quando a finalidade de tal ato, por sua natureza ou contexto, é intimidar uma população, ou obrigar um governo ou uma organização internacional a fazer ou se abster de fazer qualquer ato*” (Schmid, 2004a).

O código americano<sup>12</sup> define terrorismo como “*sendo premeditado, violência politicamente motivada, perpetrada contra alvos não-combatentes, por grupos subnacionais ou agentes infiltrados*” (cit in Garrisson, 2010, p.40). Já o FBI (1999, p.i) define terrorismo como “*... o uso ilegal de força e violência contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, a população civil ou qualquer segmento da mesma, na promoção de objetivos políticos ou sociais*”.

Por sua vez, no Reino Unido a definição legal encontra-se no UK Terrorism Act (2000) – “*Uso ou ameaça de uma ação... projetada para influenciar o governo ou intimidar o público ... com o propósito de promover uma causa política, religiosa ou ideológica*”.

Na Austrália, o terrorismo é definido pela Força de Defesa Australiana como “*o uso ou a ameaça do uso de violência com fins políticos ou com o objetivo de colocar o público ou qualquer secção pública com medo*” (Martyn, 2002, p.4)

A lei espanhola consagra a definição de terrorismo no Código Penal espanhol no seu art.º 571 tendo sido derogado pela Ley Orgánica 2/2015 de 30 de março, artigo 573 “*Será considerado uma ofensa terrorista, o cometimento de qualquer crime grave contra a vida ou integridade física, liberdade, integridade moral, liberdade sexual e indemnização, património, recursos naturais ou o meio ambiente, saúde pública, risco catastrófico, incêndio, contra a Coroa, de ataque e porte, tráfego e depósito de armas, munições ou explosivos, previstos neste Código, e apreensão de aeronaves, navios ou outros meios de transporte coletivo ou de mercadorias(...)*”.

Finalmente, em Portugal, o terrorismo está elencado na Lei de Combate ao Terrorismo – Lei nº52/2003 de 22 agosto, sendo que, no Art.º 2, se define organização terrorista como: “*(...) grupo, organização ou associação terrorista ou todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, atuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um ato, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, mediante: a) Crime contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas (...)*”.

Atinente à definição do terrorismo há conformidade no que concerne ao facto de o terrorismo ser um ato violento ou de uso do terror com o objetivo de transmitir uma mensagem

---

<sup>12</sup>United States Code.

política cujo objetivo é gerar medo de forma a obter alterações políticas, económicas ou sociais (Aly & Balnaves, 2007; Garrisson, 2010). Dito isto, não é a natureza do perpetrador ou o tipo de violência que é utilizada que torna um ato terrorista, mas sim o seu efeito nas vítimas imediatas, e na sociedade em geral (Claridge, 1998). De ressaltar ainda, que todas as definições concordam que o medo é o objetivo final do terrorismo (Aly & Balnaves, 2007).

Feitas estas considerações, importa ter em linha de conta que os atos de terrorismo têm vários elementos característicos, sendo que Schmit (2004a, 2011) apresenta uma lista dos mesmos. Assim, os elementos-chave característicos do terrorismo são: o uso demonstrativo da violência contra os seres humanos; a ameaça (condicional) de (mais) violência; a produção deliberada de terror/medo num grupo alvo; a segmentação de civis, não combatentes e inocentes; o propósito da intimidação, coerção e propaganda; o facto de ser um método, tática ou estratégia de conflito; a importância de comunicar o(s) ato(s) de violência a um público maior; a natureza ilegal, criminal e imoral do(s) ato(s) de violência; o carácter predominantemente político do ato; e seu uso como ferramenta de guerra psicológica para mobilizar ou imobilizar setores públicos.

#### **4. Tipos de Terrorismo**

O papel das tipologias tem vindo a ser caracterizado como descritivo, classificatório e explanatório (Elman, 2005). Um dos principais benefícios das tipologias é a maior clareza conceitual que estas permitem (Behling, 1978 *cit in* Marsden & Schmid, 2011, p.159). E isto é particularmente importante quando se estuda o terrorismo e a violência política, uma vez que ambas englobam a interação e os efeitos das ações de muitas pessoas e coletivos, envolvendo uma multiplicidade de motivações, efeitos psicológicos e avaliações subjetivas (Wilkinson, 1977a). Em suma, as tipologias fornecem disciplina e permitem imprecisões numa abordagem conceitual, para além de permitir a organização de dados (Marsden & Schmid, 2011; Tilly, 2004).

Desta forma, é importante distinguir o terrorismo doméstico (requer que haja uma ausência de envolvimento estrangeiro, e diz respeito ao uso ilegal, ou ao uso de ameaça, de força ou violência por um grupo ou indivíduo operando inteiramente dentro dos próprios países) do terrorismo internacional (que ocorre entre diferentes nações ou estados soberanos) (FBI, 1999). Tanto no terrorismo doméstico como no internacional, os *mass media* são um fator significativo, uma vez que são eles que anunciam os atos terroristas (Biernatzki, 2001 ).



Um ato terrorista pode também ser entendido de duas formas: motivado por objetivos ou motivado pelo terror. No que concerne ao primeiro, o ato é cometido a fim de obter certos objetivos específicos do grupo terrorista, atendidas por um governo (e.g. negociações por reféns). No segundo, o ato é cometido como retaliação por algo percebido como errado ou como “aviso” de futuros atos de terror caso o governo não mude as suas políticas<sup>13</sup>. Ainda dentro do terrorismo podem distinguir-se atos terroristas que se pautam pelo efeito desejado do uso do terror, isto é, a instalação do medo na audiência com o fim de promover a mudança e, por outro lado, atos de guerra, sendo que aqui o alvo é selecionado derivado de um objetivo militar específico (Garrison, 2010). Contudo, no terrorismo, o mais importante é gerar uma reação na sociedade e no governo. Portanto, alguns autores não concordam que haja uma distinção entre terrorismo e guerra, e afirmam que terrorismo é um ato de guerra contra civis (Carr *cit in* Garrison, 2010).

Garrison (2010), denomina o terrorismo como “terrorismo moderno”, precisamente pelo facto de os alvos não serem escolhidos de forma aleatória (mas talvez as vítimas o sejam) levando a um maior sentimento de insegurança (em concreto, a uma perceção do risco elevada). São escolhidos alvos que tenham um valor simbólico e/ou económico ou alvos que tenham um certo valor público, por exemplo, as pessoas mortas no bombardeio do autocarro em Israel ou no trabalho no *World Trade Center* não foram alvejadas especificamente. Portanto, as pessoas que morreram nesses atentados não tinham um interesse específico para o terrorista. Em suma, o terrorismo que vive dos atentados é um ato público, uma vez que, a maioria da sociedade o vigia/observa e a ele reage (direta ou indiretamente) (*idem*, 2010).

Dadoun (1998) ainda caracteriza o terrorismo numa dupla dinâmica de violência: 1) violência no *interior* do grupo terrorista, nas palavras do autor “*uma violência densa, nodulosa, que se pode chamar de fusora, que encontra a sua justificação, a sua razão de ser, no ato*”; 2) violência voltada para o exterior – “*ato que espalha as suas ondas de violência por toda a sociedade, irradiando a “população”, o “público”, com uma violência nebulosa, surda, difusa*” (*idem*, p. 30).

Martin (2017), por sua vez, afirma que os elementos básicos dos ambientes terroristas são simples, e que os especialistas geralmente concordam com as formas de terrorismo encontradas em ambientes políticos modernos. Desta feita, o autor apresenta também tipologias de terrorismo: terrorismo de estado, que é o terrorismo proveniente “de cima” cometido por

---

<sup>13</sup> Podemos citar a título de exemplo o ISIS que diz vingar “Alá” e combater a “infidelidade” do mundo e governos ocidentais.

governos contra inimigos percebidos. O terrorismo de estado pode ser dirigido externamente contra adversários no domínio internacional ou internamente contra inimigos domésticos; o terrorismo dissidente, é o terrorismo caracterizado por ser cometido “de baixo para cima” por movimentos e grupos não estatais contra governos, grupos étnicos nacionais, grupos religiosos e outros inimigos percebidos; O terrorismo religioso, que é motivado pela crença absoluta de que um poder sobrenatural sancionou, e comandou, o uso da violência terrorista, visando com isso uma maior glória da fé. O terrorismo religioso é geralmente conduzido em defesa do que os crentes consideram ser uma fé verdadeira. O terrorismo criminal, este é motivado pelo lucro ou pela amálgama de lucro e política. As empresas criminosas organizadas tradicionais (como a Máfia Italiana e a Máfia Japonesa Yakuza) acumulam lucros da atividade criminosa para o engrandecimento pessoal. Empresas político-criminais (como as FARC<sup>14</sup> da Colômbia e os Tigres Tamil<sup>15</sup> do Sri Lanka) acumulam lucros para sustentar a seu movimento; e por fim, o terrorismo internacional, que é aquele que se espalha no palco do mundo. Os alvos são selecionados por causa do seu valor simbólico, uma vez que símbolos de interesse internacional, seja dentro do país de origem, seja através dos limites do Estado.

## **Parte II: O medo (do terrorismo)**

Esta secção será iniciada pela definição do medo do crime em geral e das suas dimensões. A par disso, serão ainda abordados dois modelos de explicação do medo do crime: a tese da vulnerabilidade e a tese da vitimação. Finalmente, irá ser abordado, em concreto, o medo do terrorismo, nomeadamente, a sua definição para a sua melhor compreensão.

### **1. Sentimento de Insegurança: definição e dimensões**

Em primeira linha, importa perceber em que consiste o sentimento de insegurança (SI), a suas dimensões e como é que é constituído.

Ao entendermos o sentimento de insegurança como um conceito multidimensional, temos de estar cientes de duas definições: definição restrita e definição mais alargada. A primeira caracteriza-se pelo uso do termo “*fear of crime*”, que comporta na sua definição apenas a emoção face ao crime ou face à possibilidade de crime. Já na segunda, existem autores, como Gabriel & Greve (2003), que quando se referem ao *fear of crime*, comportam na

---

<sup>14</sup> Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

<sup>15</sup> Tigres de Liberação do Tamil Eelam

expressão o SI que, por sua vez, engloba três dimensões: medo do crime (dimensão emocional), risco de vitimação (dimensão cognitiva) e os comportamentos de segurança (dimensão comportamental).

Garofalo (1981), afirma que podemos definir o medo como *“uma reação emocional caracterizada por uma sensação de perigo e ansiedade sobre o dano físico”*, ou seja, o medo como uma dimensão que tem reflexos emocionais. Desta feita, o autor faz distinção entre medo real, medo antecipado e preocupação com crime como uma questão social ou política. Já Alves (2008) define o SI como uma interpretação pessoal e não como uma mera abstração da realidade do ambiente que nos rodeia, visto que não é necessário ter-se experienciado uma vitimação, um crime, ou uma mera incivildade para se ter medo. E, como tal, para o autor o SI pode ter várias origens: sociológica, criminológica, económica, política, cultural, *inter alia*. Ferraro e LaGrange (1987) definem medo do crime não como uma resposta cognitiva, mas sim emocional – *“reação emocional negativa que surge perante a ideia de ser-se vítima de diferentes condutas delituosas ou violentas, ou face a símbolos a estas associadas na vida quotidiana”* (p.71). Warr (2000) afirma que a definição dada pelos anteriores autores não permite a diferenciação entre as várias emoções, isto é, não está claro se a emoção experienciada é medo, tristeza, ira ou resignação. Mais, Grabosky (1995) afirma que é difícil distinguir a perceção do risco geral, o medo de vitimização pessoal, preocupação com crime, e a ansiedade face à vida em geral. Deste modo, podemos afirmar que as expressões “medo do crime”, “sentimento de insegurança” são complexas e multidimensionais. Na mesma linha, Warr admite que o problema da expressão “medo do crime” passa pelo facto de esta adquirir tantos significados e concetualizações diferentes, que tem vindo a perder a sua unicidade e especificidade na literatura (Warr, 1984), afirmando ainda, que a dificuldade está na distinção entre perceção, cognição e emoção – *“o medo não é uma perceção do meio ambiente, mas uma reação a um ambiente percebido”* (Warr, 2000, p. 453).

Uma das mais relevantes diferenciações foi efetuada por Agra e Kuhn (2010), nomeadamente no que respeita à insegurança objetiva e insegurança subjetiva. A primeira é o problema da criminalidade *per se*, ou seja, que existem problemas como a criminalidade aquisitiva, vandalismo, delinquência juvenil, desordens num dado contexto social. Os mesmos autores salientam a importância da medição da insegurança objetiva, que é concretizada através

das estatísticas, i.e., dados oficiais dos crimes registados pelas polícias<sup>16</sup> e através dos inquéritos de delinquência autorrevelada e de vitimação<sup>17</sup>. Já a insegurança subjetiva é um sentimento e que por sua vez comporta três grandes configurações: medo do crime; percepção do risco e comportamentos de segurança (Agra & Kunh, 2010). Portanto, a percepção do risco é uma avaliação da realidade, ou de uma determinada situação que leva a crer que a pessoa pode vir a ser vítima de crime, há uma avaliação do potencial de vitimação. Mas se houver uma manifestação de reações físicas e biológicas (e.g.: o coração a bater fortemente), já falamos de medo, que é uma reação emocional negativa ao crime ou a símbolos associados ao crime (e.g.: armas, carapuços; desordens publicas). Para Gabriel & Greve (2003) só existe sentimento de insegurança se existirem este três elementos: percepção do risco (a probabilidade que os indivíduos antecipam de serem vitimados), dessa antecipação pode surgir o medo, e daí desencadear um comportamento – estas três componentes juntas numa só são a manifestação do sentimento de insegurança.

Para além do que já foi acima referido, é importante também diferenciar medo de preocupação. Furstenberg (1971) na tentativa de perceber a reação das pessoas ao fenómeno criminal, distinguiu duas reações psicológicas ao fenómeno criminal. Assim, as pessoas podem sentir-se agitadas, ansiosas (caracter emocional) face ao crime ou à possibilidade de vitimação; ou, então, também podem sentir uma agitação social (preocupação) em relação aos atos criminais existentes no próprio país. O cerne da questão para este autor é saber como é que as pessoas reagem em termos psicológicos ao crime, distinguindo assim o *medo do crime* da *preocupação* (medo do crime pelos seus) versus *preocupação com a gravidade de um problema social*. Na mesma linha, Fonseca (1998) distingue também *apreensão vivida* da *preocupação securitária*. A primeira é um sentimento, uma resposta a sinais ameaçadores de perigo. Por sua vez, a preocupação é um julgamento que compreende uma orientação ideológica ou normativa. Uma questão central é saber se o medo e a preocupação estão unidos por uma relação causal. Isto é, quando sentimos preocupação é inevitável experienciar medo? Na verdade, os indivíduos podem sentir medo, mas não estarem preocupados com os problemas do seu país e vice-versa (Robert, 2002).

---

<sup>16</sup> Contudo não é possível ter uma aproximação real das mesmas, pois não podemos alcançar a total validação do crime, devido como sabemos, a problemas de efeito de funil e das cifras-negras, visto que nem todos os crimes são reportados à polícia pelas vítimas.

<sup>17</sup> O primeiro instrumento é dirigido à delinquência e aos comportamentos antissociais e desviantes dos jovens; o segundo, mede a vitimação, mas também permite avaliar o sentimento de insegurança.

Já no que concerne à percepção do risco, esta é diferente do medo do crime, uma vez que esta é a componente cognitiva do sentimento de insegurança, contudo, era um erro comum confundir-se a cognição com a emoção nos inquéritos de vitimação (Skogan 1993, 1999). Portanto, em relação ao medo do crime, o risco percebido pode ser, então, definido como uma avaliação cognitiva da realidade, da segurança ou do perigo de uma vitimação criminal (Mesch, 2000). Quando fazemos uma avaliação estamos a reconhecer que aquele, por exemplo, grupo de jovens são perigosos, estou a avaliar essa realidade, é diferente de estar com medo dessa realidade. É o reconhecimento de determinadas situações ou locais como possuindo perigo potencial (Ferraro, 1995). Tanto é que os fatores que influenciam o medo do crime e a percepção do risco podem ser diferentes.

O medo do crime e percepção do risco são afetados de forma diferente por características sociais e demográficas. Todavia, o risco percebido pode ser a causa próxima do medo do crime. Os fatores que influenciam a percepção do medo podem ser diferentes. O risco pode ser a causa do medo, mas não é o medo em si (Ferraro, 1995).

Por fim, Skogan (1993, 1996) ainda aponta uma dimensão comportamental, afirmando que a definição da insegurança subjetiva enquanto comportamento é operativa, isto é, somente se versa sobre os comportamentos que os indivíduos adotam por questões de segurança. Furstenberg (1971), foi o primeiro autor a distinguir os comportamentos adotados pelas pessoas, nomeando-os de “evitamento” e de “mobilização”. Portanto, os primeiros vão ser atinentes ao evitamento por parte dos sujeitos de locais perigosos e de certas pessoas. Os segundos, são referentes à vedação física das habitações através da colocação de fechaduras, alarmes, janelas com grades, *inter alia*.

Para simplificar as categorias que foram sendo adicionadas por outros autores como DuBow et al., (1979) e Garofalo (1981), estes comportamentos foram agregados nas seguintes três categorias, sendo assim mais fácil de os operacionalizar. Assim, vamos ter os seguintes comportamentos de segurança: de evitamento (de ruas e locais), de proteção (alarmes, fechaduras) ou de autodefesa (prática de um desporto relacionado com a autodefesa) (Ferraro, 1995).

Visando albergar todas estas definições do construto, na presente dissertação irá usar-se o termo “*sentimento de insegurança*”, visto ser aquele que incorpora mais elementos deste “guarda-chuva”. Não obstante, na presente investigação será considerada também estudos que

recorram às expressões “*medo do crime*” e “*percepção*”, visto LaGrange e Ferraro (1987)<sup>18</sup> afirmarem que esta última compreende o medo do crime como componente emocional-afetiva, e que por seu turno, a percepção é uma componente cognitiva do medo do crime, assim, quanto maior for a percepção do risco e/ou vitimação, maior será o medo do crime.

Em suma, é necessário distinguir estas componentes aquando da sua operacionalização, por forma a garantir a validade.

## **2. Modelos de explicação do medo do crime**

Têm sido avançados vários modelos de explicação do medo do crime, sendo que cada um desses modelos dá ênfase a um conjunto de variáveis que são de ordem individual, contextual ou social. Portanto, os primeiros trabalhos referem-se a características sociodemográficas (e.g., Skogan & Maxfield, 1981; Warr, 1984), inserindo-se assim no modelo da vulnerabilidade. A par deste modelo, surge a tese da vitimação que também é relevante para a explicação do medo do crime.

### *2.1. Tese da vulnerabilidade*

Hale (1996) afirma que a noção de vulnerabilidade tem de estar incluída em qualquer modelo que procure explicar o medo. A vulnerabilidade tem sido definida como a capacidade de lidar com a possibilidade de uma situação perigosa relacionada com o crime, ou como a capacidade para recuperar, isto é, para restaurar a situação económica, social, mental e física que existia antes da vitimação ter ocorrido (Hirtenlehner, 2008).

#### *2.1.1. Medo do crime e o género*

Dados mais consistentes da literatura, afirmam que as mulheres têm mais medo do crime, em relação aos homens, antecipam um maior risco de vitimação, tem mais tendência para considerar que o crime aumentou muito no seu local de residência e adotam mais comportamentos de segurança (prevenção). Contudo são muito menos vitimadas na maior parte dos crimes – há um desfasamento, e este é um dado universal. O que acontece é que há um paradoxo entre crime e vitimação – as mulheres tem mais medo do crime, mas são menos vitimadas, o que tem sido designado na literatura como *paradoxo medo-vitimação* (Hale, 1996).

No que concerne aos homens, existem várias explicações mas que, recentemente, se tem procurado perceber este resultado a partir do sexo masculino, pois estes poderão não estar

---

<sup>18</sup> Ver também, Montolio & Planells, 2014

a reportar o medo do crime por causa da desejabilidade social (Sutton & Farral, 2005). Existe um estereótipo na sociedade geral de que os homens têm de ser os mais fortes; são eles que tem de defender perante as ameaças. Será que os homens quando reportam o medo e afirmam não ter medo, será que estão a dar resposta desejável a um investigador? Sutton & Farral (2005), afirmam que os homens que reportam níveis menos elevados de medo do crime são os que reportam níveis superiores de desejabilidade social. Mais, os homens que representavam níveis nulos de desejabilidade social iriam reportar mais medo do crime que as mulheres honestas. Há um fator social muito forte, e um estereótipo da sociedade que está a mediar o medo do crime. Não é assim tão linear que os homens sintam mais medo do que as mulheres, o que existe são fatores que influenciam esse medo (Sutton & Farral, 2005).

### 2.1.2. Medo do crime e a idade

O que se proclamava era que os idosos tinham mais medo do crime (Skogan, 1987). Porém, ao longo do tempo, diversos estudos têm vindo a demonstrar que os jovens também apresentam níveis elevados de medo e que, muitas vezes, são superiores aos apresentados pelos idosos (Chadee & Ditton, 2003; Gomme, 1998).

Por exemplo, Ziegler e Mitchell (2003), no seu estudo, verificaram que quem tinha visto o vídeo de assalto a habitação tinha mais medo, mas este medo era seletivo, ou seja, apenas afetou os mais novos. Ao contrário do que se esperava não foram os mais velhos que ficaram mais afetados. Também verificaram que os idosos reportaram menos risco, ou seja, menor perceção de virem a ser vitimados. Estes dados vêm pôr em causa estudos anteriores que afirmavam que os idosos, de forma inequívoca, reportavam mais medo do crime em comparação com os mais jovens.

### 2.1.3. Medo do crime, escolaridade, posição social e etnia

Atinente à escolaridade é um dado universal que os indivíduos menos escolarizados têm mais medo de crime. Ou seja, os indivíduos menos escolarizados têm mais medo do crime. Em relação à posição social, os indivíduos mais carenciados são os que tem mais medo do crime, visto que vivem em locais mais expostos à violência, ao crime. E, portanto, podem ter mais dificuldade em se proteger (Guedes & Cardoso, 2012; Skogan & Maxfield, 1989 *cit in* Hale, 1996).

Por fim, no que concerne à etnia, verifica-se que as minorias étnicas são as mais inseguras, porque também *residem* em comunidades mais carenciadas, com mais níveis de desordem, porque efetivamente têm mais probabilidade de serem vítimas de crime porque estão

mais expostas nestes locais à violência e são contextos em que existem altas taxas de criminalidade (Guedes & Cardoso, 2012; Hale, 1996).

## 2.2. Tese da vitimação

Hale (1996) afirma que a evidência que suporta a associação entre medo do crime e vitimação criminal é mista. Por um lado, uma vitimação prévia pode fazer com que os indivíduos adotem mais comportamentos de segurança, mas tal não significa que a vitimação faça com que estes indivíduos se sintam com mais medo.

Hale (1996), ainda explica porque é que existe mais vitimação indireta do que vitimação direta: 1) a primeira está muito mais disseminada, porque a vitimação direta é um evento mais raro e a vitimação indireta é algo que os indivíduos experienciam diariamente; 2) Os indivíduos também realizam comparações entre eles próprios e as vítimas, o que pode aumentar ou reforçar o sentimento de vulnerabilidade. A adicionar a isto, existe um imaginário construído à volta das vitimações indiretas, porque não temos uma urgência ou necessidade de encontrar formas de lidar com estas situações; mas o nosso imaginário vai-se construindo ao longo das histórias que ouvimos diariamente, o imaginário vai fazer com que o medo aumente, o que não aconteceria provavelmente se fôssemos diretamente vitimados.

A tese da vitimação propõe que existirá uma relação positiva entre o facto de os indivíduos terem sofrido uma vitimação e o medo do crime (Bennett, 1990). A vitimação segundo este autor é definida pelo facto de o medo do crime, numa comunidade, ser causado pela taxa de criminalidade existente ou pelo que os indivíduos conhecem sobre a atividade criminal, e aqui entra tanto as conversas coloquiais entre os sujeitos dessa comunidade, como as mensagens transmitidas pelos *mass media* (Gomme, 1988). Desta feita, esta definição contém em si dois tipos de vitimação: direta e indireta ou vicariante. A vitimação direta consiste num ataque pessoal como consequência – envolve um processo de vitimação pessoal com perda imediata ou trauma psicológico e pode aumentar os sentimentos de vulnerabilidade. Na vitimação indireta ou vicariante, as vítimas não o são diretamente. As vítimas diretas são terceiros, como amigos, familiares, entre outros, que afeta indiretamente os indivíduos, ou seja, sofrem também com as consequências do crime praticado contra terceiros que lhes são próximos (Bennett, 1990). Em suma, esta vitimação pode derivar de distintas fontes – amigos, membros da família que foram vitimados (compaixão, identificação com as vítimas que podem ser mais ou menos próximas – e o impacto da vitimação pode ser superior, ou seja, quando mais nos identificarmos com a vítima, mais impacto a vitimação dessa nos vai causar (*idem*, 1990).



No que concerne aos estudos que sustentam a vitimação direta, uns dizem que existe uma correlação positiva: ou seja, pessoas que têm mais episódios de vitimação têm mais medo. Por outro lado, existem estudos em que não existe qualquer correlação, nem aumenta nem diminui. E há estudos que dizem que a vitimação diminui o sentimento de insegurança. Isto porque as pessoas ao serem vítimas começam a adotar mais comportamentos de segurança, e começam a estar mais atentos, e o SI das pessoas diminui. Pode acontecer isto, mas não é universal (Garofalo, 1977; Russo & Roccato, 2010; Skogan, 1987).

Os autores dizem também que não podemos tirar conclusões gerais, porque isto depende do tipo de crimes. Quando somos vítimas de crime contra a propriedade em que não há um confronto direto com o agressor, o SI não aumenta (Miethe & Lee, 1984).

Contudo, em dois estudos longitudinais, em que as mesmas pessoas foram seguidas ao longo de um ano, verificou-se que a vitimação era um preditor do medo do crime. Aqui já há uma relação entre vitimação e medo do crime, há um acompanhamento da evolução dos sentimentos em relação às vitimações que vão acontecendo. No estudo de Skogan (1987) foram realizadas duas entrevistas a cada sujeito num espaço de um ano, medindo assim, o medo do crime, comportamentos e experiências de vitimação, sendo que os resultados mostraram que a vitimação mais recente estava relacionada com o medo e comportamentos. Já o estudo de Russo & Roccato (2010) foi realizado a uma amostra de 1701 indivíduos ao longo de 1 ano (em 2 ondas), e aqui, a vitimação direta mais recente também foi o preditor mais eficaz do medo do crime.

Já no estudo transversal de Garofalo (1977), 45% das vítimas contra 46% das não vítimas sentiam-se inseguras. Portanto, nos estudos longitudinais de Russo & Roccato (2010) e Skogan (1987), há uma relação entre vitimação e medo do crime visto que há um acompanhamento dos sentimentos em relação às vitimações que foram ocorrendo ao longo da vida do sujeito.

### **3. Definição de Medo do Terrorismo**

Assim como na definição de terrorismo, tem existido uma discussão na literatura científica sobre como definir o medo (Dorland, 2007). Gray (1987) define o medo como uma emoção de antecipação de dor ou perigo específico. No campo da Medicina, o medo é definido como um estado emocional psicológico e fisiológico experimentado em resposta à ameaça externa real ou de perigo (Dorland, 2007).

Aly & Balnaves (2007), afirmam que o medo é talvez a mais intensa das emoções humanas e pode manifestar-se de várias formas. O medo pode ser uma resposta racional à presença de um perigo real ou uma resposta irracional a um perigo imaginário; pode paralisar ou motivar; servir a uma finalidade política ou servir a uma necessidade psicológica profunda, pode ser instintiva, inerente à nossa composição psicológica ou pode ser historicamente específica. Por exemplo, os medos particulares como as fobias, são legados de experiências individuais. O medo do terrorismo, no entanto, é tipicamente um medo da comunidade decorrente de conflitos existentes entre sociedades. O medo da comunidade impele as sociedades a reafirmar a sua lealdade coletiva a um conjunto de valores políticos comuns e a mobilizar-se contra a ameaça a esses valores. Tudo isto encontra expressão na agressão, marginalização, alienação e rejeição de algo ou alguém que desafie os valores compartilhados e visões de mundo culturais de uma determinada sociedade.

Na mesma linha de pensamento, Kahneman e Tversky (1973; 1979; Tversky e Kahneman, 1974) afirmam que o terrorismo pode desencadear uma poderosa emoção, o medo, que pode ser definido como o grau em que as crenças subjetivas sobre o perigo se desviam das avaliações objetivas do risco. Deste modo, os efeitos distorcidos do medo sobre o comportamento humano podem ajudar a explicar a resposta “irracional” das pessoas ao terrorismo.

Por sua vez, Aly & Green (2010) e Becker & Rubinstein (2004) realçam que o terrorismo cria um estado de terror e inculca o medo. No uso público, o termo “*terrorismo*” assume um significado ampliado e que se refere tanto a um ato de terrorismo, como a um estado de terror. O terror descreve um estado de medo intenso ou extremo. O próprio uso do terror sobre o terrorismo no vernáculo popular fez com que o medo ou terror se tornassem nos elementos mais difundidos do terrorismo.

No rescaldo dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 no World Trade Center e no Pentágono, foram realizados bastantes estudos, sendo que alguns revelaram um nível elevado de medo e ansiedade sobre a probabilidade de novos ataques terroristas nos EUA. De acordo com o estudo de Aly e Green (2010), 52% dos americanos reportaram que se imaginavam a ser vítimas de um ataque. Os estudos australianos também indicaram medo e ansiedade para com a possibilidade de ataques terrorista na Austrália. Conforme um estudo publicado no Sydney Morning Herald em abril de 2004, 68% dos australianos acreditavam que a Austrália estava ameaçada por um ataque terrorista.

O medo e a ansiedade, embora relacionados, não são de forma alguma intercambiáveis. Do ponto de vista psicológico, a percepção da ameaça não se manifesta necessariamente no medo, mas na ansiedade, que pode ser descrito como um precursor do medo. A ansiedade é um sentimento penetrante do medo em resposta a um perigo que é percebido, mas não especificado. Quando esse perigo se torna objetivado, iminente e inevitável, a resposta humana é o medo (Aly & Green, 2010; Garofalo, 1981). O medo e a ansiedade ao nível individual são instintivos e inerentes à nossa constituição psicológica. Já ao nível comunitário, a ansiedade social e o medo são experimentados quando há uma ameaça percebida (por consenso) aos valores associados a essa comunidade (*idem*).

Em termos de ansiedade e medo do terrorismo, geralmente há uma familiarização com ataques terroristas globais, particularmente em termos de perda e destruição. A transmissão ao vivo pela televisão de ataques terroristas nos EUA, Madrid, Bali e Londres, posicionou a população geral como testemunhas de um espetáculo de carnificina e sofrimento. Rematando, todos nós estamos bem conscientes de que também somos vulneráveis a atos de terrorismo, mas não sabemos quando, onde ou que forma esses atos podem adquirir (Aly & Green, 2010).

Com base nas descobertas de uma investigação empírica sobre o medo do terrorismo na Austrália, Aly & Green (2010) afirmam que o medo do terrorismo é um medo muito real e racional que surge das experiências reais e vividas do terrorismo. Contornar os argumentos colocados pelos proponentes do medo político é sugerir que o medo do terrorismo não é apenas um medo dos terroristas *per se*, ou o risco percebido de ser fisicamente vítima de um ataque terrorista. Em vez disso, a concetualização de medo do terrorismo deve conter em si a ansiedade, a inquietação, a angústia e a preocupação sentidas com os impactos sociais e políticos do terrorismo global e as respostas internas de combate ao mesmo. De salientar, que a terminologia usada pelos participantes para falar sobre o medo do terrorismo variava de termos que expressavam explicitamente um estado psicológico de angústia como “medo”, “assustado” e “amedrontado”, para expressões mais subtis como “preocupação”, “ansiedade” ou “inquietação”. O medo do terrorismo, como definido pelos participantes deste estudo, não é apenas uma reação emocional e/ou física intensa provocada por eventos particulares ou em certas situações, mas também se pode referir a sentimentos gerais, mais latentes de ansiedade, preocupação ou inquietação (*idem*, 2010).

Os autores salientam que o medo do terrorismo não é isolado nem estritamente limitado ao medo dos terroristas *per se*, está sim mais associado a um *estado de terror*, uma espécie de nova ordem mundial em que a insegurança e a manipulação do medo para fins

políticos são a norma. O *estado de terror* representa um desafio para os governos que desejam combater o terrorismo envolvendo as comunidades, particularmente porque estas se temem umas às outras, mas também expressam ansiedades importantes das próprias medidas introduzidas para as proteger (Aly & Green, 2010).

Existem várias abordagens para explicar o medo e a ansiedade na literatura sobre o terrorismo e o crime. Garafolo (1981), no seu estudo, reconhece que tanto o medo real como o antecipado podem produzir respostas comportamentais. Este, em vez de adotar uma definição de medo da literatura, procurou conceptualizar o medo do terrorismo com os termos e expressões autorrelatadas pelos participantes, como “ansiedade”, “angústia”, “inquietação” ou “preocupação”, permitindo que os dados falassem por si. Portanto, a definição produzida neste estudo é relativamente ampla.

Becker & Rubinstein (2004) recorrendo ao exemplo dos trágicos eventos de 11 de setembro de 2001, afirmam que estes ilustram o alcance global do terrorismo e as ramificações duradouras do medo gerado por atos terroristas sobre o comportamento humano, uma vez que, embora a probabilidade de ser vítima de um ataque terrorista seja insignificante, o medo criado pelo terrorismo tem efeitos enormes e duradouros sobre o comportamento (Becker & Rubinstein, 2004; Vriens, 2012). Além das perdas diretas que estes atos acarretam, o “terror” tem outras repercussões de longo prazo, como os custos de medidas de segurança e mudanças nas escolhas individuais. Por exemplo, a taxa das viagens por via aérea nos EUA diminuiu cerca de 15% após o 11 de setembro (Becker & Rubinstein, 2004).

Portanto, o medo é uma componente importante da vida quotidiana. E existem dois acontecimentos que fizeram com que este fenómeno assumisse um papel tão proeminente. O primeiro fenómeno prende-se com a intensa e rápida disseminação da informação. A acrescentar a isso, o alcance que a informação atinge num tão curto espaço de tempo e de forma tão rápida, enviesa as nossas perceções sobre os as informações presentes nas notícias, uma vez que os media têm uma grande influência na definição de tópicos importantes como os que se debruçam sobre problemas que envolvem a criminalidade e insegurança. Estes tipos de notícias são propícios ao desenvolvimento de histórias sensacionalista, e como resultado disso, o medo aumenta na sociedade (Vriens, 2012).

Resumindo, podemos conceptualizar o medo do terrorismo numa componente cognitivo-emocional e numa comportamental. Seria, assim, na componente emocional/cognitiva que o papel dos media se destaca já que, neste âmbito, nos referimos a percepção de riscos e de emoções. Neste caso, os media vão atuar em dois momentos cruciais:

1) como os processos psicológicos dos espetadores priorizam os estímulos negativos e “aberrantes”, os novos media vão agir de acordo com isso criando “*uma vasta audiência de espetadores para o ato terrorista enquanto intensificam as suas reações emocionais, o que gera maior sensação de ameaça*” (Breckenridge & Zimbardo, 2007, p. 124); 2) por outro lado, os media possuem um papel crucial na moldagem do entendimento público à cerca do terrorismo, configurando “*os factos, escolhas ou questões que nós deveríamos considerar, avaliar ou debater*” (Breckenridge & Zimbardo, 2007, p. 125). Estes mesmos autores dizem que a perceção dos riscos não é exclusivamente emocional, pois também depende da “*nossa habilidade para projetar no futuro implicações com base no nosso entendimento das circunstâncias presentes*” (*idem*, 2007).

### **Parte III: *Mass media* e Medo do Terrorismo**

Esta parte é composta pela definição dos *mass media*, pelas teses explicativas da relação entre os *mass media* e o medo do crime, em concreto, a teoria da cultivação, teoria da substituição e teoria da ressonância. Em seguida, será abordada a relação entre o terrorismo e os *mass media*, apresentado dois polos nesta relação: simbiótica ou instrumental.

#### **1. Definição de *Mass media***

*Media* são todos os meios de comunicação de massa numa comunidade (National Crime Prevention Council, 2000). Segundo Berger, (1995) a comunicação de massa é a utilização dos *media* impressos ou eletrónicos para comunicar com um grande espectro de pessoas que se encontram espalhadas por vários locais (Berger, 1995). Os *mass media* fornecem um contexto de significados e imagens que preparam as audiências para certas decisões. Os cidadãos fazem parte da audiência de vários meios de comunicação de massa. (Altheide, 2007).

Wilkinson (1997b) usa um termo mais genérico para definir *mass media* – todos os métodos ou canais de informação e entretenimento. Segundo o autor, os *mass media* abrangem jornais, rádio e televisão, mas existem outras formas importantes de comunicação, como os livros, filmes, música, teatro e artes visuais. No final do século XX desenvolveu-se a globalização dos *mass media*, contudo, ao longo da história foram existindo métodos informais de comunicação, como os boatos que ocorriam nas tabernas e nas ruas e que até aos dias de hoje têm um papel fundamental na transmissão de informações. Estes canais informais

coexistem, nas sociedades contemporâneas, com as mais recentes tecnologias multimídia (*idem*, 1977b).

Já a definição de *News Media* foi sofrendo alterações à medida que as emissoras de notícias oficiais começaram a recorrer aos *media sociais* para manter o contato com as massas. Assim, *News Media* é definida como informação sobre eventos recentes relatados, editados, monitorizados e transmitidos por profissionais reconhecidos deste setor das notícias (Hildreth, 2015). A qualidade das *News Media* mede-se pelo grau de responsabilidade, credibilidade e confiança (*idem*). As diferenças significativas entre os *News media* e os media tradicionais tornam os primeiros menos focados em públicos grandes, passivos e heterogêneos, portanto, os *news media* visam pequenos públicos homogêneos que têm um interesse especial num tipo restrito de conteúdo (Surette, 2011). Em suma, os *News Media* têm desempenhado um papel importante na criação de percepções sobre a política e a vida em sociedade (Chong & Druckman, 2007; Iyengar, 1990).

Para melhor percebermos o conceito de *mass media* e a sua relação com o medo do crime é importante ter em linha de conta as teses explicativas deste último.

### **1.1. Modelos Teóricos: o medo do crime e as suas teses explicativas**

São diversos os modelos teóricos que têm sido usados para explicar a relação entre os *mass media* e o medo do crime. Entre aqueles, os mais relevantes têm sido a Teoria da Cultivação, a Teoria da Substituição e a Teoria da Ressonância. Nas próximas linhas iremos caracterizar cada uma das referidas teorias.

A Teoria da Cultivação, que considera o cultivo como um sistema de nível macro de explicação sobre os *mass media*, foi introduzida por George Gerbner e pauta-se por se focar mais no papel dos *media* (Gerbner & Gross, 1976; Gerbner, Gross, Morgan & Signorielli, 1980).

Potter (2014) afirma que Gerbner não se debruçou sobre a forma como as pessoas selecionavam e processavam as informações das mensagens, nem quais os efeitos que as mesmas exerceram sobre as pessoas durante as exposições ou imediatamente após; em vez disso, focou-se nos significados dos cenários pertencentes aos *mass media*, ou seja, com a influência que um escopo mais amplo de mensagens exerceria sobre o público à medida que as pessoas eram expostas às mensagens dos media nas suas vidas quotidianas (*idem*, 2014).

A Teoria da Cultivação recai sobre as implicações de padrões estáveis, repetitivos e penetrantes de imagens e ideologias que a televisão proporciona. Esta perspetiva aborda a

televisão como um sistema de mensagens – um sistema cujos elementos não são invariáveis ou uniformes, mas complementares, orgânicos e coerentes – e indaga sobre as funções e consequências dessas mensagens como um sistema, em geral, para os seus públicos. Desta feita, o foco da análise desta teoria está nos correlatos e consequências da exposição cumulativa à televisão em geral, durante longos períodos de tempo (Gerbner, G., & Gross, L. 1976; Shanahan, J., Shanahan, J., & Morgan, M., 1999). Portanto, o consumo intenso das mensagens dos *media* distorce as crenças da audiência sobre o mundo, influenciando, por seu turno, os estados cognitivos e emocionais da mesma (Gerbner, G., & Gross, L. 1976). Este fenômeno pode ser observado com o crime, sendo que este é reportado de forma distorcida, nomeadamente os crimes violentos, sendo que os *media* negligenciam os padrões e as causas do crime, criando e vincando a ideia de que o crime é aleatório, inexplicável e irracional (Surette, 2011).

Apesar da crítica associada à tese da cultivação, esta tem sido aplicada em alguns estudos empíricos com o objetivo de estudar como é que a exposição prolongada à televisão pode distorcer as percepções do público e exacerbar aspetos da realidade social, como o crime ou violência. Estudos existentes sugerem que o medo do terrorismo é influenciado pelos *mass media* de forma semelhante ao medo do crime, contudo, estes não diferenciam as fontes acedidas, em vez disso, focam-se em meios de comunicação específicos, como jornais ou televisão. Portanto, há uma necessidade de estudar a influência de diferentes tipos de *mass media* no medo subjetivo. (Williamson & Miles-Johnson, 2019)

Tanto a Teoria da Substituição como a Teoria da Ressonância foram elaboradas com o objetivo de delinear traços individuais e circunstâncias que poderiam ser usadas para explicar a relação entre os *mass media* e medo do crime. Portanto, a primeira pressupõe que quanto menor a experiência pessoal do crime, maior é o efeito que os *mass media* têm sobre os sentimentos de medo (Eschholz et al. 2003). Por exemplo, o paradoxo medo-vitimação entre as pessoas idosas e as mulheres explica muito bem este conceito, porque estas populações reportam níveis mais elevados de medo do crime em relação aos mais novos e aos homens, sendo que na realidade as estatísticas oficiais dizem o contrário, que estes dois grupos (idosos e mulheres) são os que têm menos risco objetivo de vitimação (Hale, 1996). Desta feita, os efeitos dos *mass media* são mais preponderantes em fenômenos que estão fora da esfera experiencial pessoal dos sujeitos (Weaver & Wakshlag, 1986; Surrete, 2010), ou seja, as pessoas que se encontram isoladas do crime estão mais suscetíveis de serem influenciadas pelas mensagens do crime (*idem*).

Por outro lado, a Teoria da Ressonância argumenta que a televisão tem mais impacto e cria mais consequências quando ressoa com a experiência daqueles que a assistem, isto é, quando as imagens dos *media* são consistentes com a experiência vivida (e.g., vitimização criminal, residir numa comunidade com altas taxas de criminalidade), portanto, os *media* e a experiência reforçam mutuamente o medo dos cidadãos (Gerbner et al 1980; Weitzer & Kubrin, 2004). Deste ponto de vista, aqueles com maior exposição ao crime (homens; pessoas que sofreram revitimações; com rendimentos mais baixos) seriam aqueles que demonstrariam relações mais fortes entre TV-medo (Eschholz et al. 2003; Weitzer & Kubrin, 2004).

A tese da Ressonância é suportada em alguns estudos, como o de Chiricos, Padgett & Gertz (2000), que se debruçou sobre comunidades de alta criminalidade, sendo que estas, no estudo do autor, são predominantemente afro-americanas que, geralmente, são desproporcionalmente vitimados pelo crime. Desta feita, esta teoria previa uma relação mais forte entre os negros do que entre os brancos, ou seja, a exposição a notícias sobre a criminalidade, juntamente com uma maior vulnerabilidade pessoal ou experiência de crime nos bairros, deve produzir um medo maior do crime entre os negros. Ainda, constatou-se que com a visualização de TV o medo aumentou, mas apenas em bairros de alta criminalidade. A exposição televisiva não teve efeito sobre o medo em bairros de baixa criminalidade, levando à conclusão de que a televisão só se destaca quando interage com as condições de criminalidade da vizinhança (Weitzer & Kubrin, 2004).

Em suma, é importante ter em linha de conta que a maioria das pessoas não tem experiência pessoal direta com crimes graves, sendo os *mass media* a principal fonte. Adicionalmente, importa ter em consideração que os *mass media* são fontes de informação às quais os membros da sociedade moderna participam amplamente (Sacco, 1982). Concluindo, os *media* afetam positivamente o medo do crime, contudo é preciso considerar que as pessoas consomem as mensagens do crime através da TV, jornais e outras fontes mediáticas e que por seu turno estes representam essas mensagens de forma amplificada e exagerada (Jewkes, 2004). Sendo que tudo isto vai influenciar os comportamentos dos cidadãos, tal como Garofalo (1981) afirma, as pessoas passam a restringir a sua atividade na sociedade para minimizar o seu risco de vitimação na rua.



## **2. Relação entre Terrorismo e os *Mass Media*: relação simbiótica ou relação instrumental**

Comum a todos os atos de terrorismo é a ameaça ou uso de assassinatos, ferimentos ou destruição para coagir o governo ou outros grupos-alvo a aceitar as exigências dos terroristas. Tal ocorre porque os terroristas tentam demonstrar a credibilidade das suas ameaças por meio de atos espetaculares de destruição ou atrocidade que, por sua vez, são propagados pelos *media*, e, por essa razão, são frequentemente considerados como “causadores” do terrorismo. Na realidade, está muito além dos poderes, mesmo dos meios de comunicação modernos, criar um movimento terrorista ou um estado terrorista. Para entender como os grupos que defendem o terrorismo se originam, é necessário analisar as suas motivações, objetivos, ideologias ou crenças e estratégias religiosas. No entanto, uma vez que a violência terrorista está em curso, a relação entre os terroristas e os meios de comunicação de massa tende inevitavelmente a tornar-se simbiótica. Na sociologia, o termo *simbiose* é entendido como relações de dependência mútua entre diferentes grupos dentro de uma comunidade quando os grupos são diferentes uns dos outros e as suas relações são complementares. Seria errado negarmos que as modernas técnicas dos *media*, como os satélites de comunicação e a rápida disseminação da televisão tiveram um efeito marcante no aumento da publicidade do terrorismo (Wilkinson, 1997b; Surrete, 2010).

A verdade é que os terroristas usam dezenas de técnicas de *media* sofisticadas, como a comunicação pública direta das suas queixas, demandas e exigências; eles também procuram formar a opinião pública por desinformação, “confissões” de reféns, críticas ao governo, transmissões diretas por canais de rede aberta e apelos de ajuda. Esses grupos geralmente atacam diretamente os *media* através do uso da violência contra jornalistas ou através do uso de jornalistas como negociadores; e os terroristas por vezes também bombardeiam ou ocupam as instalações que imitem as transmissões. Ainda, através dos *media* eles procuram anunciar a sua causa, gerando uma atenção favorável através da libertação de reféns, procurando assim, uma espécie de status de *Robin Hood*. Esses grupos também usam os meios de comunicação como “cães de guarda” contra a deslealdade da polícia visando com isso aprender sobre as identidades dos reféns, possíveis represálias da polícia e opinião pública atual; procurando também, comunicar com os aliados; e identificar alvos ou inimigos futuros (Schmid & De Graaf, 1982 cit in Farnen, 1990, p. 112).

Michel Wieviorka (1988 cit in Wilkinson, 1997b) negou a existência de uma “relação simbiótica” entre o terrorismo e os *media*, argumentando que os terroristas se relacionam com

os media de quatro formas diferentes: 1) da “*indiferença pura*” aos media, através da “*relativa indiferença*”. Depois, para uma “*estratégia orientada para os media*” e, finalmente, para “a coerção dos media”. Paul Wilkinson desafiou diretamente os quatro graus de relacionamento de Wieviorka, afirmando que os terroristas usam sempre canais de comunicação. No primeiro caso – “*pura indiferença*” – a qualquer desejo de aterrorizar uma população além da vítima imediata da violência, Wilkinson diz que “*se não há objetivo para incutir terror, a violência não é de natureza terrorista*”. A “*relação instrumental*” entre o terrorista e os media, que Wieviorka coloca apenas na sua terceira categoria, é dito por Wilkinson como “*intrínseco à própria atividade de terrorização*”, porque por mais chocante que sejam as mensagens, os media vão ajudar a dissimular essas mensagens de ameaça e intimidação (Wilkinson, 1997b).

No que concerne às organizações terroristas, estas quando decidem atacar procuram maximizar a atenção dos media (Rohner e Frey, 2007, p.130 *cit in* Jetter, 2017) e podem atacar mais, quando o foco de atenção já está sobre eles. Em contraste, as organizações terroristas geralmente dependem dos *media* para divulgar a sua mensagem, gerar medo numa população-alvo e ainda, recrutar seguidores (Frey et al., 2007; Walsh, 2010; Wilkinson, 1997b). De facto, na maioria das vezes, os ataques terroristas nem sequer visam vítimas específicas, sendo os seus objetivos assustar e transmitir uma mensagem (Frey et al., 2007; Jetter 2017).

No seu capítulo sobre o Terrorismo, Dadoun introduz o conceito de “*teleterrorismo*”, e tendo em conta o ponto de vista do autor, o terrorismo age de preferência para a televisão, e esta faz do terrorismo um espetáculo “*como se tratasse de um folhetim*” (Dadoun, 1998). Refere ainda o autor que isto não acrescenta custos adicionais de propaganda para os terroristas.

De ressaltar que temos assistido a uma panóplia de transformações quer nos *mass media*, quer em relação ao terrorismo. Sendo que, dentro dos *mass media*, a televisão tem sido aquela que tem ganho um papel de maior destaque, uma vez que se caracteriza por divulgar informações de forma mais simples e por ser difusora da imagem – provocando novas sensações nos espetadores “*O terrorismo é um produto de liberdade, particularmente, liberdade de imprensa*” (Jenkins *cit in* Biernatzki, 2001 , p. 5). Contudo, “*não existem evidências concretas que a publicidade [pelos media] é responsável por afetar significativamente a ocorrência do terrorismo*” (Wardlaw, 1989 *cit in* Biernatzki, 2001 , p. 6).

Nacos (1994 *cit in* Biernatzki, 2001 ), reconhece que “*A atenção dos mass media, do público e dos decisores políticos para este fenómeno, é a razão de ser por detrás da violência cada vez mais chocante do terrorismo moderno*” (Idem, p.8). Ainda, Walter Laqueur disse que

*“os meios de comunicação são os melhores amigos do terrorista... o ato dos terroristas por si só não é nada, a publicidade é tudo”* (Laqueur, 1976, p. 104, *cit in* Farnen, 1990, p. 105).

Os *media* de facto, têm vindo a ocupar uma grande proporção do que é hoje a nossa cultura e por isso, é natural que os terroristas os integrem nas suas estratégias. Segundo Biernatzki (2001) isto cria a ideia de que existe uma relação simbiótica entre os *media* e o terrorismo – e o autor explica em que consiste essa relação: *“o terrorismo requerer a participação dos media, e os media, por sua vez, dependem dos atos terroristas para proporcionar o tanto de sensacionalismo pelo qual os media prosperam”* (Biernatzki, 200, p. 6).

Ainda, Surrete (2011) afirma que força da relação simbiótica entre os *media* e terrorismo é tal que, em muitos aspetos, o terrorismo moderno provém da criação dos *media*. Se os *mass media* não existissem, os terroristas teriam que os inventar. Os *mass media* e os terroristas compartilham várias necessidades, como por exemplo, ambos procuram alcançar o maior número possível de pessoas. Impulsionados pelo seu objetivo mútuo de maximizar o tamanho da audiência, o terrorismo mediado pelos *media*, onde a violência é reiterada para ganhar publicidade, aumentou significativamente.

Não obstante, existe uma gama de autores que negam essa relação simbiótica. Exemplo disso, é Michel Wieviorka que afirma que os *“terroristas relacionam-se com os media em qualquer uma das quatro formas, de «pura indiferença» aos media, passando pela «relativa indiferença», depois «uma estratégia orientada para os media» e finalmente para a «coerção dos media»*” (Wieviorka *cit in* Biernatzki, 2001 p. 6). Já Paul Wilkinson não concorda com esta visão, mas afirma a existencia da *“relação instrumental”* tendo em linha de conta a terceira categoria elencada por Wieviorka (Wilkinson, 1997b). Ainda existem autores como Robert Picard e Miquel Rodrigo que corroboram esta negação, adicionando a inexistencia de causa-efeito, *“apesar dos media serem uma parte importante do ambiente no qual os terroristas operam, não existe evidência científica credível que estabeleça uma «relação causa-efeito» entre a cobertura mediática e a difusão do terrorismo»*” (Picard *cit in* Biernatzki, 2001 , p. 6). Mais, Rodrigo (*cit in* Biernatzki, 2001 ) afirma que o ato terrorista não é apenas um ato de comunicação, porque apesar de alguns terroristas terem como objetivo a procura de publicidade, efetivamente, também existem terroristas que agem sem essa intenção.

Os terroristas do séc. XXI não necessitam tanto dos *media tradicionais* (jornais e TV) para proliferar a sua mensagem. A Internet entrou neste jogo e começa a ter, cada vez mais,

um papel importante na propagação da mensagem. Mais, é um meio que facilmente lhes permite divulgar instruções e comunicações codificadas<sup>19</sup> (Breckenridge & Zimbardo, 2007).

### **2.1. A instrumentalização do terrorismo pelos *Mass media***

A literatura tem vindo a demonstrar que o terrorismo dá prioridade a determinadas estratégias, sobretudo à manipulação dos novos media (Martin, 2015). E surge-nos, aqui, o conceito de “*media-oriented terrorism*” (Martin, 2015, p. 306). O objetivo passa por divulgar a mensagem, e os terroristas agem propositadamente para captar a atenção dos media e do público em geral (Jetter, 2017; Martin, 2015). Evidentemente que as atividades terroristas são reprováveis pelos governos, que limitam ao máximo o fluxo de informação, e a solução que as organizações terroristas encontram é acederem às tecnologias de comunicação de massas. E conseguem isso através do controlo da atenção dos *media* e do público, sendo que estes estão ao mesmo tempo a fazer pressão nos governos e noutros “adversários” para “fazer algo”, influenciando assim as suas decisões e condutas (Martin, 2015). Desta feita, a mensagem irá criar mais impacto na audiência se tiver os seguintes apelos: 1) *Efficiency*, a mensagem é transmitida ordenadamente de forma a que seja compreensível; (2) *Timeliness*, a mensagem deve ser recebida enquanto ainda é relevante e “nova”; (3) *Coherence*, mensagem facilmente entendida pelo público alvo (*idem*, 2015).

Historicamente, a partir do séc. XX os media impressos (*print media*) foram os primeiros *mass media* a serem instrumentalizados. Os movimentos dissidentes utilizavam os jornais, para disseminar a sua mensagem e, inclusive, eram criadas imprensas clandestinas. A partir daqui, os governos consciencializaram-se do poder da imprensa nos sentimentos públicos. Antes da “*epidemia*” da televisão, os terroristas usavam a rádio<sup>20</sup>. Aqui, também proliferavam as rádios clandestinas que se mostraram essenciais em captar a atenção da audiência em geral, e ainda dos próprios colaboradores da organização terrorista. De seguida surge a televisão, desde os anos 60, que a televisão tem sido a grande escolha dos terroristas, especialmente na era do cabo e do digital (o “*teleterrorismo*”). Ela apresenta características que são favoráveis aos seus objetivos: visibilidade imediata; mais audiência; permite a divulgação de imagens dramáticas (que por vezes não chegam a ser censuradas) e permite a ligação entre os vários locais do mundo (“*glocal*”). Os terroristas só têm de ser capazes de manipular os media usando “*a televisão como instrumento principal para ganhar a simpatia e medidas de apoio para o seu*

---

<sup>19</sup> Como também, permite disseminar pela web vídeos de execuções, situações de reféns, e “documentários” de bombistas suicidas

<sup>20</sup> E mesmo após o início da hegemonia televisiva, a rádio mostrou ser uma ferramenta muito útil.

*compromisso, apresentando-se eles próprios a arriscar as suas vidas pelo bem-estar de um eleitorado vítima cujas queixas legítimas são ignoradas*” (Moss cit in Martin, 2015, p. 310). Os terroristas, se forem bem sucedidos, conseguem passar as imagens da sua “batalha” a milhões de espetadores de todo o mundo e de forma instantânea. No término destes *media tradicionais* temos a Internet e, particularmente, as redes sociais. Os computadores e as tecnologias de comunicação são atualmente muito usadas pelos grupos terroristas extremistas. É bastante comum a utilização de websites, blogues ou plataformas de redes sociais uma vez que facilitam o envio de mensagens e imagens “ao vivo”. Estas tecnologias não permitem somente atrair uma maior audiência, também possibilitam uma melhor comunicação dentro da própria organização. Como forma de combate a esta comunicação, existem organizações independentes que monitorizam os websites extremistas até à sua origem e conteúdo<sup>21</sup> (Martin, 2015). Mas estes recursos não são os únicos, temos os *New Media*, que já foram referidos anteriormente e que caracterizam-se por não possuírem uma origem nem natureza política, mas que adquirem papéis políticos ao oferecerem lugar a discussões políticas que atraem oficiais públicos, candidatos, cidadãos e inclusive membros dos *media tradicionais* (Davis, Richard & Owen cit in Martin, 2015, p. 311). Aqui incluem-se “*political talk radio(...) television talk (...) electronic town meetings (...) and print and television tabloids*” (*idem*, 2015). São inovadores e experienciam distintos formatos e problemáticas. No entanto, apesar deste tipo de recurso ser utilizado por grupos extremistas, os grupos terroristas não parecem estar interessados em manipulá-los (Martin, 2015).

O terrorismo orientado pelos *mass media* é a chamada de “propaganda por ação” – um crime simbólico intencional, e hoje um fluxo constante de atos terroristas pode ser identificado como eventos terroristas orientados pelos *media* caracterizados pela seleção de alvos de alta visibilidade, atos terroristas gráficos, vídeos, entrevistas, entre outros. Como os políticos, os terroristas aprenderam a manipular a cobertura dos *media* de forma a contornar a edição e formatação contextual realizada pelos jornalistas, visando atingir diretamente o público com sua mensagem (Surrete, 2010).

O terrorismo como processo tornou-se uma forma de entretenimento informativo e um teatro público. Por outro lado, os *media* passaram a ser vistos como “*orientados para o terrorismo*” em termos do valor comercial de eventos terroristas. Devido ao enorme público que atrai, o terrorismo voltado para os *media* é altamente valioso para as organizações dos

---

<sup>21</sup> E.g. *Search for International Terrorist Entities Intelligence Group* (SITE Intelligence Group)

media. Assim, à medida que os media “ajudaram” os terroristas através da proliferação de notícias, os terroristas aprenderam com os *media* e tornaram-se *experts* em relação a esta matéria. Portanto, os terroristas agora entendem a dinâmica da noticiabilidade e os benefícios da cobertura noticiosa: maior legitimidade e status político; percepção aumentada da sua força e ameaça; e uma maior capacidade de atrair recursos, apoio e recrutas (*idem*, 2011).

#### **Parte IV: Estudos existentes**

Esta secção está reservada à evidência empírica que sustenta o objetivo principal deste estudo. Assim, os estudos abaixo apresentados servem para melhor compreender os fenómenos em análise. Desta feita, serão apresentados estudos sobre o medo do terrorismo; a relação que existe entre os *mass media* e o terrorismo, em concreto, a análise dos efeitos à exposição de notícias de TV sobre o terrorismo; a análise da cobertura mediática no sentimentos de insegurança; a explicação de como é que os *mass media* contribuíram para a mutação do significado do terrorismo; e ainda, a atenção que os *media* dão aos ataques terroristas. Por fim, é apresentado um estudo sobre como a realidade criminal influencia a relação entre as notícias de TV e o medo do crime.

Um dos estudos mais importantes sobre o medo do terrorismo que incorporou técnicas de investigação qualitativa e quantitativa para explorar a natureza do medo do terrorismo na Austrália, foi o estudo de Aly e Balnaves (2007), mais concretamente, o estudo da Métrica do Medo (*Metric of Fear Study*) através do uso da Escala do Medo do Terrorismo. Esta escala é de Likert, somativa, composta por 22 itens com uma classificação de 0 a 4. A pontuação máxima para todos os itens é 88, indicando uma pessoa extremamente amedrontada em casa, no bairro e na comunidade, a pontuação mínima de 0 indica uma pessoa que se sente extremamente segura (*idem*, 2007). Este estudo investigou como muçulmanos australianos e membros da comunidade em geral são alvos dos discursos mediáticos e políticos sobre o terrorismo. Para além disso, também procurou aceder às percepções da ameaça terrorista à Austrália e respostas comportamentais ao medo do terrorismo (Aly e Balnaves, 2007; Aly & Green, 2010).

Ao analisar a variedade de escalas existentes, os investigadores descobriram que não havia escalas que medissem os dois padrões de respostas comportamentais ao medo. Também não existiam escalas que medissem as percepções pessoais de risco, bem como as percepções de

risco da comunidade. A Escala do Medo de Violação, desenvolvido por Gordon e Riger (1979 *cit in* Aly e Balnaves, 2007), forneceu uma base sólida para o desenvolvimento da Escala do Medo do Terrorismo – esta sofreu modificações, em concreto, a inclusão de questões destinadas a medir os construtos do medo do crime. Essas questões dizem respeito a mudanças nos padrões de comportamento, pontos estratégicos na construção do medo, percepções de risco pessoal e comunitário e a experiências pessoais de terrorismo. Também foi solicitado aos entrevistados que avaliassem os seus sentimentos de segurança antes e depois dos ataques de 11 de setembro<sup>22</sup>. Os resultados sugerem que não só os australianos têm mais medo do terrorismo após o 11 de setembro, como também estão a adotar novos comportamentos como resultado desse medo. Esses comportamentos foram de cariz preventivo, como evitar andar de transportes públicos e de avião, outros indivíduos. Este estudo descobriu natureza do medo do terrorismo está inextricavelmente ligada às posições impostas a indivíduos e grupos pelos *mass media* e pelos discursos políticos sobre o terrorismo. Consequentemente, os indivíduos e as comunidades adotam respostas comportamentais e cognitivas ao medo do terrorismo, e isto depende do facto de estarem posicionados como vítimas ou como objetos de terror nos meios e domínios políticos (Aly e Balnaves, 2007; Aly & Green, 2010).

No estudo de Rubin et al. (2003) foram examinados os efeitos do cultivo da exposição à televisão sobre o medo do terrorismo e se as diferenças ao nível individual (experiência de vitimização e género) poderiam explicar a relação entre o consumo dos media e o medo do terrorismo. Os resultados indicaram que o efeito da exposição geral da televisão e a notícias relacionadas com o terrorismo não teve efeito sobre o medo do terrorismo. No entanto, a motivação para assistir a essas notícias estava significativamente relacionada com o medo do terrorismo. Desta feita, os resultados sugerem que aqueles que assistem intencionalmente às notícias relacionadas com terrorismo têm mais medo e se sentem menos seguros contra atividades terroristas. Além disso, este estudo também conclui que as vítimas de crimes têm mais medo do terrorismo.

Slone (2000), analisou os efeitos da cobertura dos *mass media* no sentimento de insegurança nacional. Verificou-se que há diferença significativa nas alterações do nível de ansiedade<sup>23</sup> entre os participantes do grupo experimental que foram expostos à transmissão dos vídeos dos *mass media* com a temática do terrorismo (vs. controlos), apesar de este estudo ter

---

<sup>22</sup> Sendo que os grupos focais revelaram que as pessoas tinham mais probabilidade de expressar os seus sentimentos em termos de segurança do que de medo e ansiedade.

<sup>23</sup> No entanto, os autores referem que é provável que uma matriz de respostas emocionais, como medo, depressão, hostilidade e muitos outros, pode ser provocada pela exposição aos mesmos estímulos.

analisado o contexto específico israelita, a violência politicamente motivada e a sua cobertura feita pelos *mass media* estendem-se, como sabemos, por todo mundo. Este estudo tinha quatro hipóteses postuladas: na primeira hipótese afirmava-se que haveria um aumento da ansiedade no grupo experimental (GE) que foi exposto à intervenção – foram expostos a vídeos que mostravam atividades terroristas. O mesmo não aconteceu com o grupo de controlo (GC), que foi exposto a uma intervenção não relacionada com terrorismo e ameaça nacional. Os resultados foram positivos para esta questão de pesquisa que reforça a validade da intervenção. As outras três hipóteses estão relacionadas com o impacto diferencial de exposição pelos *mass media* a violência política para diferentes setores da população. Para explorar esta questão, três características foram examinadas: o género, a religiosidade e o dogmatismo.

Altheide (2004), por sua vez, realizou um estudo visando explorar como é que os *mass media* contribuíram para a mudança do significado do terrorismo, que, segundo o autor, deixou de ser visto como uma estratégia ou evento, e passou a ser considerado uma condição do mundo no rescaldo do 11 de setembro. Desta feita, foi realizada uma análise de conteúdo qualitativo das notícias, nomeadamente, da extensa campanha publicitária que surgiu após os eventos do 11 de setembro e as subsequentes ações políticas, militares e sociais. Esta abordagem pode ser ilustrada por outro projeto de seminário que estudou o medo e a vitimização, bem como a cobertura mediática após os ataques do 11 de setembro e relatos de notícias sobre ações governamentais e a renovação cultural, recuperação e vingança (Altheide et al., 2001 *cit in* Altheide, 2004. p. 294). Da análise efetuada, emergiram três temas-chave: 1) o medo apoia o terrorismo como condição – O medo desempenhou um papel importante na construção social do terrorismo. O significado dos ataques foi enquadrado no contexto dos eventos nacionais e internacionais anteriores e especialmente nas narrativas culturais bem estabelecidas que envolvem o medo, o justificam, e justificam o lugar que o medo ocupa na vida de muitos cidadãos. Os medos que envolvem o crime, a violência e a incerteza foram importantes para as definições públicas da situação após o 11 de setembro. Uma das principais fontes de insegurança foi um medo generalizado promovido nas notícias, na cultura popular e nos discursos políticos (Shapiro, 1992 *cit in* Altheide, 2004. p. 295). Este discurso pode ser referido como um *discurso do medo*, uma consciência simbólica, ou seja, o perigo e o risco são características centrais da vida quotidiana. 2) O consumo e a caridade juntaram-se simbolicamente ao terrorismo – a publicidade serviu para normalizar a condição terrorista, passando a mensagem de que era importante dar e comprar, sendo isto sinónimo de patriotismo e unidade nacional (Espeland, 2002 *cit in* Altheide, 2004. p. 298). Também, se verificou um



aumento do medo do crime e do terrorismo, devido ao aumento da compra de armas. Muitos americanos responderam aos ataques com a aquisição de armas. 3) A ausência de um objetivo claro de represálias contribuiu para a construção de amplos inimigos simbólicos e objetivos referidos como “terrorismo”. A política do medo era fundamental para a criação de uma identidade nacional, e esta ideia foi realizada simbolicamente ao proliferar os trágicos eventos. Em suma, os *mass media* e a cultura popular alteraram a forma como a maioria dos americanos aprende e apreende o mundo. Efetivamente, foram os *mass media* e a cultura popular que definiram os ataques aos EUA, como um ataque à cultura americana se não à própria civilização. Refletiram também, uma cultura e uma identidade coletiva imobilizada no marketing, na cultura popular, no consumismo e no medo.

Outro estudo de Altheide (2006), procurou analisar a forma como as notícias (de 5 jornais norte-americanos) sobre o terrorismo refletiam os termos e o discurso associados à política de medo, ou a promoção e uso de opinião pública, ou sobre o perigo, o risco e o medo, para alcançar determinados objetivos. Este estudo visava investigar os resultados desses esforços, 18 meses após o 11 de setembro de 2001, tendo-se para tal efetuado a comparação entre estes 18 meses após os ataques, com os 18 meses anteriores a esses ataques.

O estudo visava comparar a cobertura mediática do terrorismo com a do crime e das vítimas e observar como estes podem estar relacionados ao uso da palavra “medo”. Desta feita, analisou-se o suporte concetual e empírico para a tese da política de medo, que pode ser afirmada da seguinte forma: os termos “crime”, “vítima” e “medo” são usado em conjunto em notícias sobre terrorismo procurando construir um discurso público que reflete relações simbólicas sobre a ordem, o perigo, e a ameaça e que podem ser exploradas pelos decisores políticos. O estudo chega à conclusão de que o discurso do medo, nos dias de hoje, inclui o terrorismo, bem como a vitimização e o crime. O terrorismo e o medo uniram-se através da vitimização. O crime estabeleceu uma base sólida na sua associação com o medo, e continua a crescer, mas é o terrorismo que agora ocupa o maior espaço nas notícias. Já as vítimas são um subproduto do medo e do discurso do medo. Altheide (2006) afirma que o medo e a vítima estão ligados através do poder social, responsabilidade e identidade. E esta ligação envolve preocupações sobre segurança e percepções de risco. O terrorismo está emergido num público que já está habituado ao discurso do medo, bem como à política social voltada para proteger esse público do crime. O autor propõe que o discurso do medo é um elemento-chave dos medos sociais que envolvem o crime e outros fenómenos no mundo pós-moderno. Numa palavra, o

medo é percebido como crime e terrorismo, enquanto as forças policiais e militares são unidas ‘simbolicamente’ e vistas como os protetores da população geral.

O estudo de Jetter (2014) analisou sistematicamente a atenção dos *mass media* dedicada aos ataques terroristas em todo o mundo entre 1998 e 2012. Este estudo introduz um novo conjunto de dados que produz uma medida sistemática para a taxa de resposta dos *mass media* aos ataques terroristas pelo New York Times (NYT). O artigo apresenta uma análise sistemática dos fatores associados à taxa de resposta pelo NYT, e estes fatores foram agrupados com características relacionadas com 1) o ataque, 2) a sociedade, (3) a geografia, 4) o tempo, 5) a economia e 6) a política.

Desta feita, emergem vários resultados notáveis: primeiro, o facto de as missões suicidas receberem mais atenção do que as missões não suicidas – esta situação é estatisticamente significativa prevalece ao longo da adição de variáveis de controlo. Portanto, estas missões tornaram-se mais populares entre as organizações terroristas porque garantem mais *hype* por parte do *media*, como sugerido por Hoffman (2003 *cit in* Jetter, 2014). Mais, os ataques suicidas não estão a receber mais cobertura devido às suas características, mas sim pelo fato de serem ataques suicidas, *per se*. Em segundo lugar, qualquer ataque terrorista que ocorre num país longe dos EUA recebe sistematicamente menos atenção no NYT. Efetivamente, a proximidade geográfica é um fator importante, pois há maior preocupação com eventos que nos sejam próximos. Terceiro, o NYT parece reportar menos incidentes ocorridos em países religiosos. Esta conclusão não se aplica apenas a países que são principalmente muçulmanos, mas também a sociedades católicas e protestantes. Este resultado é intrigante e pode merecer uma análise mais detalhada no futuro. Quarto, várias características políticas do país atacado estão relacionadas à cobertura mediática. O NYT dedica menos atenção aos ataques nas nações democráticas, e está particularmente atento ao terrorismo em países governados por administrações de esquerda. O efeito estatístico positivo de um ataque realizado num país de esquerda na taxa de resposta do NYT é aproximadamente equivalente ao efeito de um ataque suicida<sup>24</sup>. Portanto, uma missão de suicídio ou uma administração de esquerda garante mais cobertura, mas não se ambos forem verdadeiros (suicídio e esquerda). Por sua vez, há fraca evidência de ataques em países sob administrações de direita que recebem menos atenção. Quinto e último, os aspetos económicos do país atacado são importantes. A resposta dos *media* é maior em ataques ocorridos em países mais pobres. O NYT, também relata mais ataques em

---

<sup>24</sup> Curiosamente, os ataques suicidas em países governados por administrações de esquerda não recebem mais atenção mediática.

países com os quais os EUA mantêm relações comerciais mais fortes. E isto é compreensível, uma vez que os cidadãos dos EUA tenham maior interesse em se informar sobre o terrorismo em países com os quais os EUA estão mais envolvidos economicamente.

Outro estudo de Jetter (2017), analisa a cobertura mediática diária (notícias televisivas dos EUA) sobre os ataques terroristas do grupo Al-Qaeda após o 11 de setembro de 2001 até ao final de 2015, precisamente, porque tem havido muita especulação sobre a hipótese de que a cobertura mediática sobre os grupos terroristas possa estimular novos ataques. Os resultados sugerem que a cobertura da Al-Qaeda na CNN, NBC, CBS ou Fox News incentiva ativamente os ataques do grupo. Um minuto de cobertura sobre a Al-Qaeda num segmento de notícias de 30 minutos poderá causar um ataque, em média, nos próximos 7 dias – o equivalente a 4,9 vítimas. Além disso, o efeito não só afeta o tempo dos ataques, mas também aumenta o número total de ataques da Al-Qaeda. Esses resultados indicam cautela na cobertura mediática sobre a Al-Qaeda, pois podem encorajar diretamente os ataques terroristas. Contudo, resultados de regressões de placebo, especificações empíricas alternativas e outras verificações de robustez fornecem suporte adicional para estes achados. Ainda de ressaltar, que os resultados sugerem que os ataques para além de serem adiados quando cobertura mediática é baixa, observa-se também uma diminuição líquida no número de ataques.

O estudo de Chiricos, Padgett, & Gertz (2000), procurou analisar se e como a realidade do crime influencia a relação entre assistir as notícias de TV e o medo do crime. Este estudo testa três hipóteses: 1) a frequência com que se assiste notícias televisivas está relacionada diretamente com os níveis reportados de medo do crime, controlando outras variáveis relacionadas à TV e ao medo; 2) a frequência de assistir notícias locais influencia mais os níveis de medo, do que assistir notícias nacionais e 3) os contextos sociais e experienciais, ou circunstâncias, dos membros do público fazem diferença na forma como o significado é recebido por parte dos *mass media* e, portanto, interage com o consumo de notícias de TV e no seu efeito sobre o medo do crime.

No que concerne aos resultados, as notícias locais e nacionais estavam relacionadas com o medo do crime, independentemente dos efeitos da realidade do crime. Os efeitos das notícias locais são mais fortes, especialmente para as pessoas que vivem em locais com altas taxas de crime ou que têm experiência recente com vítimas. Este padrão contextual de resultados é consistente com a conclusão de que as notícias televisivas têm maior influência quando ressoa com a experiência ou a realidade do crime dos indivíduos.

Em suma, os resultados do estudo de Slone (2000) fornecem suporte para o argumento de que os meios de comunicação têm um impacto sobre o bem-estar psicológico dos espectadores. Já no estudo de Altheide (2004) foram os *mass media* e a cultura popular que definiram os ataques aos EUA, como um ataque à cultura americana, exaltando também uma cultura e uma identidade coletiva sustentada marketing, no consumismo e no medo. Noutro estudo de Altheide (2006) o terrorismo encontra-se incutido num público que já está habituado ao discurso do medo e o discurso do medo é um elemento-chave dos medos sociais. Portanto, o medo é percebido pelo público quer como crime, quer como terrorismo.

Por fim, o Jetter (2017) sobre os ataques do grupo Al-Qaeda após o 11 de setembro, sugere que a cobertura mediática da Al-Qaeda em diferentes canais televisivos incentiva ativamente os ataques do grupo. Assim como, os resultados ditam que quando a cobertura mediática é baixa, os ataques são adiados, mas denota-se também para além disso, uma diminuição do número de ataques.

## Capítulo I – Metodologias

### 1. Amostra

O presente estudo utiliza uma amostragem teórica uma vez que os participantes foram selecionados tendo em conta a informação e características que se pretende estudar (Flick, 2005; Silverman and Marvasti 2008). Para Mason (2002, p.124), a Amostragem Teórica:

*“significa seleccionar grupos ou categorias a estudar com base na sua relevância para as questões de pesquisa (...) A amostragem teórica está relacionada com a construção de uma amostra (...) que é significativa teoricamente e empiricamente, porque é construída a partir de certas características ou critérios que ajudam a desenvolver e a testar a teoria”.*

Este tipo de amostragem não se baseia nos critérios e técnicas da amostragem estatística. Pelo contrário, na amostragem teórica a representatividade da amostra não é garantida nem pela aleatoriedade, nem pela estratificação. Assim, os indivíduos ou grupos são selecionados tendo em conta a capacidade de gerarem novas ideias para o desenvolvimento da teoria (Flick, 2005). Uma vez que há possibilidades teóricas de incluirmos ilimitadamente novas pessoas, grupos, casos, *inter alia*; há também necessidade de definir critérios de inclusão visando limitar a amostragem. E esses critérios são criados tendo em conta a teoria – *“A teoria que se vai desenvolvendo com base no material empírico é o ponto de referência”* (Flick, 2005, p.66-67). Desta feita, foram vários critérios tidos em conta, nomeadamente, o género, a idade e a profissão.

Neste estudo a amostra é constituída por 20 participantes, sendo a amostra por conveniência a técnica usada em 17 dos participantes, e a técnica de *snowball* em 3 dos participantes. Esta técnica caracteriza-se pelo facto de os entrevistados darem a conhecer ao entrevistador outros indivíduos que têm características semelhantes pertinentes ao tema abordado: *“(...) na amostragem ‘bola de neve’, começa-se com uma categoria de amostragem – geralmente uma pessoa – e pedimos a essa pessoa para nos colocar em contato com outros indivíduos que sejam semelhantes”* (Mason, 2002, p.142). Neste caso, os participantes E17 e E18 são filhos do participante E16, sendo que este último indicou os primeiros para a realização da entrevista. Por fim, os participantes E19 e E20 são um casal, tendo o primeiro indicado E20 para realização da entrevista.

Em suma, a amostra é constituída por 13 indivíduos do sexo feminino com idades entre os 21 e 80; e 7 do sexo masculino com idades entre os 23 e 57. Ao nível da profissão que exercem, verifica-se que cinco indivíduos são estudantes, dez indivíduos têm atividades profissionais diversas: advogado estagiário, cabeleireira, técnico de gestão, entre outras; 4 indivíduos são desempregados e um indivíduo é aposentado. A acrescentar a isto, a amostra foi recolhida em três cidades: Aveiro, Coimbra e Porto, tendo sido realizadas 15 na primeira cidade<sup>25</sup>; um indivíduo foi entrevistado em Coimbra e por fim, 4 entrevistados no Porto.

**Tabela 1-** Caracterização pessoal da amostra do estudo e experiência de vitimação

	EXPERIÊNCIA DE VITIMAÇÃO	SEXO E IDADE	PROFISSÃO	LOCAL DE RESIDÊNCIA
<b>Entrevista 1</b>	Vítima	Feminino 55 anos	Desempregada	Aveiro
<b>Entrevista 2</b>	Não vítima	Feminino 23 anos	Estudante	Aveiro
<b>Entrevista 3</b>	Vítima	Feminino 41 anos	Desempregada	Aveiro
<b>Entrevista 4</b>	Não vítima	Feminino 32 anos	Técnico de Gestão	Aveiro
<b>Entrevista 5</b>	Não vítima	Feminino 23 anos	Software Developer	Aveiro
<b>Entrevista 6</b>	Não vítima	Feminino 23 anos	Estudante	Coimbra
<b>Entrevista 7</b>	Vítima	Masculino 23 anos	Estudante	Aveiro
<b>Entrevista 8</b>	Não vítima	Masculino 29 anos	Bolseiro de Doutoramento	Aveiro
<b>Entrevista 9</b>	Vítima	Masculino 53 anos	Diretor de Segurança	Aveiro

<sup>25</sup> Note-se que o indivíduo E7 é do Funchal e o E8 é de Mira, mas ambas entrevistas foram realizadas em Aveiro.

<b>Entrevista 10</b>	Vítima	Masculino 24 anos	Designer Gráfico	Aveiro
<b>Entrevista 11</b>	Vítima	Feminino 43 anos	Empregada de balcão	Aveiro
<b>Entrevista 12</b>	Não vítima	Feminino 26 anos	Desempregada	Aveiro
<b>Entrevista 13</b>	Não vítima	Feminino 21 anos	Trabalhador Independente	Aveiro
<b>Entrevista 14</b>	Vítima	Feminino 22 anos	Estudante	Porto
<b>Entrevista 15</b>	Vítima	Masculino 24 anos	Advogado Estagiário	Porto
<b>Entrevista 16</b>	Não vítima	Feminino 80 anos	Aposentada	Aveiro
<b>Entrevista 17</b>	Não vítima	Feminino 57 anos	Desempregada	Porto
<b>Entrevista 18</b>	Não vítima	Masculino 54 anos	Desempregado	Porto
<b>Entrevista 19</b>	Vítima	Masculino 46 anos	Técnico de informática	Aveiro
<b>Entrevista 20</b>	Não vítima	Feminino 46 anos	Técnica Superior	Aveiro

## 2. Objetivos e Questões de Investigação

O objetivo geral do presente estudo é aprofundar o conhecimento acerca do sentimento de insegurança em relação ao terrorismo e a influência dos *mass media* nesse sentimento. O que se pretende é aceder ao ponto de vista do outro, interpretando os significados atribuídos às experiências de insegurança relacionadas com o fenómeno do terrorismo. Os objetivos específicos são:

- 1) Compreender as perceções da amostra sobre o que é o terrorismo e suas características principais.

- 2) Perceber como é que a percepção sobre o terrorismo afeta os comportamentos de segurança e as rotinas dos indivíduos.
- 3) Entender o papel dos media no sentimento de insegurança em relação ao terrorismo.
- 4) Aceder aos significados e à forma como os sujeitos relatam as suas experiências de insegurança.
- 5) Entender como é que fatores como o género e a idade influenciam as experiências de insegurança.

Em seguimento disto, foram colocadas as seguintes questões de investigação:

- 1) Quais são as narrativas que os indivíduos criam em torno do terrorismo?
- 2) Como é que os sujeitos expressam as suas inseguranças face ao crime em geral e à possibilidade de vitimação?
- 3) Como é que os sujeitos expressam as suas inseguranças face ao terrorismo e à possibilidade de vitimação?
- 4) Qual o impacto das experiências de vitimação no sentimento de insegurança dos sujeitos?
- 5) Quais as percepções individuais acerca dos mass media?
- 6) Quais são os hábitos de utilização dos *Mass media* e a procura dos mesmos?
- 7) Qual o impacto da visualização e/ou leitura de notícias relacionadas com o terrorismo na experiência do sentimento de insegurança dos sujeitos?
- 8) A visualização e/ou leitura de notícias relacionadas com acontecimentos terroristas em países próximos influencia o sentimento de insegurança?
- 9) Os indivíduos após a visualização e /ou leitura de notícias relacionadas com o terrorismo adotam comportamentos de segurança?

### **3. Caracterização do Estudo**

No presente estudo foi colocada em prática a metodologia qualitativa, uma vez que esta está assente no estudo da vida social, que é multidimensional, permitindo-nos uma visão alargada dos fenómenos. Flick (2005, p. 2) afirma isso mesmo, que a investigação qualitativa é importante para o estudo das relações sociais, dada a pluralidade dos universos da vida. Desta feita, da panóplia existente de metodologias qualitativas, optei pelas entrevistas dado que estas



permitem aceder ao vivido do sujeito. Portanto, importa ter em linha de conta o sujeito como um “*ator social*” que atua (ou não), em função das suas características idiossincráticas, da situação na qual se encontra, dos seus projetos, do seu ponto de vista – estamos perante a ideia de que os sujeitos partem para o mundo com as suas próprias “lentes” interpretativas. Sendo a entrevista qualitativa uma conversa pautada pelo “*contato direto entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca diretividade por parte daquele*” (Quivy & Van Campenhoudt, 1998, p. 22).

Assim, a investigação qualitativa permite-nos abordar os fenómenos sociais através das “lentes” /do ponto de vista dos sujeitos, que por seu turno, possibilita obter informações e significados pessoais e imediatos, assim como experiências do mundo vivido (Rubin & Rubin, 2011; Silvermana and Marvasti 2008). Em suma, recorrendo às palavras de Mason (2002, p. 4), a investigação qualitativa “*evidencia preocupações relativamente à forma como o mundo social é interpretado, compreendido, experienciado e produzido*”. Neste estudo, em geral, procurou-se compreender e aprofundar o conhecimento acerca do sentimento de insegurança em relação ao terrorismo, acedendo para tal, ao ponto de vista do outro, interpretando os significados atribuídos às experiências de insegurança; e num segundo plano, perceber se o *mass media* influenciam o medo sentido em relação ao terrorismo por parte dos participantes.

Para isso, e dentro do leque de possibilidades existentes de tipo de entrevistas, recorreu-se à entrevista semiestruturada uma vez que esta permite que os pontos de vista dos sujeitos sejam facilmente expressos numa situação de entrevista aberta, em comparação a uma entrevista estruturada ou a um questionário (Kohli, 1978 *cit in* Flick, 2005, p.77). Portanto, neste tipo de entrevista há sempre um nível de estruturação mínimo. Existem perguntas fundamentais, mas também há a possibilidade de ir para além disso (flexibilidade), incluindo dados e narrativas que não estavam previstas e que permitem avançar/evoluir teoricamente (Quivy & Van Campenhoudt, 1998). Nesta abordagem é muito importante a circularidade entre teoria e empiria. Um guião fechado e estruturado impede que a empiria surja de forma natural. Para tal não ocorrer, o entrevistador é auxiliado por um guião de entrevista que contém nele um leque de questões ou tópicos relativamente abertos que pretende abordar nas entrevistas (Flick, 2009; Masson, 2002); não obstante, a ordem e a forma como essas questões são abordadas não é estanque, há então bastante flexibilidade e dinamismo no que toca à sua implementação (Edwards & Holland, 2013). Mais, se nós queremos aceder às experiências dos indivíduos,

temos de os ouvir. Como tal, o entrevistador tem de permitir que o entrevistado fale abertamente<sup>26</sup>.

No que concerne ao guião de entrevista utilizado, importa aludir que numa primeira abordagem foram asseguradas todas as questões relacionadas com a confidencialidade, anonimato e voluntariedade referentes à participação dos sujeitos; como também lhes foi explicado em que consistia o estudo, na medida que se deve “*informar o indivíduo acerca dos detalhes do estudo, nomeadamente, o objeto de estudo, o objetivo do estudo*” (Jacob & Furgerson, 2012, p.3); e para culminar tudo isso, foi passado aos indivíduos o consentimento informado.

#### **4. Instrumento: Guião de entrevista semiestruturada**

No que diz respeito ao guião de entrevista<sup>27</sup> propriamente dito, este está constituído por três partes fundamentais: 1) Categoria Principal; 2) Subdimensões dentro de cada categoria e 3) Exemplos de Questões.

Desta feita, as questões de investigação e a literatura científica sobre o terrorismo, sentimento de insegurança e *mass media*, foram os alicerces das categorias, sendo estas as seguintes: a) *Mass media* (hábitos dos sujeitos); b) Medo Geral; c) Significados de Insegurança; d) Medo do Terrorismo; e) *Mass media* e Medo do Terrorismo.

A primeira grande categoria incluída no guião foi **a) *Mass media* (hábitos dos sujeitos)**: aqui procurou-se aceder aos hábitos de consumo de notícias, quais as fontes associadas e frequência de leitura de notícias, colocando-se as seguintes questões: “*Onde é que costuma ler/ver notícias?*”; “*Com que frequência lê notícias?*”. Também, procurou-se aceder à visão que os entrevistados têm sobre os *mass media*, e foi precisamente com a questão “*Em geral o que pensa sobre as notícias que passam na televisão/ das notícias de jornal/ daquilo que ouve no rádio, do que lê online?*”, que após as questões sobre os hábitos de consumo que são mais fechadas e que serviram para “quebrar o gelo” inicial, que se iniciaram todas as entrevistas. No fundo, procurou-se iniciar a entrevista com a chamada “*grand tour question*” (Spradley, 1979 cit in Leech, 2002, p.667), sendo que este tipo de perguntas procura que os entrevistados façam uma visita verbal (*tour*) a algo que conhecem bem (Leech, 2002, p.667). Esta questão tem por base a Teoria da Cultivação, uma vez que o foco da análise desta é

---

<sup>26</sup> Só em casos excecionais é que pode haver azo a uma reorientação do discurso deste último para o tema em questão recorrendo-se a técnicas como a recentração.

<sup>27</sup> Ver Anexo1

precisamente a exposição cumulativa à televisão em geral, durante longos períodos de tempo (Gerbner & Gross, 1976; Shanahan, Shanahan & Morgan, 1999). Ainda nesta categoria, procurou-se aceder ao tipo de notícias que os entrevistados consomem através da questão “*Que assuntos o motivam a ler/ver mais certas notícias que outras?*”; à procura de notícias e informação pelos indivíduos, com a questão “*Quando está nas redes sociais, tem por hábito procurar notícias?*” e por último, tentar aceder a uma notícia que tenha criado impacto no entrevistado, com a pergunta: “*Recentemente, alguma notícia mexeu consigo?*”, adicionalmente questionou-se também ao entrevistado se tinha comentado essa notícia com alguém “*Costuma falar desse tipo de notícias com os seus amigos/vizinhos?*”

Para a categoria **b) Medo Geral:** procurou-se aceder às experiências de vitimação dos entrevistados ou de terceiros, através da questão: “*Alguma vez foi vítima de um crime?*”, caso o entrevistado respondesse que não, colocava-se a seguinte questão: “*Algum amigo ou familiar foi vítima de algum crime/vitimação?*”. A literatura tem procurado estudar a vitimação enquanto fator determinante do sentimento de insegurança, portanto, num estudo qualitativo procura-se precisamente aceder às experiências de vitimação dos sujeitos, analisando os significados atribuídos à vitimação e por sua vez, o sentido que essas mesmas experiências tiveram na vida dos indivíduos. Ainda, a literatura mostra-nos que por vezes existe a vitimação vicariante, isto é, o sujeito não é vitimado diretamente, mas sim terceiros (amigos, vizinhos), e por isso também se sente vítima, de alguma forma, desse crime (Bennett, 1990). Procurou então entender-se se essas experiências de vitimação influenciaram a sua vida, apresentado a seguinte questão: “*Depois dessa experiência, alguma vez sentiu medo?*”/ “*Depois dessa experiência, alguma coisa mudou na sua vida?*” e perceber que tipos de crimes e/ou situações fazem com que se sintam mais amedrontados, através da questão: “*O que é que mais teme que lhe possa acontecer na vida?*”. Caso a pessoa não conseguisse responder ou se fugisse ao assunto, era colocada a seguinte questão: “*Sabe dizer-me que situações é que o/a fazem sentir amedrontado/a?*”.

Na terceira categoria, **c) Significados de Insegurança:** procurou-se aceder à descrição do que é a insegurança com a seguinte questão: “*O que é para si sentir-se inseguro?*”/ “*O que é que o faz sentir inseguro?*”; procurou-se aceder à perceção de como é que as diferentes dimensões de se ser inseguro são relatadas pelos sujeitos – esta questão é importante para perceber quais as expressões que os sujeitos usam para se referirem aquilo que designamos como “experiência de insegurança”; Adicionalmente, pretendia-se entender como é que os sujeitos relatam as suas experiências de insegurança, e aqui pedia-se ao entrevistado para relatar a

última experiência em que se tinha sentido inseguro, recorrendo à seguinte questão: *“Pode falar-me sobre a última experiência em que se sentiu inseguro/a?”*. Em seguida, de forma a explorar os significados atribuídos a essa experiência, colocava-se a questão seguinte: *“Na sua perspetiva, porque é que essa experiência/episódio o/a fez sentir assim?”*; e ainda, atender às expressões usadas pelos sujeitos para designar *“medo do terrorismo”* e *“terrorismo”*.

Na quarta categoria, **d) Medo do Terrorismo:** procurou-se perceber as narrativas individuais de medo e medo do terrorismo, introduzindo-se uma primeira questão: *“O que é para si ter medo?”*, e de seguida questionou-se: *“Sente medo do terrorismo? Pode falar-me um pouco mais desse medo?”*; Mais ainda, pretendeu-se entender como é que os sujeitos se sentiram face a alguns eventos (11 de setembro; ataques de Paris, etc.). Claro que, como estamos em Portugal e os eventos terroristas neste país são quase inexistentes, sentiu-se necessidade de usar os grandes eventos terroristas como exemplo, de forma a aceder aos sentimentos que os sujeitos sentiram ao visualizar os mesmos. Para tal, recorreu-se à seguinte questão: *“Como se sentiu após ter conhecimento (através das notícias) dos ataques do 11 de Set., ataques de Paris, etc.”*; Visou-se também entender os sentimentos durante e após a visualização de acontecimentos/ataques terroristas, com a questão: *“O que sentiu durante a visualização desses ataques?”*; aceder a situações e/ou figuras do medo ligadas ao medo do terrorismo (que tipo de pessoas os fazem sentir medo), aqui colocou-se a questão: *“Alguma vez pensou que estava perante um terrorista (ou que tinha visto um)? Se sim, quais eram as características dessa pessoa?”*, ainda se procurou saber se os entrevistados tinham passado por experiências de terrorismo ou se conheciam alguém que tinham passado por tal, colocando-se a questão seguinte: *“Alguma vez pensou que iria acontecer um ataque terrorista? Pode-me contar essa situação?”* ou então, extrapolava-se esta questão para outra pessoa: *“Conhece alguém que tenha passado por isto?”*; por fim, entender como é que a perceção sobre o terrorismo afeta os comportamentos de segurança e as rotinas dos indivíduos, sendo que se colocou a seguinte questão recorrendo a eventos exemplificativos: *“Por exemplo, após os atentados mais recente, de Londres, Barcelona, entre outros, alterou a sua rotina?”*. Acrescentado se fosse necessário: *“Tomou algum tipo de precaução? Se sim, qual/quais?”* e se ainda fosse necessário, introduzir um exemplo: *“Quando anda de transportes públicos, em praças, aeroportos, eventos de massas, sente-se seguro/a?”*.

Por fim, na última categoria, **e) Mass media e Terrorismo**, procurou-se situar os entrevistados entre as notícias e medo do terrorismo, ou seja, saber se as notícias sobre o terrorismo têm impacto no dia-a-dia dos entrevistados, para isso colocou-se a seguinte questão:

*“As notícias sobre o terrorismo têm impacto em si/mexem consigo? Pode descrever-me o que sente?”*; procurou-se também saber quanto à rigorosidade das notícias sobre o terrorismo nos jornais, ou seja, anteder aquilo que os sujeitos entendem por uma notícia de qualidade e o que pensa sobre o conteúdo das notícias que tem por hábito ler, para tal colocou-se a seguinte questão: *“Pode dizer-me o que é que entende por uma notícia de qualidade?”/ “O que pensa sobre a qualidade do conteúdo que lê/vê nas notícias?”*; entender se os sujeitos confiam ou não nas notícias sobre o terrorismo, colocando-se a seguinte questão: *“Para si, as notícias sobre o terrorismo são fidedignas? Confia nelas?”*, depois, procurou-se desenvolver mais este ponto, colocando-se a seguinte questão: *“Acha que o conteúdo das notícias corresponde à realidade”*, ainda procurou-se aceder aquilo que os sujeitos pensam sobre a existência ou não de objetivos por parte dos *mass media* ao passarem notícias sobre o terrorismo, e para tal fez-se a seguinte questão: *“Tendo em conta as notícias a que já teve acesso sobre o terrorismo, acha que os media têm algum(ns) objetivo(s) na cobertura dessas notícias?”*; e por último, procurou-se aceder à perspetiva dos entrevistados sobre o exagero, ênfase e credibilidade dos *mass media*, e portanto, pediu-se aos sujeitos para descreverem qual tinha sido a forma (se pela TV, jornais, online) como os media relataram a última notícia de terrorismo que tiveram acesso ou que se recordassem – *“Pode-me descrever qual a forma como os media relataram a última notícia de terrorismo a que teve acesso?”*, e ainda, procurou-se entender o que os sujeitos achavam sobre essa forma de passar a informação *“O que pensa dessa forma de passar a informação?”*.

## **5. Procedimentos de Recolha e Análise de Dados**

As entrevistas decorreram entre os meses de Janeiro e Fevereiro de 2019.

Os indivíduos da amostra foram contactados pessoalmente e por telefone. Neste primeiro contacto foram questionados acerca da disponibilidade e vontade em participar no estudo. Aqui, foi-lhes explicado em que consistia a entrevista e a duração em média da mesma. Caso aceitassem participar, procedíamos à marcação do local, hora e data para a realização das entrevistas. No que toca ao local, não houve impedimentos relevantes a ressaltar, uma vez que os participantes disponibilizaram a sua residência para a realização da entrevista. Informou-se ainda da necessidade de gravar em formato áudio a mesma<sup>28</sup>, condição sobre a qual também

---

<sup>28</sup> Explicando aos entrevistados que posteriormente seria mais fácil para o investigador proceder à transcrição e análise da entrevista.

não houve relutância por parte dos participantes. Comunicou-se, também, a necessidade de a entrevista ser realizada individualmente<sup>29</sup>. Desta feita, cada entrevista iniciou-se como já referido acima, com a explicação dos objetivos do estudo, com a assinatura do consentimento informado e com a solicitação para avançar com a gravação. Antes de desligar o gravador foi questionado aos participantes se estes queriam acrescentar alguma questão pertinente para o estudo que não tenha sido abordada. Durante as entrevistas, o guião não foi seguido de forma rigorosa, dando espaço aos entrevistados de trazerem tópicos e aspetos que achassem pertinentes. Para além disso, fez-se um esforço para estabelecer empatia com os participantes, com o objetivo de estes se sentirem mais ‘à vontade’ e num ambiente acolhedor levando-os a falar das suas experiências de forma espontânea. Por seu turno, o entrevistador também colocou em prática a *escuta ativa*, e o comportamento não-verbal<sup>30</sup>, limitando ao máximo as interrupções para não quebrar o discurso dos entrevistados<sup>31</sup>. No que concerne à transcrição das entrevistas, “*mostrou ser um passo necessário no caminho para a sua interpretação*” (Flick, 2009, p. 299), sendo que todas as entrevistas foram transcritas pela investigadora; mais, nesse processo foram respeitadas todas as regras subjacentes à investigação qualitativa, tentando obedecer o mais fidedignamente possível ao discurso linguístico dos sujeitos. No momento da transcrição os silêncios ou as pausas foram apontados, portanto, quando as frases dos entrevistados eram deixadas a meio, decidiu-se colocar-se três pontos (‘...’) como forma de se entender a interrupção do discurso. A leitura das entrevistas foi o passo seguinte à transcrição, este passo é importantíssimo uma vez que este é o momento em que nos familiarizamos com os dados; seguindo-se a análise das mesmas, sendo que com esta se procura que a “*escolha dos termos utilizados pelo locutor, a construção do discurso e o seu desenvolvimento sejam fontes de informação a partir das quais o investigador tenta construir conhecimento*” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p.224). Desta feita, de acordo com Miles & Huberman (1994) a análise qualitativa comporta três atividades: a redução dos dados, a sua organização e por fim, a sua interpretação. Assim sendo, após a leitura, procedeu-se à organização dos dados através de esquemas com o objetivo de retirar as ideias mais importantes. Portanto, à medida que se ia lendo as entrevistas e retirando as ideias principais, criava-se em combinação com a literatura, com os objetivos da investigação e com o que ia surgindo no discurso dos entrevistados,

---

<sup>29</sup> Ou seja, para que não estivessem acompanhados no momento da entrevista.

<sup>30</sup> Como exemplos, o aceno de cabeça, e o uso dos “*hum-hum*”.

<sup>31</sup> Sendo o objetivo principal seguir esses discursos, tendo em conta o “retorno” nas seguintes questões, tornando assim, a entrevistas mais dinâmica, uma vez, que o individuo sente que está a ser ouvido e compreendido.

códigos. Após a identificação dos códigos foram associados aos mesmos, excertos, frases e/ou palavras das entrevistas. Mais, ao longo deste processo muitos desses excertos/frases/palavras correspondiam a mais do que um código. Importa ainda referir, que os códigos foram extraídos manualmente, ou seja, sem recurso a nenhum *software* de análise qualitativa. Ainda, realizou-se uma análise horizontal das entrevistas onde se procurou comparar as diferentes perspetivas dos sujeitos, visando encontrar possíveis semelhanças e disparidades entre a amostra estudada.

Seguindo os ensinamentos de Braun e Clarke (2006) iniciou-se a construção dos temas, isto é, os diferentes códigos obtidos na fase anterior foram classificados em temas mais abrangentes, e para isso foi fundamental a utilização de tabelas e esquemas. Nesta fase, iniciou-se a discussão acerca da relação entre os códigos, entre os temas mais largos e entre os diferentes níveis de temas. Desta feita, alguns códigos foram incluídos em temas principais ou em subtemas, outros não foram considerados, devido à sua relevância para o estudo e economia de espaço. A fase seguinte pautou-se pela discussão e reorganização dos temas, implicando a releitura das entrevistas. Por fim, assim que foram estabelecidos os temas, deu-se início à descrição de cada um deles e, conseqüentemente a produção da análise dos mesmos.

## **Capítulo II: Resultados**

Os resultados da presente dissertação irão organizar-se em três grandes temas: 1) *Mass media* e experiências de insegurança face ao terrorismo; 2) Fatores que contribuem para a percepção das experiências de insegurança do terrorismo

De ressaltar que se optou por usar a designação de “experiências de insegurança”, uma vez que é um termo mais neutro, visando, assim, albergar as diversas expressões mencionadas pelos sujeitos ao longo das entrevistas. Desta forma, ao longo da apresentação dos resultados irão ser comparadas mulheres e homens, assim como vítimas e não vítimas, critérios-chave definidos *a priori* aquando do desenho da metodologia do presente trabalho.

### **1) *Mass media* e experiências de insegurança face ao terrorismo**

Antes de mais, importa perceber quais são as experiências de insegurança para os entrevistados para, posteriormente, entendermos o que é o terrorismo tendo em linha de conta aquilo que os entrevistados foram relatando ao longo das entrevistas. Para o efeito, nesta secção irão ser descritas as expressões utilizadas pelos indivíduos para descrever o que são as suas

experiências de insegurança em geral, e, posteriormente, as suas experiências de insegurança face ao terrorismo.

De ressaltar que, no decorrer das entrevistas, procurou-se não introduzir qualquer termo associado à insegurança, visando, com isso, captar e perceber que expressões eram utilizadas pelos participantes – de forma espontânea – na exposição das suas experiências. Todavia, quando os indivíduos não abordavam o tema e surgia a necessidade de os direcionar para o mesmo, utilizou-se as expressões “*insegurança*” e “*situações que o/a fazem sentir mais amedrontado/a*”.

Desta feita, antes de se ter avançado para a questão das experiências de insegurança face ao terrorismo, perguntou-se aos sujeitos o que eles entendiam por sentimento de insegurança. Como tal, foram obtidos vários significados associados às experiências de insegurança que nos permitem compreender o que é para eles sentirem-se inseguros. Estes significados podem-se agrupar em: *o desconhecido/imprevisibilidade, o estado de alerta e desconfiança e experiências de medo.*

### ***O desconhecido/ imprevisibilidade***

Um conjunto de oito entrevistados (cinco mulheres e três homens) usou os termos ansiedade e medo de algo que não é passível de se controlar, para definirem aquilo que consideram ser o sentimento de insegurança, reforçando a impossibilidade de agir caso algo acontecesse. Portanto, para este grupo de entrevistados, o facto de não saberem o que pode ou não acontecer, o desconhecimento e a imprevisibilidade dos acontecimentos moldam o significado de sentir insegurança.

*“É realmente termos o sentimento de ansiedade, medo de que algo possa acontecer e nós não conseguirmos fazer nada contra o que poderá acontecer de mal para com a nossa pessoa (...) o medo de algo que nós não controlamos e que esteja na mão de outra pessoa e que posso afetar-nos negativamente.”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“Não saberes o que vai acontecer... estares nas mãos dos outros, literalmente isso para mim é ter insegurança... não conseguires controlar.”.* (Mulher, 32 anos, não vítima, Aveiro)



*“Sentir inseguro é estar impotente, ou seja, tu queres te defender ou reagir perante uma situação e não te sentires capaz (...)”.* (Homem, 53 anos, vítima, Aveiro)

### ***O estado de alerta e desconfiança***

Quatro entrevistados (três mulheres e homens) afirmaram que as experiências de insegurança passam por estar mais atento, mais focado, desconfiado e a ‘olhar por cima do ombro’. Desta feita, quando os indivíduos sentem a sua segurança em risco, ficam mais atentos ao que está a acontecer em seu redor e apreensivos, levando estes a manifestar um estado de alerta.

Portanto, tendo em conta os dos discursos dos entrevistados, pode dizer-se que o alerta é um estado de atenção/foco que pode ou não ter origem em estímulos reais, como o encontro com um potencial ofensor. Então, o que instiga este estado pode estar ou não identificado, mas os indivíduos por anteciparem potenciais perigos, devido às características dos contextos que os rodeiam (estarem sozinhos, a “noite”), acabam por se preparar para reagir caso algo aconteça.

*“Estares mais atento... teres receio de algo que aparece perto de ti e que te leva a estar mais atenta e mais focada nas coisas.”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Coimbra)

*“É andar sempre a olhar para trás, acho que sentir-me inseguro é ter medo e ter que estar sempre a olhar para trás (...)”.* (Homem, 24 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) por exemplo, vais na rua e está uma pessoa há imenso tempo sempre a andar a trás de ti... se calhar não é sentires-te insegura, mas sentes-te desconfiada... ‘porque é que esta pessoa está assim’, e também te vais acautelando... acaba por ser um bocado insegura (...)”// “sair e andar sozinha e tal é mais durante a noite, uma pessoa está mais alerta e mais à cautela.”.* (Mulher, 22 anos, vítima, Porto)

### ***Contextos associados às experiências de insegurança***

Ao longo das entrevistas diversos sujeitos foram identificando contextos – locais, situações, pessoas – que os faziam sentir mais ou menos inseguros. A presente secção terá como propósito os significados atribuídos a estes contextos na compreensão da experiência de insegurança.

No total, quatro indivíduos reportaram **não se sentirem inseguros** em contextos físicos (e.g., bairros, casas abandonadas), sociais (e.g., locais desconhecidos, estar sozinho à noite) e em interação com pessoas às quais outros indivíduos da amostra atribuíram um significado de maior insegurança (e.g. mendigos, toxicodependentes). Destes quatro indivíduos, metade nunca tinha experienciado uma vitimação. Por sua vez, todos os indivíduos que afirmaram não se sentirem inseguros eram do sexo feminino e três habitavam na zona urbana da cidade e uma na zona periférica.

*“Eu nunca me senti insegura...”// “Lá está, eu não tenho medo do escuro, de andar à noite, eu não tenho problemas em sair sozinha”// “Eu por exemplo, era jovem e conseguia passar por um cemitério para ir para casa, não tinha receio...não tinha medo.”.* (Mulher, 55 anos, vítima, Aveiro)

*“Para com os outros nunca me senti insegura (...).”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“Eu praticamente nunca senti medo de nada!”.* (Mulher, 80 anos, não vítima, Aveiro)

Contudo, três destas quatro mulheres, quando colocada a questão *“que situações é que a fazem sentir amedrontada?”* responderam sentir receio/medo de sofrerem um abuso sexual. Neste sentido, a resposta dada por estas entrevistada parece apontar para um paradoxo no medo do crime, que será explorado na discussão.

*“O que tiver a acontecer acontece, mesmo que a gente tenha medo, acontece, não adianta ter medo. Mas por vezes sim, eu tenho medo de ser agarrada e violada.”.* (Mulher, 80 anos, não vítima, Aveiro)

*“Violarem-me, matarem-me (...).”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) por exemplo a violação, que é muito o que têm vindo a falar ultimamente. Sinto mais medo disso, do que propriamente estar na rua e alguém vir à minha beira e querer-me assaltar ou assim, acho que sinto mais medo de me quererem fazer mal de outra maneira.”.* (Mulher, 22 anos, vítima, Porto)

Relacionado ainda com os contextos, dezassete dos entrevistados (dez mulheres e sete homens) reportaram **sentir medo**, sendo que dez se referiram a fontes de insegurança relacionadas com a vitimação criminal, com os contextos físicos (bairros, zonas degradadas) sociais (espaços muito movimentados; com muita gente; a noite; andar sozinho/a na rua) e pessoas (e.g., grupo de pessoas). Já nove entrevistados referiram experiências de outras inseguranças não relacionadas com vitimação criminal.

Portanto, no que concerne aos **espaços movimentados** e com **multidões**, para além de uma entrevistada ter referido que não gosta de estar em espaços com muitas pessoas, porque se sente atrofiada e apertada, houve três sujeitos que referiram a passagem de ano do Porto como um dos episódios que os fez sentir inseguros, refletido numa sensação de prisão.

*“(...) onde se concentra muita gente (...) não gosto de estar nesses lugares, porque nunca sei o que pode acontecer (...) tendo a afastar. Gosto de estar mais afastada da multidão (...) me sinto atrofiada... e não gosto de estar assim muito apertada!”*. (Mulher, 55 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) à passagem de ano no Porto. Senti-me um bocado insegura porque estava lá, muita, muita, muita gente (...) tivemos o sentimento de esmagamento (...) , mas sentimos insegurança de irmos a ser assaltadas ali, e tínhamos aquela sensação de não conseguirmos sair, e até irmos a ter ataques de pânico”*. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“A passagem de ano do Porto há uns anos atrás, andava toda a malta com medo que acontecesse alguma coisa. E quando chegamos ao Porto era polícia armada por todos os lados... senti-me um bocado assutado porque eventualmente podia acontecer alguma coisa, uma pessoa fica sempre desconfiada...”*. (Homem, 24 anos, vítima, Aveiro)

Por sua vez, cinco entrevistadas (todas mulheres) nos seus discursos reportaram que o **andar acompanhadas** aumenta a segurança delas, afirmando que evitam andar sozinhas à noite.

*“Eu como mulher... tenho algum receio às vezes de andar sozinha porque tenho medo que me aconteça alguma coisa, é normal...algum assalto ou assim. Mas também não me sujeito*

*tanto, a certas horas da noite não me sujeito a andar sozinha (...)*”. (Mulher, 21 anos, não vítima, Aveiro)

*“Tento já não estar sozinha (...)*”. (Mulher, 26 anos, não vítima, Aveiro)

Ainda, três entrevistados (duas mulheres e um homem) mencionaram como origem do sentimento de insegurança a presença, no mesmo local, de **peessoas/desconhecidos**. Segundo os discursos destes, pode dizer-se que o facto de andar sozinho, aliado ao contexto social “noite” e físico como os bairros degradados, e ainda a presença de uma pessoa desconhecida “*com aspeto inóspito*”, aumentou o sentimento de insegurança destes indivíduos.

*“Foi recentemente, ainda estava a trabalhar e a minha patroa tinha-me pagado o meu ordenado em dinheiro e à noite, ao sair do trabalho, eu trazia o meu ordenado no bolso, e no trajeto do trabalho para casa vi um homem parado com um camião. E aí tive um bocado de receio... fiquei logo ‘Ai... e se ele vem ter comigo por alguma razão?’”*. (Mulher, 57 anos, não vítima, Porto)

*“Por exemplo, se tu vires alguém que pertence a um gang claramente (...) Eu pelo menos sinto-me assustada se vir três ou quatro pessoas (...) já começo a ficar assustada, então se for numa hora da noite mais calma ou então num sítio mais isolado o medo acaba por se instalar, quer queiras quer não.”*. (Mulher, 32 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) penso que tenha sido ao passar numa certa rua do centro do Porto , não me lembro qual, a pé. Era uma zona um pouco degradada e ocupada por pessoas com aspeto inóspito. Não aconteceu nada, não fui abordado por ninguém e sei que eram só os meus preconceitos subconscientes a falar, mas mesmo assim senti-me desassossegado e acelerei o passo o máximo possível para sair da zona.”*. (Homem, 23 anos, vítima, Porto)

### ***Perceção de experiências de insegurança (não) relacionadas com o crime***

***Será que a insegurança reportada pelos sujeitos se esgota no crime ou na possibilidade de serem vítimas de crime?*** Vários indivíduos, ao longo das entrevistas, foram identificando situações do quotidiano onde a insegurança também tinha uma expressão que

extravasava a possibilidade de vitimação. A título de exemplo, o **trabalho/desemprego** pode ser uma fonte relevante de insegurança: *“Por exemplo, situações do trabalho (...), estás completamente insegura porque estás nas mãos de terceiros (...)”*. Neste discurso é possível verificar que a principal motivação para esta insegurança é a **falta de controlo**:

*“ Ou seja, por muito que tu te esforces (...) há situações que nem sequer passam por ti. Isto acaba por ser uma insegurança, a tua vida dependente daquilo.”*. (Mulher, 32 anos, não vítima, Aveiro).

Se a insegurança em relação ao crime está ligada a uma **falta de liberdade**, parece que, novamente, o emprego/desemprego cria a mesma sensação:

*“Não gosto de me sentir preso... sob pressão... a última vez que me senti assim, talvez foi quando não sabia a minha situação de emprego. Uma pessoa sente-se ansiosa porque não sabe o futuro.”*. (Homem, 54 anos, não vítima, Aveiro)

A par destes exemplos, a impossibilidade de previsão de um plano traçado desencadeia sentimentos de insegurança que não estão relacionados com o crime. Contudo, as expressões não são absolutamente indistinguíveis: “angústia”; “frustração”; “ansiedade”; “pânico”.

*“(...) conta fazer a tese?!” // “É que foi muito pânico!! Foi a incerteza de não saber se terminava ou não terminava a tempo, que não estava como queria, que tinhas umas coisas planeadas e que no final nada do que eu tinha planeado correu como esperava e como eu desejava, e como eu achava que deveria estar (...)”*. (Mulher, 26 anos, não vítima, Aveiro)

### ***Experiências de insegurança face ao terrorismo: definição de terrorismo***

Antes de mais, é importante referir que apesar da questão colocada aos sujeitos ter sido *“quando digo ‘medo do terrorismo’ quais são as primeiras palavras e/ou imagens que lhe vêm à cabeça?”* a maioria dos entrevistados respondeu definindo o terrorismo e não o medo do terrorismo. Portanto, neste âmbito e em primeiro lugar, não podemos falar de experiências de insegurança face ao terrorismo, mas sim da definição de terrorismo dada pelos sujeitos entrevistados. Desta feita, no respeitante às expressões usadas pelos sujeitos para definir terrorismo, estas foram muito diversificadas, referindo-se a: **situações/locais concretos**: *“torres gêmeas”; “metro, espaços públicos, concertos, eventos”; “atropelamentos”; “terrorismo para mim também pode ser um assalto, também pode haver terrorismo mental”;*

*“11 de Set.”; “morte em grande escala, atentados, sequestros”; “o Bataclan”; “explosão”; “Guerra”; “Atentados”; “as torres a cair”; religião: “religião”; “crenças”; “Daesh, Islão, Islamismo”; “conflitos religiosos”; “Jihad”; pessoas: “Osama bin Laden”; “pessoas”; “bombeiro”; locais/países: “medio oriente; “Paris” ; “Espanha”; objetos: “armas”; “manifestações”; “encapuçados”; “bombas”; “facadas”; “carros”; “metro”; “sirenes”; emoções: “medo”; “estar em insegurança”; “desconfiança”; “mais alerta”; “pânico”; “desumano”; e ainda, violência (física e psicológica): “mortes”; “sangue”; “pessoas no chão mortas”; “degolar”; “depressão”, “violência”; “violência contra pessoas indefesas”; “violações”.*

Todas estas manifestações espontaneamente reportadas pela amostra podem-se agrupar em **significados**. As próximas linhas terão como objetivo a descrição dos mesmos.

### ***Significados atribuídos ao terrorismo***

Três em vinte entrevistados recorreram às expressões relacionadas com **situações/ataques específicos**, nomeadamente o *‘11 de set.’*; *‘torres’*; *‘Bataclan’* para descrever o que era o terrorismo. Salientando que estes ataques também foram as **imagens mais referidas** pelos entrevistados, sendo os entrevistados do sexo masculino que mais referiram tais imagens (seis homens e três mulheres).

*“O ‘11 de set.’; o ‘Bataclan’ também, mais por aí, porque o 11 de set. foi dos episódios mais marcantes, o do Bataclan porque foi um dos mais recentes, o da Suécia também, no meio daquela Avenina que entrou um camião... esse também é um bocado assustador.”.* (Homem, 24, vítima, Aveiro)

*“O 11 de set., as torres a cair, isto vale tanto para as palavras como para as imagens...”.* (Mulher, 46 anos, não vítima, Aveiro)

*“Há uma que fica sempre... o 11 de set. Essa ficou sempre, acho que foi o ataque que criou mais impacto ao nível mundial.”.* (Homem, 53 anos, vítima, Aveiro)

Adicionalmente, houve outras imagens mencionadas pelos entrevistados (nove no total, sete mulheres e dois homens) relativas as **outros eventos terroristas**, como o *concerto em Manchester* da cantora norte-americana Ariana Grande, o ataque ao bar *gay* em Orlando e o ataque na Suécia. Mencionaram também imagens de bombardeamentos/guerra/armas e ainda relativas ao pânico das vítimas, que passa para os espectadores devido à cobertura mediática.

*“(...) aquele ataque terrorista no concerto em Manchester, no concerto da Ariana Grande (...)”*. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) o da Suécia também, no meio daquela Avenina que entrou um camião... esse também é um bocado assustador.”*. (Homem, 24 anos, vítima, Aveiro)

*“Para mim são pessoas a correr por todo lado completamente em pânico, é a primeira imagem... mesmo por causa do que a gente vê na televisão e tudo.., é a primeira coisa que vem logo à cabeça.”*. (Mulher, 22 anos, vítima, Porto)

Ainda, cinco em vinte (três mulheres e um homem) entrevistados usaram a **religião** e **expressões relacionadas** com a mesma para descrever o que entendiam por terrorismo:

*“(...) religião, crenças”*. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“Daesh; Islão; Islamismo (...)”*. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) conflitos religiosos”*. (Homem, 24 anos, vítima, Porto)

Onze entrevistados (sete mulheres e quatro homens) usaram **objetos** como ‘bombas’, ‘armas’ e ‘capuz’ para definir terrorismo. Os objetos foram os significados mais usados pelos sujeitos para fazer essa definição.

*“(...) bombas, facadas; carros (...)”*. (Mulher, 23 anos, não vítima, Coimbra)

*“Bombas (...) metro”*. (Homem, 23 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) encapuçados, armas”*. (Homem, 46 anos, vítima, Aveiro)

A maior parte dos sujeitos conseguiu identificar, ao longo das entrevistas, **acontecimentos específicos relacionados com o terrorismo**. Esta identificação é dependente do género, das idades, área de residência e das situações profissionais. Apesar de os sujeitos não definirem terrorismo, apresentam diversas imagens que o caracterizam. Estas imagens advêm dos *media* e estas associam-se a sentimentos/emoções que são expressados de forma espontânea, tais como as referidas por quatro entrevistados (três mulheres e um homem) – “*medo*”, “*insegurança*”, “*pânico*” – para definir terrorismo:

*“Medo, estar em insegurança, a desconfiança (...) mais alerta, mais atenta (...) ter medo de tudo!”*. (Mulher, 41 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) tenho medo de isso vir a acontecer.”*. (Mulher, 43 anos, vítima, Aveiro)

### ***Impacto do terrorismo nos sentimentos***

De ressaltar que oito em dezoito sujeitos – seis mulheres e dois homens – mencionaram os sentimentos despoletados por essas imagens, afirmando que as imagens criaram muito impacto; mencionaram as imagens que passaram das vítimas e que por seu turno, se sentiram vítimas indiretas ao assistir o sofrimento e pânico das pessoas vitimadas, afirmando que foram imagens traumatizantes; ainda, referiram a dimensão que um evento terrorista alberga, no sentido de que um individuo isolado consegue provocar um ato gigantesco com consequências, também elas, colossais:

*“(...) não consigo esquecer aquelas imagens (do 11 de set.), fiquei aterrorizada! (...) estava incrédula, fui para o trabalho incrédula... estive todo o dia incrédula, e sempre atenta ao telejornal e às notícias que iam saindo (...) foi a coisa que mais me marcou até hoje”*. (Mulher, 55 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) em que passaram várias vezes as imagens das pessoas, das vítimas... isso aí afetou-me muito porque... claro que é importante relembrar as pessoas, mas essas imagens chocaram-me porque estávamos a ver que aquelas pessoas tinham morrido (...). Os vídeos também são muito chocantes na medida em que o espetador está a ver aquele vídeo e que parece que está mesmo naquele local, e acaba por sentir o pânico das pessoas...ou seja, estes*



*sentimentos são mais facilmente transmitidos ao espetador e sem dúvida que são mais traumatizantes.”. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)*

*“Senti-me pequenino, é a definição que posso dizer sobre esse momento, acho que nós somos pequeninos, fazemos coisas tão grandes, mas somos pequeninos, quer seja individualmente, quer seja até a nível de países. Uma pessoa só, um indivíduo só, é capaz de fazer um ato muito grande, neste caso a nível de terrorismo.”. (Homem, 53 anos, vítima, Aveiro)*

A secção acima foi dedicada aos significados e imagens associadas ao terrorismo, a seguinte irá ser dedicada ao medo do terrorismo, em concreto, à percepção do medo do terrorismo.

### **1.1. A percepção do medo do terrorismo**

No que diz respeito à possibilidade da existência de um ataque, treze entrevistados (seis homens e sete mulheres) relataram ter medo do terrorismo pela possibilidade de vir a acontecer um atentado. Portanto, a percepção do medo do terrorismo e medo não se parecem separar, pois o facto de os entrevistados sentir que podem vir a sofrer vítimas de um atentado faz com que estes sintam insegurança face a este fenómeno.

*“Sim, sinto medo do terrorismo!”. // “Tenho medo basicamente de chegarem aqui com uma bomba e explodirem isto tudo (...).” (Homem, 23 anos, vítima, Aveiro)*

*“(...) tenho medo de isso vir a acontecer.”. // “É assim... nós estamos num sítio calmo... mas tenho medo que venha para cá qualquer coisa do género, claro!”. (Mulher, 43 anos, vítima, Aveiro)*

*“Sim!! Não estamos livres de vir a acontecer. Apesar de eu não ligar muito às notícias, sei que é um acontecimento devastador, com muitas mortes, e claro que tenho medo de que isso possa vir a acontecer.”. (Homem, 54 anos, não vítima, Porto)*

Contudo, quatro entrevistados – dois homens e duas mulheres – relataram não sentir medo do terrorismo ou da possibilidade da existência de um ataque, declarando que, apesar de saberem que é perigoso e com consequências nefastas, não pensam muito neste assunto nem fazem as suas vidas em função disso. Ainda, um entrevistado referiu que como os atentados são imprevisíveis, e que provocar terror nas pessoas é o principal objetivo dos terroristas, não adianta sentir medo.

*“Não, zero, é uma coisa completamente abstrata.”*. (Homem, 29 anos, não vítima, Aveiro)

*“Não! Sei que é perigoso, sei que as consequências são más (...) mas, não tenho medo do terrorismo, porque por muito que simplista que seja, a verdade é que o velho adágio do ‘é com o medo que os terroristas ganham’ e que isto é o principal objetivo dos terroristas... encharcar as pessoas com medo (...)”*. (Homem, 24 anos, vítima, Porto)

*“Não!”// “Eu acho que nós não devemos viver com medo do terrorismo. Devemos viver a vida diariamente, e não estarmos à espera que vá acontecer isto ou aquilo. (...) agora não tenho medo, não vivo a pensar nisso.”*. (Mulher, 46 anos, não vítima, Aveiro)

Ainda, duas entrevistadas (mulheres) mencionaram que sentiriam medo do terrorismo se vivessem em **países muçulmanos**, como a Síria :

*“Sim! Por causa das regras que eles têm sobre as mulheres, eles fazem muita opressão às mulheres... ou seja, se fazes algum tipo de infração às regras sociais deles, as mulheres podem ser mortas...e por razões ridículas tendo em conta no século que vivemos... ou seja, tudo por causa de uma cultura cega e postulada por uma religião mal interpretada.”*. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) Provavelmente se morasse, vamos imaginar, na Síria ou assim... se calhar sentia mais pânico. Mas acho que no país onde estamos... ok que temos de estar sempre em alerta e assim, mas não nos precisamos de preocupar tanto com isso.”*. (Mulher, 22 anos, vítima, Porto)

### **Comportamentos**

Atinente aos **comportamentos de segurança** tomados pelos entrevistados relativos ao terrorismo, somente três entrevistados – duas mulheres e um homem – relataram que era importante termos mais precaução para com o terrorismo, afirmando que não deixam de realizar as atividades do seu quotidiano, mas que estão mais alerta e atentos, ao ponto de se tiverem de escolher um local para passar férias, vão ter em linha de conta se este sofreu ou não recentemente um atentado. Este “estado de alerta” anteriormente mencionado para explicar o sentimento de insegurança. Com efeito, os sujeitos, quando sentem a sua segurança ameaçada, aumenta a sua atenção para os contextos que os circunscrevem.

No seguinte excerto, a entrevistada numa primeira fase afirma que não devemos ter medo de visitar certos locais, no entanto, refere que tomaria um comportamento de segurança, nomeadamente de precaução, caso fosse fazer uma viagem a um local que tivesse sido alvo de um ataque *a priori*.

*“(...)Mas as pessoas não devem ter medo de visitar os locais, claro que devem ter a devida precaução, mas que realmente medo do terrorismo não devíamos ter, porque isto não deve afetar o nosso quotidiano (...).” // “(...) se for a certos locais, ou se quiser fazer uma viagem e aquele sitio tiver (...) no espaço de meio ano, um ataque terrorista... e que provavelmente pode vir a ter outro ataque, vou pensar duas ou três vezes em visitar aquele lugar, e tomar algumas medidas de precaução, ter em atenção a alguns aspetos.”* (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“Sinto, mas não o suficiente para me impedir de fazer as minhas coisas.... Estou mais atenta, mas não me impede de deixar de fazer o meu dia-a-dia. Se eu tiver que ir para uma zona movimentada e que até seja uma zona de ‘alerta’, ou seja, que até já tenha acontecido alguma coisa, eu vou na mesma...”*. (Mulher, 23 anos, não vítima, Coimbra)

*“(...) Quando vou de férias tento não escolher sítios perigosos, principalmente porque vamos com uma criança, mas de resto não tenho assim essa preocupação. Porque por exemplo, quando houve o atentado na ponte de Londres, passado uma semana nós estávamos a passar lá. A gente pensa sempre nisso, mas também não deixamos de sair de casa.”*. (Homem, 46 anos, vítima, Aveiro)

## 2) Fatores que contribuem para a percepção de experiências de insegurança do terrorismo

Ao longo das entrevistas, os sujeitos da amostra, de forma espontânea ou quando lhes era questionado, conseguiram identificar aspetos que eram relevantes na sua experiência de medo em relação à possibilidade de serem vítimas de um ataque terrorista. Embora diversos e de diferentes níveis, os referidos aspetos podem ser agrupados em três grandes fatores: os contextos de ocorrência dos ataques, o contacto com países que sofreram atentados e um conjunto de figuras de (in)segurança associadas ao fenómeno em estudo. Vejamos, de forma cuidada, cada um destes três aspetos fundamentais.

### *Contextos*

No que diz respeito aos **contextos**, vários entrevistados mencionaram a possibilidade da existência de um atentado em Portugal, indicando cidades específicas ou locais. Outro conjunto de entrevistados mencionou a possibilidade da existência de um atentado em outros países, contudo, negando a possibilidade de estes ocorrerem em Portugal por sermos um país pacífico. Relativamente a este “outros países”, os entrevistados mencionaram países/cidades na Europa, como Paris; Bélgica; Suécia e Londres.

Desta feita, no que concerne ao contexto português, dez entrevistados – oito mulheres e dois homens – reportaram que já tinham pensado na possibilidade de ocorrer um atentado em Portugal, apresentando como justificações o facto de Portugal ser um país pacato. Além disso, consideram que o terrorismo é algo que pode acontecer em qualquer lado e nenhum país no mundo está livre de ser um futuro alvo.

*“ (...) Mas por outro lado, por sermos tão pacíficos a coisa até possa ser mais fácil de acontecer (...) pensando no pior, que é o facto de sermos tão pacíficos que podemos facilitar que o terrorismo entre no nosso país. ”.* (Homem, 53 anos, vítima, Aveiro)

*“Eu acho que sim!!”// “Porque sinceramente acho que nenhum país está isento que isso possa acontecer, acho que não é uma questão ‘porquê que é que pode ser Portugal’, mas sim uma questão de ‘Porque não Portugal?’. Eu acho que todos os países neste momento.... A grande maioria dos países da União Europeia já sofreu ataques terroristas (...)”.* (Mulher, 26 anos, não vítima, Aveiro)

Destes dez, cinco (três mulheres e dois homens) mencionaram **idades e/ou locais específicos** para a ocorrência desse atentado, nomeadamente, as duas cidades portuguesas mais populosas, a capital e o Porto; e ainda a região do Algarve por ser uma zona muito turística, justificando a ocorrência do atentado nestas cidades por causa do impacto mundial que teria.

*“Muito provavelmente sim... e muito provavelmente vai ser em Lisboa! (...) é onde temos uma maior concentração de pessoas e causaria maior polémica.” // “Já o Porto... não acho tanto, uma vez que para o resto do Mundo o Porto não causaria tanto impacto, se calhar mais depressa o Algarve em tempo de férias de verão.”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) o terrorismo quando é para acontecer é para criar impacto, notícia, medo, por isso é que se chama terrorismo. Acho que os primeiro ataques a acontecer em Portugal iriam ser (...) na Assembleia da República, um envenenamento na água pública, por exemplo, isto criava logo centenas e centenas de mortes, que é para criar impacto a notícia (...).”.* (Homem, 53 anos, vítima, Aveiro)

Ainda sete entrevistados (quatro mulheres e três homens) afirmaram que não pensam na possibilidade de acontecer um atentado em Portugal por sermos um país muito pequeno, de pouco interesse económico e pacífico (em comparação com outros países), sendo que neste último ponto encontramos um paradoxo, uma vez que houve entrevistados a afirmar que o facto de sermos um país pacífico podia facilitar a ocorrência de um ataque. E temos outra parte de entrevistados que usa esse mesmo termo para justificar o desinteresse por parte dos terroristas em cometer um atentado em Portugal.

*“Sinceramente, nós somos um país demasiado pacato e eu penso sempre ‘Ah e tal acontece lá fora, não vai acontecer aqui’.”// “(...) Eu acho que os terroristas estão mais focados em países mais ricos, mais desenvolvidos... acho que eles não se lembrariam de Portugal.”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Coimbra)

*“(...) em primeiro lugar, porque acho que não seja uma país propício para ser atacado...” // “Porque um ataque terrorista externo, normalmente, convém ser feito em alvos políticos de relevo, que quer queiramos quer não, não é o caso daqui. Para além disso, nós não temos muita intervenção nesse tipo de casos (...).”.* (Homem, 24 anos, vítima, Porto)

*“Cá em Portugal não, não somos de interesse para que aconteça grandes coisas cá...”*  
// *“Porque somos um país pequenino... Acho que não ia mudar a forma de outros países verem as coisas... não acho que somos de interesse para o Al-Qaeda e por aí adiante, somos insignificantes para a Europa.”*. (Homem, 24 anos, vítima, Aveiro)

Ainda, quatro entrevistados – duas mulheres e dois homens – referiram países da Europa que já tinham sofrido anteriormente atentados como justificação para possíveis ataques terroristas:

*“(...) porque olha o que aconteceu em França (...)”*. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) Por exemplo, o da Suécia... esse foi um atentado que não era esperado, porque foi num país que também não é Paris, não é Londres, não é uma grande cidade europeia... foi inesperado nesse sentido, mas por outro lado também para ‘abandar’ um bocado esse pensamento de que ‘acontece só nas grande cidades’, mas ainda assim, a Suécia tem muito mais habitantes do que Portugal”*. (Homem, 24 anos, vítima, Aveiro)

Concluindo, com este grupo de entrevistados conseguimos aceder às razões que levam estes a percecionarem mais ou menos risco de haver um ataque terrorista.

Nesta mesma linha dos contextos, houve entrevistados que referiram países da Europa que já tinham sofrido um atentado, seguimos para a próxima categoria, que é precisamente um grupo de entrevistados que teve contacto efetivo com países que tinham sido alvo de um ataque.

### ***Contactos efetivo com países que sofreram atentados***

O segundo aspeto que contribuiu para as experiências de insegurança dos entrevistados foi o contacto com países que já sofreram atentados. Com efeito, ao longo das entrevistas, os sujeitos mencionaram vários países da Europa (Bélgica Paris e Londres) que visitaram após estes terem sido alvos de atentados terroristas. Estes contactos, por sua vez, tornou os indivíduos mais atentos e em alerta em países que já sofreram atentados, amplificando a precaução quando estes eram recentes.

*“Já senti medo de uma situação em particular, em Bruxelas, o atentado tinha acontecido há muito pouco tempo (...) nós estávamos na praça com imensa gente e vimos todas*

*as entradas da praça a serem evacuadas pelos carros dos militares (...) nesse momento senti muito medo (...)*”. (Mulher, 32 anos, não vítima, Aveiro)

*“Até tenho uma história recente....bem, isto não é bem medo do terrorismo.... Mas recentemente tive uma situação... e acho que até me comportei bastante bem. Foi numa viagem recente a Paris, em que uma das atrações onde nós planeamos ir estava fechada. Tendo em conta o contexto, muito provavelmente, pensei eu, devia ser alguma coisa relacionada com o terrorismo.”*. (Homem, 29 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) Já passei por um espaço, a ponte de Londres, na semana seguinte ao atentado (...)*” // *“Claro que uma pessoa fica mais insegura, receosa, mas aquilo estava tão policiado, e a verdade é que um atentado não acontece duas vezes no mesmo sítio, portanto, apesar de ter estamos mais alerta, não deixamos de passar por lá.”*. (Mulher, 46 anos, não vítima, Aveiro)

### ***Figuras de segurança***

O terceiro aspeto apresentado pela amostra são um conjunto de figuras de (in)segurança relacionadas com o terrorismo. Foram vários os entrevistados (seis no total, quatro mulheres e dois homens) que mencionaram a **polícia** como tal. Contudo, a figura da polícia pode desencadear dois sentimentos antagónicos: “*segurança*”, *por um lado*, e “*medo*”, *por outro*. No que concerne ao primeiro, os entrevistados percecionam a polícia como um elemento que os faz sentir seguros e aliviados, no sentido de que a sua presença faz acreditar que nada de mal poderá vir a acontecer:

*“(...) não estava com medo de ‘oh meu Deus que vão pôr aqui uma bomba’, até porque estava muita, muita polícia espalhada por toda a cidade, ou seja, era um sítio onde tu viravas numa esquina e de repente havia um polícia.”*. (Mulher, 26 anos, não vítima, Aveiro)

Já no que diz respeito ao segundo, o facto de a polícia estar armada e aparecer em certos locais pode indicar que algo de mal, como um possível atentado, pode estar por acontecer. Esta possibilidade, por sua vez, faz com que os entrevistados sintam medo e/ou desconfiança.

*“Claro que uma pessoa fica mais insegura, receosa, mas aquilo estava tão policiado, e a verdade é que um atentado não acontece duas vezes no mesmo sítio, portanto, apesar de ter estamos mais alerta, não deixamos de passar por lá.”*. (Mulher, 46 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) nós estávamos na praça com imensa gente e vimos todas as entradas da praça a serem evacuadas pelos carros dos militares (...) nesse momento senti muito medo (...)”.*  
(Mulher, 32 anos, não vítima, Aveiro)

Os *mass media* também enquadram numa das categorias dos fatores que influenciam a perceção de experiências de insegurança do terrorismo, contudo, como é um dos aspetos fundamentais a ser analisado e explanado neste estudo, irão configurar o último grande tema, que será desenvolvido no ponto seguinte.

### ***Mass media***

Importa começar por referir os **hábitos de consumo dos media** por parte dos entrevistados, acedendo assim, às experiências e perceções do sujeitos sobre os media em geral e as notícias em particular. A segunda categoria será atinente ao **tipo de notícias** que este grupo de entrevistados tem por hábito ver/ler e que motivos subjacente a esta seleção. Já a terceira é respeitante às notícias como **fonte das experiências de insegurança** dos entrevistados. A quarta, tem a ver com o **impacto dos mass media** no dia-a-dia dos sujeitos e no medo do terrorismo. Aqui também vai estar incluído o papel das fontes e das imagens, a credibilidade e qualidade das notícias.

### ***Hábitos de consumo: fontes e frequência***

Catorze destes responderam ter por hábito ler/ver notícias – *“Sim, tenho”*. (Mulher, 55 anos, vítima, Aveiro). Sendo estes sujeitos leem/veem notícias em grosso modo para estarem atualizados sobre as notícias do mundo, do país e locais, ou então porque a temática é de interesse pessoal. Esta questão ainda será analisada posteriormente. Por outro lado, seis entrevistados responderam não lerem e/ou visualizar notícias *“Não..., não ligo”*. (Homem, 54 anos, não vítima, Porto).

No que concerne às **fontes**, estas divergem entre **TV, jornais físicos, jornais online e redes sociais**. Doze dos entrevistados responderam que consumiam mais notícias via TV:

*“Normalmente é mais na TV”*. (Mulher, 43 anos, vítima, Aveiro)

*“Na televisão, normalmente no telejornal!”*. (Mulher, 22 anos, vítima, Porto)



*“Televisão ao meio dia, nomeadamente o da RTP3 e SIC Notícias (...)”*. (Homem, 24 anos, vítima, Porto)

Concernente aos **jornais físicos**, cinco entrevistados referiram estes como uma das fontes de notícias:

*“A nível de jornal, tenho acesso ao ‘Negócios’ (...) ao ‘Jornal de Notícias’, para ter também uma informação mais generalizada (...)”*. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“Ora jornais físicos, em especial Jornal de Notícias (...)”*. (Homem, 24 anos, vítima, Porto)

Atinente aos **jornais online**, dez entrevistados reportaram ler/ver notícias online:

*“(...) como quase não tenho acesso físico aos mesmos, acabo por aceder na web, online.”*. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“Online!”// “(...) porque eu trabalho com e no computador, e quando tenho tempo é lá que vejo as notícias”*. (Mulher, 23 anos, não vítima. Aveiro)

*“Online, costumo consultar mais jornais online”*. (Homem, 23 anos, vítima, Aveiro)

Em relação às **redes sociais** como fonte de notícias, nove entrevistados responderam que usavam as mesmas como fonte:

*“Geralmente são jornais online... ou melhor, geralmente costumo aceder através do Facebook, não acedo diretamente aos sites dos jornais online.”*. (Homem, 53 anos, vítima, Aveiro)

*“No Facebook” // “Sempre que vou às redes sociais (...)”*. (Mulher, 21 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) todos os dias vou ao Facebook”*. (Homem, 54 anos, não vítima, Porto)

Por fim, respeitante à **frequência de consumo**, a maioria dos entrevistados respondeu que via/ia notícias “*todos os dias*”, em concreto catorze entrevistados:

“(…) *tenho por hábito ver e ler os jornais quase todos os dias, e principalmente, como quase não tenho acesso físico aos mesmos, acabo por aceder na web, online.*”. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

“(…) *na hora do almoço normalmente temos sempre a televisão ligada e estamos sempre a ouvir a televisão; no ginásio também, porque eles têm sempre os monitores ligados na TVI24 (…)*”. (Mulher, 41 anos, vítima, Aveiro)

“*Todos os dias, basicamente se aparecer uma notícia que gosto de ler, abro e vejo.*”. (Homem, 23 anos, vítima, Aveiro)

Contudo, cinco entrevistados referiram que **não veem/leem tão frequentemente** notícias:

“(…) *Mas não tenho mesmo hábito.*”. (Mulher, 80 anos, não vítima, Aveiro)

“*Raramente, mas vou vendo!*”. (Mulher, 57 anos, não vítima, Porto)

“(…) *de vez em quando vejo algumas notícias na TV (…)*”. (Homem, 54 anos, não vítima, Porto)

### ***Tipo de notícias consumidas***

À questão colocada “*Recentemente, alguma notícia mexeu consigo?*” dezanove entrevistados deram como exemplo notícias que foram muito mediáticas ou que estavam a ter muito atenção mediática na altura da realização das entrevistas. Exemplo disso foi o facto de quatro mulheres terem mencionado a mesma notícia “*o menino bebé que caiu no poço em Espanha*”. O mesmo se passou para outros dois entrevistados, um homem e uma mulher, que referiram ambos o “*caso de Seixal*”.

“*a notícia que mexeu comigo foi daquele menino bebé que caiu no poço em Espanha*”. (Mulher, 53 anos, vítima, Aveiro)

*“A última que teve impacto em mim foi no Seixal, aquele pai que assassinou a sogra e a filha (...) e depois matou-se a seguir. Havia muita informação sobre essa notícia só que uns diziam isto, outros aquilo (...) tentei perceber o melhor possível da notícia.”*. (Homem, 53 anos, vítima, Aveiro)

À questão *“O que pensou sobre isso? / O que sentiu quando viu/leu a notícia?”* quinze entrevistados (onze mulheres e 4 homens) referiram **sentimentos** que as **notícias supramencionadas** originaram em si. Portanto, há um panóplia de sentimentos que as notícias despertam nos sujeitos que as visualizam e leem. Concluindo, ver uma notícia, em concreto sobre crimes e mortes, não é uma atividade neutra, é algo que cria impacto nos espectadores, ao ponto de despoletar sentimentos como *“medo”* e *“preocupação”*.

*“Fiquei muito... não digo chocada, mas impactada... surpreendida, se calhar um pouco por deixarem uma criança tão nova assim (...) sinto uma frustração, uma indignação porque poderia ter sido evitado.”*. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“Hum... medo, medo.”// “Porque vou ter uma viagem... vou andar de avião... e nesta altura pré-viagem qualquer coisa relacionado com isto me dá medo”*. (Homem, 24 anos, vítima, Aveiro)

*“Provavelmente... não é raiva, mas causou alguma inquietação dentro de mim, como é que uma pessoa consegue agir assim... fazer mal a pessoas que quem gosta tanto (...)”*. (Mulher, 22 anos, vítima, Porto)

Dezanove entrevistados (doze mulheres e sete homens) mencionam vários **motivos** que levam os mesmos a **procurar, abrir, ler e/ou ver uma notícia**. A maioria dos entrevistados (treze, sete mulheres e seis homens) afirmou **que procura e abre notícias sobre áreas de interesse pessoal**, que vão desde questões políticas (como o Brexit); investigação académica; área de formação; cultura; desporto; alimentação; música; artes e economia; até às notícias que de momento estão a ter muito impacto. Portanto, existe uma panóplia de interesses que levam os sujeitos a procurar e a ler notícias, sendo que só houve duas entrevistadas (mulheres) que mencionaram as notícias recentes como motivo de procura.

*“(...) se é uma notícia com muito impacto, se tem a ver com os temas da atualidade ou com algum algo que eu gosto”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“Cultura, alimentação, desporto, novas tecnologias... é mais por aí” // “Estar atualizada, acima de tudo!”.* (Mulher, 32 anos, não vítima, Aveiro)

*“Diversos assuntos, a política... cada vez menos, mas assuntos sobre a atualidade, cultura, desporto, música, artes. Notícia sobre ciência e tecnologia porque é a minha área.”.* (Homem, 46 anos, vítima, Aveiro)

Em seguida, outro grupo de entrevistadas (cinco mulheres) mencionou que procura **notícias sobre o mundo**, visando com isso estar mais atualizadas com o que se passa *“lá fora”*.

*“Questões de como está o mundo lá fora, economia, política... por uma questão de se saber o que se passa lá fora (...)”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“Mas noutras situações, também leio alguns assuntos (...) sobre França, visto que tenho Familiares lá...”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Coimbra)

*“Para estar mais atualizada (...) é mesmo mais geral para saber o que se passa (...) no mundo.”.* (Mulher, 21 anos, não vítima, Aveiro)

Em paralelo, sete entrevistadas (mulheres) mencionaram que procuravam e liam **notícias nacionais** (cinco mulheres) e **locais** (três mulheres). Aqui, os entrevistados mencionaram que é um fator relevante o facto de a notícia ser de caris local, pois são situações que são próximas. A entrevistada que afirmou este aspeto da proximidade com os acontecimentos que aparecem nas notícias locais, tinha mencionado ao longo da entrevista a onda de assaltos que estava a acontecer na sua cidade.

*“(...) mais as notícias que dizem respeito ao meu país”.* (Mulher, 55 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) na minha área de residência... isto será de facto um fator relevante a ter em conta quando abro as notícias.”. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)*

*“(...) uma notícia que tenha ocorrido na minha área” // “Porque moro na cidade e porque é uma situação próxima a mim.”. (Mulher, 23 anos, não vítima, Coimbra)*

Por fim, quatro entrevistados (uma mulher e três homens), mencionaram que abriam as notícias pelo título, pelo facto de as imagens não serem bem escolhidas para o título, o que surte um interesse em abrir a notícia para ver se corresponde ou não.

*“Normalmente é pelo título, a imagem normalmente é sempre secundária porque as imagens acho que são sempre mal escolhidas para os títulos das notícias (...)”. (Homem, 24 anos, vítima, Aveiro)*

*“O título... um título excêntrico!”. (Mulher, 23 anos, não vítima, Coimbra)*

Ainda, dezoito entrevistados (onze mulheres e sete homens) afirmaram **comentar** essas mesmas **notícias** com **terceiros** (amigos, familiares, colegas de trabalho).

*“Sim, falei com os meus pais, com alguns dos meus amigos, inclusive partilhei com algumas pessoas, para saber o que se estava a passar e como é que poderíamos discutir este assunto (...) Mas sim, foi uma notícia em que comentei bastante.”. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)*

*“Sim, sim, sim!! Aliás isso até faz parte da forma como consumo esse tipo de notícias, geralmente tem sempre essa componente social de ou comentar, ou pedir informação.”. (Homem, 29 anos, não vítima, Aveiro)*

*“(...) foi a mais comentada entre o meu grupo de amigos, entre os meus colegas de trabalho, e pronto... tive curiosidade em saber e tentar me informar mais (...)”. (Homem, 53 anos, vítima, Aveiro)*

### ***As notícias como influência das experiências de insegurança***

Cinco dos vinte entrevistados mencionaram que sentem medo/receio por aquilo que ouvem e veem nas notícias, havendo por seu turno a percepção do risco de vitimação e a adoção de comportamentos de segurança. Os entrevistado reportam que as notícias os alarmam e influenciam na forma como encaram situações do dia-a-dia, como por exemplo, um desconhecido que se aproxime. Também uma entrevistada mencionou o evitamento de certos locais porque ouviu nas notícias, e, como consequência disso, houve uma mudança de comportamentos. Portanto, as notícias geram uma maior atenção e preocupação aos entrevistados, pois são estas que os informam de certos acontecimentos, relacionados com o crime ou não. Mas, de certa forma, todos mencionaram que as notícias os tornam mais atentos:

*“uma pessoa a aproximar-te mais de ti (...) ficas sempre com aquele sobreaviso ‘pode acontecer’, tudo porque viste nas notícias.”*. (Mulher, 32 anos, não vítima, Aveiro)

*“Não me sentir confortável, ter medo, sou um bocado receosa... se calhar por causa (...) das notícias que nós ouvimos, se calhar em consequência disso temos mais receio em estar em certos locais ou frequentar certos sítios (...) mas (...) as notícias alarmam-nos um bocado, exageradamente! Mas ficamos sempre com um pé atrás.”*. (Mulher, 41 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) influência tem sempre, porque andas mais atento, mais preocupado no momento em que ouves as notícias, é uma preocupação (...) momentânea (...) depois tento esquecer para não andar preocupado, mas sempre atento.”*. (Homem, 53 anos, vítima, Aveiro)

### ***O impacto dos mass media no dia-a-dia e no medo do terrorismo***

Vinte entrevistados (treze mulheres e sete homens) responderam à questão sobre se tinham alterado a sua rotina após terem tido conhecimento dos atentados mais recentes (Barcelona, Paris, Londres). Aqui procurou-se saber se as notícias sobre estes atentados tinham influenciado os quotidianos dos entrevistados. Portanto, quinze entrevistados (dez mulheres e cinco homens) afirmaram que **não tinham mudado** as suas rotinas após terem visualizado notícias sobre ataques terroristas, sendo que um grupo de entrevistados asseverou que ficou mais alerta, mas que não tomaram nenhum tipo de precaução; outro grupo simplesmente declarou que continuou a fazer as mesmas coisas que fazia, porque se sentem seguros a onde

vivem; houve, adicionalmente, uma entrevistada que afirmou que os atentados a tinham afetado emocionalmente, mas não ao ponto de a fazerem mudar de comportamentos e rotinas.

*“Fiquei mais alerta, mas não alterei a minha rotina (...)”*. (Mulher, 23 anos, não vítima, Coimbra)

*“Não, não..., não tomei nenhum tipo de precaução, mas isto porque vivo em Portugal, se calhar se vivesse noutro país, como os EUA, se calhar aí já tomava mais precauções.”*.(Homem, 23 anos, vítima, Aveiro)

*“Não, não, claro que a gente se sente um bocado mais insegura, porque fica a pensar naquilo, ‘aí e se acontecer aqui, ou ali’, mas não podemos deixar de fazer a nossa vida normalmente.”*.(Mulher, 57 anos, não vítima, Porto)

Contudo, cinco entrevistados (três mulheres e dois homens) relataram que visualizar ou consumir notícias sobre os atentados recentes, fez com que estes **mudassem as suas rotinas**. Este grupo de entrevistados apesar de afirmar que *“não mudei a minha rotina”*, declararam depois que tomaram medidas de precaução. Portanto, há um paradoxo, uma vez que estes mudaram os seus comportamentos. Em concreto, adoção de medidas de precaução em eventos de massa (evitar ficar em sítios muito fechados) e na rua.

Em suma, apesar de os entrevistados expressarem que **não mudaram as suas rotinas**, os comportamentos descritos em seguida não vão ao encontro dessa primeira afirmação, pois nota-se no discurso destes a influência de terem visto as notícias sobre os atentados, sendo que tomaram comportamentos de segurança, como estar mais atentos na rua ou em eventos.

*“Não alterei a minha rotina, mas comecei a ter medidas de precaução sempre que ia para grandes eventos (...) //(...) tento não ficar em sítios muito fechados, ou que me impossibilite de sair de lá a qualquer momento, se eu vir que não tem segurança necessária, ou que é um evento que não tem polícia ou agente de autoridade competentes, fico de pé atrás (...)”*.(Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) sim, na altura em que isso acontece pensamos sempre em ter mais cuidado, estarmos mais atentos na rua, mas depois passa tudo e a gente volta a esquecer-se, acontece novamente e a gente lembra-se outra vez. Mas é normal tomarmos mais cuidados, ver quem é*

*que está à nossa volta, ver que género de pessoas estão à tua volta, com um ar mais de bandido”.* (Mulher, 21 anos, não vítima, Aveiro)

*“Eu notei que houve impactos na minha vida. Por exemplo, eu noto que não posso levar garrafas de água nos aviões ou quando entramos em museus ou assim. Ainda há pouco, quando fui a Itália, sempre que entrava num museu eles revistavam tudo e depois eles perguntavam se eu era mesmo português, de qualquer das formas nota-se esse empancamento que não existia antes (...)”.* (Homem, 24 anos, vítima, Porto)

No que diz respeito ao **impacto das notícias no medo do terrorismo**, foi colocada a questão *“As notícias sobre o terrorismo têm impacto em si/mexem consigo? Pode descrever-me o que sente?”* em que onze entrevistados (oito mulheres e três homens) responderam que as notícias criam muito impacto em si, originando sentimentos de revolta e tristeza, uma vez que se sentem impotentes por não conseguirem fazer nada em relação aos atentados. Houve, ainda, uma entrevistada que mencionou a vitimação vicariante que as notícias podem causar, neste caso em concreto, ver notícias sobre o terrorismo, com imagens de bombas e mortes, fez com que a entrevistada se sentisse vítima, como se tivesse presente no atentado. Ligado a isto, um grupo de entrevistados que mencionou as **vítimas diretas**, isto é, de que os ataques atingem sempre pessoas indefesas e inocentes. Apesar disso e do impacto emocional que os entrevistados descrevem, não deixam de fazer o seu dia-a-dia, ou seja, não há mudanças nas suas rotinas pós verem essas notícias.

*“(...) passarão aquelas bombas e aquelas coisas todas e eu não gosto de ver por causa disso, porque cria muito impacto e depois uma pessoa sente-se nervosa, ansiosa, porque se aconteceu lá, também pode acontecer aqui. É que somos quase todos vítimas indiretamente (...)”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Coimbra)

*“Sim, no momento, mas depois não me influenciam na minha rotina, por exemplo.”.* (Homem, 46 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) as pessoas que morreram para eles são só números, o que eles queriam era causar impacto, ou seja, para os terroristas a vida das pessoas, dos outros não tem valor (...)”.*  
*// “ (...) é muito triste saberes que morreram pessoas indefesas (...)” , algumas sem terem*



*consciência do que estava a acontecer e que não tinham culpa nenhuma... ”. (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)*

Paralelamente, houve três entrevistados (todos homens) que responderam que as notícias sobre o terrorismo não os impressionam, não lhes criam impacto ao ponto de influenciar os seus quotidianos.

*“Não, não... pode ter um impacto abstrato, mas não concretamente.”. (Homem, 29 anos, não vítima, Aveiro)*

*“Não, pelo menos até agora nunca houve nenhuma notícia que me influenciasse ao ponto de alterar a minha rotina.”. (Homem, 24 anos, vítima, Aveiro)*

*“Não...eu vejo poucas notícias, eu sei que eles aconteceram e continuam a acontecer, mas eu não ligo às notícias, as notícias não me criam impacto, não fico impressionado.”. (Homem, 54 anos, não vítima, Porto)*

### ***A qualidade e credibilidade das notícias sobre o terrorismo***

Um dos objetivos da presente investigação passava por entender qual o impacto que os *mass media* têm no medo do terrorismo. Desta feita, revelou-se importante aceder às perceções individuais da qualidade e credibilidade das fontes de notícias (jornais físicos, jornais online e TV). Visando assim perceber se ver/ler notícias tem influência no medo do terrorismo. Consequentemente, tornou-se relevante compreender se os sujeitos acreditam nas notícias que veem e leem sobre esta temática e se as notícias que consomem são tidas pelos mesmo como informação de qualidade e credível.

Desta feita, atinente às fontes, sete entrevistados (três mulheres e quatro homens) mencionaram como fontes os **jornais físicos** e **online**. Destes sete, houve duas mulheres que afirmaram que muitas vezes o conteúdo das notícias dos jornais não corresponde ao título que, por sua vez, é muito chamativo. Ainda, houve dois homens que mencionaram a distinção entre notícias online e notícias em jornais físicos, afirmando que as notícias nestes últimos são mais completas, ou seja, têm mais conteúdo. Sendo que um deles enumerou vários jornais físicos como exemplo de qualidade.

*“(...) as notícias que são dos jornais, em geral, o título é muito chamativo e depois até vais ler e a notícia até não tem nada de importante. É mesmo para que tu leias (...)”.* (Mulher, 55 anos, vítima, Aveiro)

*“Algumas notícias não têm muito conteúdo, mas lá está, eu leio muitas notícias na internet, e eles lá não colocam toda a informação sobre a notícia. Se eu fosse a um jornal se calhar tinha mais conteúdo dessa notícia.”.* (Homem, 23 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) mas nota-se uma clara diferença entre os mesmo jornais, entre o online e o físico. O Jornal de Notícias é o melhor exemplo de um jornal físico de qualidade (...)”.* (Homem, 24 anos, vítima, Aveiro)

Em contraste, dois entrevistados (uma mulher e dois homens) afirmam que a qualidade das notícias que consomem **depende das fontes** (jornais físicos como fonte de notícias objetivas e de qualidade), e que fazem uma **seleção prévia** das notícias.

*“Acho que depende muito do sítio a onde lemos ou vemos, se for no Diário de Notícias acho que são objetivas, são importantes (...)”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Coimbra)

*“Eu acho que em média eu exponho-me a coisas que à partida já são relativamente boas.”.* (Homem, 29 anos, não vítima, Aveiro)

*“Como eu faço seleção daquilo que leio...não leio outros jornais sem ser o Observador, o Público... é assim, sei mais ou menos o conteúdo da informação que têm, sei que têm algum conteúdo de qualidade (...)”.* (Homem, 24 anos, vítima, Aveiro)

No que concerne à **televisão (TV) como fonte**, houve doze entrevistados (cinco mulheres e cinco homens) que mencionaram como características das notícias de TV o facto de estas serem muito exageradas, ou seja, há uma enfatização da informação o que faz com que os espectadores desacreditem na mesma. Aqui temos presente o sensacionalismo dos *mass media*. Os entrevistados mencionaram também esta característica como fator da falta de qualidade e rigor das notícias, e que por seu turno faz com que estes comecem a questionar a veracidade destas, alarmando para questões que na realidade não existem ou não são assim tão graves. Por exemplo, um entrevistado mencionou especificamente que as existem notícias sobre o

terrorismo que não são verdadeiras, que os media passam exatamente aquilo que querem que os espectadores oiçam sobre aquela notícia.

*“As notícias hoje em dia estão a avançar muito para uma vertente sensacionalista (...), acho que perde o rigor e a qualidade das notícias (...)” // “(...) há delas (notícias) que são muito sensacionalistas e uma pessoa depois questiona-se ‘Será que foi mesmo assim? Será que isto é tudo, tudo verdade?(...)’.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“É exagerado, aí está, é o mediatismo... acho que fazem muito daquilo que é, alarmam desnecessariamente as pessoas, quando na realidade não é necessário.”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) Então há notícias do terrorismo que não são verdadeiras, são aquilo que eles querem que tu oiças ou que tu leias sobre a notícia.”.* (Homem, 53 anos, vítima, Aveiro)

Quatro entrevistadas (mulheres) mencionaram que a **qualidade das notícias de TV** depende do **canal televisivo**, isto é, a qualidade da informação é maior se esta for proliferada num canal conhecido. A familiaridade com a fonte de notícias torna-as mais credíveis para quem as vê e as ouve. Sendo que uma das entrevistadas declarou que as notícias que passam no telejornal são **mais credíveis**, em comparação aos jornais físicos.

*“Depende do canal (...). Se neste caso, for já um canal conhecido de televisão, eu acho que o conteúdo é minimamente de qualidade”.* (Mulher, 41 anos, vítima, Aveiro)

*“Acho que depende muito do sítio a onde lemos ou vemos (...)”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Coimbra)

*“É assim, na parte de televisão, telejornal... acho mais credível do que muitas notícias que lêς até em alguns jornais de renome, conhecidos... acho que algumas notícias dos jornais não são tão credíveis (...)”.* (Mulher, 22 anos, vítima, Porto)

Nesta mesma linha, cinco entrevistados (4 mulheres e um homem) referiram canais que são apontados claramente como sensacionalistas:

*“(...) Toda a gente vê a CMTV, mas ninguém gosta, ninguém acredita nos que eles dizem... depois é que vamos ver noutros sites e jornais (...) . Acho que esses jornais são mais sérios do que a CMTV.”*. (Mulher, 21 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) a CMTV... a qualidade das notícias que eles passam é terrível, as notícias não parecem ser credíveis e às vezes, desculpa a palavra, são notícias mesmo estupidas (...)”*. (Mulher, 22 anos, não vítima, Porto)

*“(...) na minha opinião há focos de interesse bem mais interessantes do que um microfone debaixo de um lago (risos) ou espalhares dois ou três jornalistas pelos país num dia de tempestade a dizer ‘caiu aqui uma árvore, caiu ali outra árvore’ (...)”*. (Homem, 24 anos, vítima, Porto)

Em contraste ao que foi dito previamente por um grupo de entrevistados sobre o sensacionalismo das notícias propagadas via TV, houve cinco entrevistados (quatro mulheres e um homem) que mencionaram que verem as notícias em formato imagem/vídeo cria muito mais impacto do que a sua leitura, e que essa imagem torna a notícia mais credível. Aqui, também houve uma entrevistada que declarou que nas notícias escritas há uma ampliação do que realmente aconteceu, afirmando que as notícias do telejornal são mais credíveis, uma vez que estão acompanhadas de imagens. Concluindo, este grupo de entrevistados acredita que as notícias acompanhadas por imagens/vídeos torna as notícias mais confiáveis. *“(...) às vezes a gente ouve no telejornal na TV que morreram 5 pessoas e no jornal já vem a dizer que morreram 10. Portanto, acho que há todo um sensacionalismo à volta das notícias que são escritas. As notícias escritas por vezes não são verdadeiras, há muita amplificação daquilo que aconteceu de facto na realidade.”*. (Mulher, 57 anos, não vítima, Porto)

*“(...) por serem acompanhadas por imagens e vídeos. Penso que tornam a notícia mais credível, isso e a cobertura mediática que existe sempre que há um atentado terrorista, chega até a ser exaustiva.”*. (Homem, 46 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) A imagem, é uma coisa que marca logo, porque é o primeiro impacto, e este é feito pelos olhos, e aquilo que os olhos veem temos mais dificuldade em esquecer, o cérebro tem mais dificuldade em esquecer.”*. (Mulher, 46 anos, não vítima, Aveiro)

Concluindo, grosso modo dos entrevistado não acredita nas notícias sobre o terrorismo que passam na TV, caracterizando-as como sensacionalistas e mediáticas. O que faz com que certas notícias se tornem mais credíveis é a qualidade do canal televisivo que as propaga, tendo aqui dois fatores importantes, seleção prévia da fonte e a familiaridade com esse mesma fonte, isto é, os indivíduos confiam mais nas notícias que são proliferadas por jornais/canais que conhecem e/ou de renome. Ainda, alguns entrevistados mencionaram o impacto das imagens e o facto destas credibilizarem as notícias. E portanto, sentiu-se necessidade de explorar mais o papel das imagens, apresentado em seguida.

### ***Papel das imagens***

É preciso ter em linha de conta o papel das imagens e o facto de estas serem proliferadas pelos *mass media* através da TV e online. Assim, três entrevistados (duas mulheres e um homem), mencionaram que o **papel das imagens** era de **transmitir o terror, medo e pânico**. As imagens são usadas para proliferar terror nas pessoas, e que por sua vez ajudam a passar a mensagem dos próprios terroristas. Portanto, os media ao fazerem a cobertura mediática sobre um ataque ajudam a causa terrorista a espalhar o terror sobre a população geral.

*“(...) O objetivo deles é criar terrorismo, terror nas pessoas, fizeram um ato terrorista e depois tens as cadeias televisivas que vão ajudar ainda mais a espalhar esse terror (...) //*  
*“(...) eu acho que esse é o lado que o terrorista quer que a sociedade veja, e ao passarem as imagens estão a divulgar as mesmas para milhões de pessoas e estão a ajudar quem fez ou praticou esse ato de terrorismo.”. (Homem, 53 anos, vítima, Aveiro)*

*“(...) é uma forma de gerar o medo e o pânico.”. (Mulher, 46 anos, não vítima, Aveiro)*

*(...) ter imagens associadas aos ataques e ao terrorismo acho que transmite um maior sentimento insegurança às pessoas (...). (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)*

Associado a este ponto, quatro entrevistados (três mulheres e um homem) afirmaram que as imagens sobre os ataques terroristas são tão chocantes que os fazem sentir o pânico das pessoas, ou seja que sintam que estão no local.

*“Os vídeos também são muito chocantes na medida em que o espetador está a ver aquele vídeo e que parece que está mesmo naquele local, e acaba por sentir o pânico das*

*peessoas...ou seja, estes sentimentos são mais facilmente transmitidos ao espetador e sem dúvida que são mais traumatizantes.”// “(...) os vídeos transmitem muito mais porque parecia que nós estávamos ali a par do que estava a acontecer!”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“(...) porque há pessoas que ao verem essas imagens ficam aterrorizadas, sem estarem presentes, sem terem sofrido na pele o terror da situação, mas ficam aterrorizadas com as imagens (...)”.* (Homem, 55 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) se tu souberes esses pormenores, também te aproxima mais à notícia, dá-te uma sensação de empatia para com aquilo. E às vezes tu também ficas dentro daquela trama, ficas dentro daquilo também... também te sentes vítima. E lá está, isso depois também te cria a tal raiva do agressor, do terrorista (...)”.* (Mulher, 26 anos, não vítima, Aveiro)

A par do que foi dito supramencionado, é importante entender como é que os entrevistados “receberam” a última notícia sobre terrorismo, para perceber se tinha sido através de imagens. Para tal foi colocada a seguinte questão: *“Pode-me descrever qual a forma como os media relataram a última notícia de terrorismo a que teve a acesso? O que pensa dessa forma de passar a informação?”*, sendo que treze entrevistados (sete mulheres e seis homens) responderam que foi através das imagens/vídeo que obtiveram a notícia sobre um atentado terrorista. Em grosso modo, a *“repetição de imagens”* foi a expressão mais usada pelos sujeitos para descrever a forma como receberam a notícia. Desses treze, quatro (três homens e uma mulher) mencionaram a televisão como meio de propagação dessas imagens.

*“Através de imagens repetitivas, imagens que as pessoas tinham gravado, de vários ângulos... repetiram várias vezes (...)”.* (Mulher, 23 anos, não vítima, Aveiro)

*“Em média foi a reprodução das imagens e basicamente é isso, não havia grande contexto (...)”.* (Homem, 29 anos, não vítima, Aveiro)

*“Foi através das notícias... eu vi na televisão, eu lembro-me de ver na televisão até mostraram as mensagem do telemóvel de uma das vítimas, mas sim, vi na televisão, na SIC.”.* (Mulher, 21 anos não vítima, Aveiro)

No que diz respeito à percepção dos entrevistados sobre a forma como a informação é transmitida, as declarações divergiram. Desta feita, sete sujeitos (quatro mulheres e três homens) mencionaram o **lado negativo de obtermos as notícias** sobre o terrorismo através da imagens, visto que estas criam muito impacto, são chocantes, repetitivas e de extrema violência.

*“Eu acho que foi um impacto muito grande, um choque... ainda me lembro, eu estava a passar a ferro quando vejo em direto o avião a ir contra as torres. Foi uma coisa incrível... incrível para o mau. Aquilo foi ao vivo, eu fiquei muito impressionada com aquilo.”*. (Mulher, 80 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) quando mais chocante e quanto mais vezes passarem a mesma notícia, mais tu ficas a pensar nela... e as pessoas começam a pensar mais nisso (...)”*. (Homem, 23 anos, vítima, Aveiro)

*“(...) Claro que as imagens podem ser agressivas e invasivas, principalmente se tivermos vítimas e familiares de vítimas envolvidos, mas sem dúvida que é a melhor forma de nós recebermos a informação (...)”*. (Homem, 46 anos, vítima, Aveiro)

Quatro entrevistados (três homens e uma mulher), declaram afirmações opostas às supramencionadas. Portanto, estes entrevistados mencionaram que preferiam ver as notícias sobre terrorismo **através das imagens/vídeos**, e se possível na **emissão em direto** porque torna a notícia mais credível e retrata a realidade. Acrescentado, que há um maior acesso às notícias precisamente por estas serem expostas em formato vídeos/imagens.

*“Prefiro ver câmaras reais daquilo que aconteceu no momento, do que ir para lá um emissário depois do acontecimento (...)”*. (Homem, 24 anos, vítima, Aveiro)

*“Sim... acho que eles (TV) falam melhor da notícia, descrevem tudo e depois dão logo imagens ou vídeos, ou seja, eles falam e dão vídeos... estão sempre lá na hora. E também acho que é uma forma mais fácil de captar a notícia e ficar com ela na cabeça.”*. (Mulher, 21 anos, não vítima Aveiro)

*“Eu acho que é boa porque retrata a realidade, é um vídeo... e as pessoas também têm mais acesso facilmente às notícias por vídeo e/ou imagens.”*. (Homem, 54 anos, não vítima, Porto)

Em suma, os entrevistados mencionaram que os media ao passarem as imagens de ataques terroristas estão a ajudar à causa destes, pois são imagens com muito impacto e violência, e que o objetivo dos terroristas é de passar a sua mensagem, de causar terror e pânico na sociedade. Juntamente a isto, alguns entrevistados demonstraram através dos seus discursos que sentiam efetivamente como se estivessem no local do atentado só pelo “espetáculo” que é transmitido através das imagens, sendo que estas últimas fizeram desencadear sentimentos como raiva e tristeza.

Por fim, a maior parte dos entrevistados referiu que a última notícia sobre o terrorismo que teve acesso foi através de imagens, quer nas notícias de TV, quer em imagens presentes em artigos online. Também, a maior parte mencionou a “*repetição de imagens*” para descrever a forma como receberam a notícia, concluindo que as notícias deste cariz são violentas e de que os media deviam ser mais sensíveis ao propagarem este conteúdo.

### **Capítulo III: Considerações finais**

#### **1. Discussão**

Os principais resultados serão agora debatidos, de acordo com a literatura científica sobre o medo do terrorismo e *mass media* tendo em linha de conta que objetivo geral do presente estudo era aprofundar o conhecimento acerca do sentimento de insegurança em relação ao terrorismo e a influência dos *mass media* nesse sentimento. O que se pretendia era aceder ao ponto de vista dos sujeitos, interpretando os significados atribuídos às experiências de insegurança relacionadas com o fenómeno do terrorismo.

A maioria dos estudos existentes sobre a relação entre medo do terrorismo e *mass media* têm recorrido tanto à metodologia quantitativa – e.g., o estudo de Rubin et al. (2003) e de Becker & Rubinstein (2004), como à metodologia qualitativa. Referente a esta última, tem havido uma preferência pela utilização da análise do conteúdo, quer das notícias sobre o terrorismo, quer dos discursos políticos, como nos estudos de Altheide (2004, 2006). Assim, apesar de haver estudos que recorrem à metodologia qualitativa, têm sido escassos os que efetuam, em concreto, entrevistas qualitativas por forma a aceder ao ponto de vista dos sujeitos e aos significados que se anexam às experiências de insegurança relativas ao fenómeno que aqui estudamos, o terrorismo. Desta forma, na presente dissertação, face aos objetivos que nos propusemos a estudar e aos complexos objetos de estudo em análise, considerou-se fulcral a



utilização de entrevistas semi-estruturadas. Embora um conjunto de resultados tenha ido de encontro a investigações anteriores, a presente dissertação sugere um conjunto de considerações que podem ser relevantes na compreensão do sentimento de insegurança face ao terrorismo e ao papel que os *media* exercem nesta ligação.

O sentimento de insegurança tem sido definido como uma reação emocional caracterizada por uma sensação de perigo e ansiedade. Esta definição recai numa visão estrita do sentimento de insegurança (Ferraro e LaGrange 1987; Garofalo, 1981). No presente estudo procurou-se não se impor uma definição do sentimento de insegurança por forma a, num primeiro momento, aceder à visão dos indivíduos acerca do que era, para eles, sentirem-se inseguros. Assim, um grupo de entrevistados usou precisamente os termos ansiedade e medo de algo que não é passível de se controlar, para definirem o que consideram ser o sentimento de insegurança. Portanto, essa ansiedade sentida é amplificada pelo facto de os sujeitos não conseguirem antecipar uma vitimação. Os entrevistados mencionaram o estado de alerta e a atenção para definirem sentimento de insegurança, como também foi considerado, pelos entrevistados, como um estado de preparação para eventuais ações inesperadas.

Este estado de alerta está relacionado com a perceção do risco de vitimação. Contudo, Guedes (2017) chegou à conclusão que o estado de alerta surgiu como um dos significados para o medo que é diferente da perceção do risco. Estar alerta é estar mais atento e preparado para a ação sem existir um estímulo real. O que origina este estado pode estar ou não identificado pelos sujeitos, contudo, eles vão antecipar-se e prepararem-se para reagir a potenciais perigos, que, quando ocorre, é a chamada a dimensão comportamental do sentimento de insegurança. Esta dimensão reflete-se nos comportamentos adotados pelos indivíduos por razões de segurança e podem ser de evitamento (de ruas e locais), de proteção (alarmes, fechaduras) ou de autodefesa (prática de um desporto relacionado com a autodefesa) (Ferraro, 1995). Na amostra, houve indivíduos a alterarem os seus comportamentos pós vitimação. Em concreto, houve quem mudasse as suas rotinas, ao escolher caminhos alternativos entre casa-trabalho e vice-versa, visto estar a ocorrer uma vaga de assaltos na sua zona de residência. Outros entrevistados mencionaram que após o furto da sua viatura, adotaram comportamentos de evitamento, quando esta foi encontrada. Não voltando a deixar o carro estacionado na mesma zona que este tinha sido furtado e instalaram um corta-corrente na viatura.

A maior parte dos entrevistados referiram sentir medo. Aqui amostra divergiu, sendo que houve entrevistados a referir fontes de insegurança relacionadas com os contextos físicos (bairros, zonas degradadas) – houve entrevistados a mencionar os bairros e zonas degradadas

como potenciais focos de insegurança, sendo que só um entrevistado é teve a sua experiência de vitimação criminal num bairro social; sociais (espaços muito movimentados; com muita gente; a noite; andar sozinho/a na rua), alguns entrevistados mencionaram que andar sozinho e à noite na rua os fazia sentir mais inseguros, aumentando o seu estado de alerta; e pessoas (e.g., grupo de pessoas, gangs, toxicodependentes), aqui surgiu a figura do “gang” como causador de maior insegurança (Fonseca, 1998). Portanto, este grupo de entrevistados atribui às pessoas desconhecidas a figura de insegurança, sendo que estas manifestaram nos entrevistados insegurança pelo seu aspeto físico ou por estarem em grupo. Na mesma linha, o estudo de Lupton (1999) mostrou a existência de vários fatores que emergem como importantes nas conceções das pessoas sobre “segurança” e “perigo”. Assim, determinadas ruas e lugares foram definidas como “arriscadas” baseando-se em fatores como quão bem iluminadas essas ruas estão à noite, quão bem se conhece as pessoas que vivem nesses bairros, quantos pessoas “usam” o espaço e se esses outros são definidos como “ameaçadores” contribuindo para a insegurança de alguém. Guedes (2017), corrobora a perceção que a população geral tem de que o bairro é um local inseguro é construída socialmente.

Um dado interessante foi o facto de a amostra ter referido pouco a “noite” como contexto social que faz aumentar o medo, uma vez que a literatura científica da área tem mencionado que os indivíduos sentem elevados níveis de sentimento de insegurança neste contexto (Warr, 1990; Nasar, 2008). Contrariamente, grosso modo da amostra mencionou eventos recreativos – a passagem de ano no Porto ou situações que envolviam multidões – como contextos sociais que os fazem sentir mais inseguros. E esse sentimento de insegurança refletia-se nunca sensação de prisão.

Concluindo, os contextos físicos, sociais e as pessoas continuam a mostrar serem um instigador do sentimento de insegurança nos indivíduos, como já demonstrado nos trabalhos de Ferraro (1995) e Warr (2000). Como Guedes (2016, p. 350) afirma, “*as experiências de insegurança não caem num vazio, são antes contextualizadas num espaço e num tempo*”.

Outra parte dos entrevistados referiu experiências de outras inseguranças não relacionadas com vitimação criminal. Este último dado é bastante interessante, pois faz-nos questionar se a insegurança reportada pelos sujeitos se esgota (ou não) no crime ou na possibilidade de serem vítimas de crime. Vários indivíduos identificaram situações do quotidiano onde a insegurança também tinha uma expressão que vai para além da possibilidade de vitimação. A situação laboral – emprego/desemprego – mostrou ser uma fonte relevante de insegurança. A acrescentar a isso, as expressões usadas pelos sujeitos para manifestar essa

insegurança são as mesmas relacionadas com o sentimento de insegurança relativo ao crime “ansiedade” e “falta de controlo”. Há vários autores que procuram perceber se medo do crime é semelhante a outros tipos de medo. Há também estudos que referem que sentir medo do crime é muitas vezes espelhado noutro tipo de inseguranças mais largas. Pleysier & Cops (2015) usa a expressão “*fear as a sponge*” para explicar que o medo do crime opera como uma esponja absorvendo ansiedades mais amplas e sentimentos mais gerais de incerteza. Os autores afirmam que apesar desta ideia não ser nova, uma vez que já tinha sido abordada por Furstenberg (1971), ainda não há muitos estudos sobre esta questão do “*fear as a sponge*”. Portanto, os relatos do medo do crime parecem estar relacionados e influenciados pelas perceções e interpretações dos sujeitos das situações e experiências do dia-a-dia (Farrall et al., 2009; Jackson, 2004; Pleysier & Cops, 2015).

Um resultado relevante e paradoxal (tendo em conta a literatura do medo do crime), é o facto de todos os entrevistados que afirmaram não sentir medo serem do sexo feminino. Na comunidade científica é transversal a ideia de que o género é um preditor persistente do medo do crime, pelo que em grande parte dos estudos as mulheres reportam níveis mais elevados de medo comparativamente aos homens (Hale, 1996). Sutton e Farrall (2005) argumentam que os homens têm menor vontade em reportar os seus medos, em comparação com as mulheres. No entanto, é sabido também que as mulheres possuem um risco objetivo de vitimação inferior aos dos homens (Hale, 1996). Então porque é que as mulheres sentem mais medo? Para explicar a razão subjacente ao medo elevado reportado pelas mulheres, muitas teorias foram elaboradas e testadas ao longo do tempo, dentro das quais se destaca para os resultados deste estudo a Teoria “*Shadow of the sexual assault*” proposta por Ferraro em 1996. Interessantemente, embora as referidas entrevistadas na amostra deste estudo não tenham manifestado medo do crime em geral, quando questionadas em qual situação estas se sentiam mais inseguras é unânime entre elas a perceção do risco de sofrerem violência sexual. Em geral, este resultado vai ao encontro da teorização anteriormente referida, uma vez que o medo do crime manifestado pelas mulheres pode ser, em concreto, interpretado como medo da violação, da mesma forma que os autores Fisher & Sloan (2003) e Özascilar (2013) sugeriram nos seus estudos.

Acresça-se, ainda, que o crime de violação pela sua natureza é uma modalidade criminosa que comporta elevados números de cifras negras uma vez que, dada a sua natureza, torna-se difícil para as vítimas de o reportar ao comportar uma carga emocional elevada. Ainda, é sabido que a violência sexual é um tema que atravessa a história da maior parte das mulheres em algum momento das suas vidas, seja pelo abuso na infância, violência no namoro, violência

doméstica e mesmo a violência sexual, em contextos privados e/ou públicos (a este respeito, veja-se mais em Kelly, 1998 quanto à ideia de *Continuum* da violência sexual contra a mulher).

Portanto, relativamente a este tópico é possível concluir que neste estudo o medo do crime para as mulheres é, em concreto, o medo da violação.

Atinente ao medo do terrorismo, a literatura científica sobre a definição quer do terrorismo, quer do medo do mesmo não tem sido unânime (Dorland, 2007; Laqueur, 2004). E, portanto, uns dos objetivos da presente investigação era atender às narrativas individuais sobre o terrorismo. Desta feita, os indivíduos quando perguntados sobre o que entendiam sobre medo do terrorismo, enquanto um conjunto de entrevistados respondeu com imagens associadas a situações específicas como o 11 de Setembro ou o atentado no Bataclan, outros indivíduos remeteram a definição para expressões de cariz religioso, para pessoas específicas relacionadas com atentados e outros para objetos.

Em suma, a maioria dos entrevistados não conseguiu dar uma definição de medo do terrorismo, sendo esta deturpada pelas imagens e mediatismo de certos atentados e figuras do terrorismo. Além do mais, apesar da questão colocada pelo entrevistador ter sido clara ao mencionar “medo do terrorismo”, todos os entrevistados responderam como se tivessem a definir somente terrorismo. Kahneman e Tversky (1973; 1979; Tversky e Kahneman, 1974) justificam essa deturpação na definição dada pelos entrevistados, afirmando que o terrorismo ao desencadear uma emoção tão forte como o medo, as crenças subjetivas sobre o perigo se desviam das avaliações objetivas do risco, e por isso, os efeitos distorcidos do medo sobre o comportamento humano podem ajudar a explicar a resposta “irracional” das pessoas ao terrorismo.

No que diz respeito à possibilidade da existência de um ataque, o grosso dos entrevistados reportaram ter medo do terrorismo pela possibilidade de vir a acontecer um atentado, portanto, o presente estudo sugere que a perceção do medo do terrorismo e medo não se parecem separar. Com efeito, a relação entre medo do crime e perceção do risco tem sido discutida (Furstenberg, 197; Yin, 1980) e o que pode acontecer é que esta relação seja mais forte no terrorismo porque o medo pode ocorrer quando parece mais próximo ou evidente acontecer ou ter acontecido um ataque (Aly & Green, 2010).

Procurou-se, igualmente, perceber se face à potencial insegurança sentida em relação à possibilidade de ataques terroristas, os entrevistados reportariam comportamentos de segurança. Assim, houve entrevistados que relataram tomaram comportamentos de segurança face à possibilidade de um ataque terrorista. Aqui, podemos ver que a dimensão

comportamental existente no construto do sentimento de insegurança relativo ao crime extravasa para o sentimento de insegurança em relação ao terrorismo. Os entrevistados reportaram não alterar as suas atividades do quotidiano, contudo, reportam que estão mais alerta e atentos, ao ponto de se tiverem de escolher um local para passar férias, vão ter em linha de conta se este sofreu ou não recentemente um atentado. A verdade é que os eventos relacionados ao terrorismo que ocorreram recentemente em diversas cidades como Sydney (Austrália), Paris (França), Manchester (Reino Unido) e Tunis (Tunísia) (todas capitais, exceto Manchester), resultou em mortes de civis e turistas inocentes que provavelmente afetarão o comportamento de viagens dos turistas em todo o mundo (Walters, Wallin & Hartley, 2019). Walters *et al.* (2019) conclui que os comportamentos de escolha dos turistas são de facto influenciados pelo nível de ameaça terrorista apresentado por um destino turístico internacional, os resultados demonstram que os turistas têm uma tendência maior de não viajar à medida que o nível de ameaça terrorista aumenta.

Em suma, os sujeitos, quando sentem a sua segurança ameaçada, aumentam a sua atenção para os contextos que os circunscrevem. Como Breckenridge & Zimbardo (2007) afirmam, a perceção dos riscos não é exclusivamente emocional, pois também depende da “*nossa habilidade para projetar no futuro implicações com base no nosso entendimento das circunstâncias presentes*” (*idem*, 2007. p. 125).

Atinente aos *mass media*, estes mostraram ser um fator relevante para explicar a perceção de experiências de insegurança face ao terrorismo. Em primeiro lugar, constatou-se que as notícias têm um papel importante no quotidiano dos sujeitos, desde logo por a maioria da amostra ter reportado hábitos de consumo de notícias, em grosso modo via TV. Um dado curioso foi o facto de metade da amostra afirmar que também consome notícias nas redes sociais e online. Tal como Breckenridge & Zimbardo (2007) afirmam, a Internet começou a ter um papel importante, se não o principal na propagação da mensagem.

Apesar disso, a televisão tem sido a fonte dos *mass media* com maior destaque, uma vez que se caracteriza por divulgar informações de forma mais simples e por ser difusora da imagem (Biernatzki, 2001 ). A imagem – via foto e/ou vídeos – para alguns entrevistados mostrou ser um modo de propagação de terror nas pessoas, e de ajuda à mensagem dos próprios terroristas (Martin, 2015; Surrete, 2010). Isto vai de encontro ao ponto de vista de Walter Laqueur, que afirma que os *mass media* “*são os melhores amigos dos terroristas*”, uma vez que estes os ajudam a passar a mensagem da causa terrorista através da noticiabilidade e publicidade dos atentados (Laqueur, 1976, p. 104 *cit in* Farnen, 1990, p. 105).

Aliado a tudo isso, alguns entrevistados também afirmaram que as imagens relacionadas com os ataques terroristas, pelo facto de serem chocantes e de cariz violento, fazem com que sintam que estão no local dos atentados e que sintam o pânico vivido pelas vítimas diretas. Portanto, a vitimação indireta ou vicariante (Bennett, 1990) também é sentida pelos sujeitos que veem notícias sobre o terrorismo. Logo, a tese da vitimação usada para explicar o medo do crime, parece ser adequada também para o medo do terrorismo, uma vez que os sujeitos da amostra não foram vitimados diretamente, mas sentiram compaixão pelas vítimas dos atentados de tal forma, que afirmaram sentir que estavam a ser vítimas como elas.

Outro dado importante de se discutir relacionado com o papel das imagens diz respeito à forma como a amostra “recebeu” a última notícia sobre terrorismo. A maior parte da amostra recebeu as notícias sobre o terrorismo através de imagens, em concreto, pela repetição das mesmas, sendo a televisão o meio de propagação dessas imagens. Portanto, os *mass media* fornecem uma panóplia de significados e imagens que preparam as audiências para certas decisões (Altheide, 2007). Alguns entrevistados acrescentaram, ainda, que há um lado negativo em obtermos as notícias sobre o terrorismo através das imagens, visto estas serem chocantes, com muito impacto, repetitivas e de extrema violência. Aqui, temos presente a teoria da cultivação, que é um modelos teóricos que tem sido usado para explicar a relação entre os *mass media* e o medo do crime. Podemos aplicar esta teoria ao medo do terrorismo, uma vez que esta recai sobre os padrões estáveis, repetitivos e penetrantes de imagens e ideologias que a televisão proporciona (Gerbner & Gross 1976; Shanahan, Shanahan, & Morgan, 1999).

Por fim, a maior parte dos entrevistados mencionou que poderia vir a acontecer um atentado em Portugal, apresentando como justificações o facto de Portugal ser um país pacato, de que o terrorismo é imprevisível e que pode acontecer em qualquer lado. Schmid, (2011) afirma que os terroristas tentam maximizar a incerteza e, consequentemente, a ansiedade. Contudo, houve um grupo de entrevistados que afirmaram que não pensam na possibilidade de acontecer um atentado em Portugal por sermos um país muito pequeno, de pouco interesse económico e pacífico. É neste último ponto que encontramos um paradoxo, uma vez que houve entrevistados a afirmar que o facto de sermos um país pacífico podia facilitar a ocorrência de um ataque.

De facto existe uma panóplia de fatores que leva um país a ser selecionado como alvo, Garrison (2010) afirma que os alvos não são escolhidos de forma aleatória, ao contrário das suas vítimas, e esta imprevisibilidade origina um maior sentimento de insegurança (em

concreto, a uma percepção do risco elevada). Portanto, os alvos são escolhidos precisamente por terem um valor simbólico e/ou económico.

Em suma, podemos verificar que os *mass media* têm um papel poderoso e influente no contexto do terrorismo. São os *media* que ligam o público a eventos que estão a ocorrer do outro lado do mundo. Embora os atos de terrorismo sejam um fenómeno pontual que geralmente ocorre em locais distantes, as descobertas atuais demonstram que os consumidores dos *mass media* têm medo do terrorismo. E, portanto, as pessoas com mais medo tendem a agir com mais cautela e fazem alterações em seu estilo de vida para mitigar riscos potenciais (Williamson *et al.*, 2019).

## **2. Limitações do estudo e pistas para investigações futuras**

Por fim, importa referir as principais limitações da presente investigação, tal como possíveis sugestões para investigações futuras.

Toda a investigação deve preocupar-se com a questão da fiabilidade e validade dos métodos que utiliza, sejam eles quantitativos ou qualitativos. Desta feita, existem três critérios fundamentais empregados nas metodologias qualitativas: 1) objetividade; 2) validade; 3) fidelidade (Steinke, 2004, p. 184). E como referem Morse *et al.* (2001, p.2) “*sem rigor a investigação não tem valor, torna-se uma ficção, e perde a sua utilidade*”, mais, “*os investigadores qualitativos devem recuperar a responsabilidade pela fiabilidade e validade através da implementação de estratégias de verificação integral e corretas durante a condução da própria investigação*” (*idem*, 2001). No que concerne à objetividade da análise de dados qualitativos, esta é reduzida à questão de se saber se dois investigadores chegam aos mesmos resultados tendo em mãos os mesmos dados qualitativos. A objetividade é interpretada como a consistência de significado, isto é, se se confirmar que dois ou mais investigadores independentes analisaram os mesmos dados ou materiais e chegaram às mesmas conclusões, estaremos perante dados objetivos e confiáveis. A fidelidade consiste no grau de consistência com que os casos são atribuídos à mesma categoria por investigadores diferentes ou pelo mesmo investigador em ocasiões diferentes (Hammersley, 1992: 67 *cit in* Silverman, 2001, p.225). Todavia, Kirk e Miller (1986 *cit in* Flick, 2008) afirmam que a fidelidade dos dados e procedimentos no sentido tradicional que resultam das coletas repetidas, é inútil para avaliar dados qualitativos. A repetição idêntica de uma narrativa nas entrevistas é mais um sinal de uma versão “construída”, do que da fidelidade daquilo que foi dito. Não obstante, na presente

investigação a recolha de dados fez-se somente através de um guião de entrevista qualitativa, estando por seu turno, só um investigador. Desta feita, a qualidade do registo e da organização dos dados foi um procedimento fundamental para assegurar a fidelidade – como Kirk e Miller (1986, cit in, Flick, 2008) afirmam, os investigadores qualitativos não podem continuar a dar tanta importância à fidelidade, pois apesar do forte da investigação qualitativa ser a validade das proposições, os resultados ignoram a questão da fidelidade. Assim, para esta ser calculada, basta que investigador científico documente o seu procedimento. Já a validade é a verdade, ou seja, é a medida em que os dados recolhidos pelo investigador representam com precisão os fenómenos sociais a que se referem (Hammersley, 1990: 57 cit in Silverman, 2001, p.232).

Para se aumentar a validade da pesquisa qualitativa, há quem recorra à triangulação, isto é, à combinação de duas ou mais teorias, abordagens teóricas, fontes de dados, métodos de recolha de dados numa mesma pesquisa; sendo que se procura com isso, obter o retrato mais fiel possível da realidade e dos fenómenos a analisar. Se porventura houver contradição entre dois pontos de vistas, quer dizer que há diferenças, e estas podem e devem ser alvo de reflexão que origine a repetição da análise dos dados, que por seu turno, vai ajudar a encontrar uma explicação para as diferenças encontradas (Flick, 2008). No que concerne às dificuldades, começo por elencar a falta de experiência na realização de entrevistas como a principal; e, associado a isso, o nervosismo – principalmente, na primeira entrevista – que terá influenciado a loquacidade da mesma. Tudo isto refletiu-se no cometimento de alguns erros que devem ser evitados, nomeadamente, a falta de espontaneidade por parte do entrevistador (espontaneidade essa, que é esperada neste tipo de entrevista) uma vez que o que proeminou foi a preocupação de seguir o guião, com receio de ficarem questões relevantes para o estudo, por perguntar. O que é certo, é que depois de transcrita a primeira entrevista, sentiu-se de facto que houve temáticas que podiam ter sido mais e melhor exploradas, e como tal, tentou-se colmatar esta dificuldade de “principiante” nas entrevistas seguintes. De ressaltar ainda, que houve questões que foram respondidas por parte dos participantes antes de terem sido colocadas, o que obrigou o entrevistador a saber a priori o seu guião muitíssimo bem e consequentes questões de pesquisa. De facto, isto é deveras importante, porque conjugado com a sensibilidade e empatia do entrevistador possibilita que a entrevista passe a ser uma “conversação” fluída, onde existe retorno por parte do entrevistador àquilo que o entrevistado está a dizer. Em suma, todo este processo exigiu um grande esforço, mas que foi compensado, uma vez que nas entrevistas realizadas posteriormente, verificou-se uma melhoria significativa.



Uma das limitações desta investigação esteve relacionada com o facto de na altura em que foram realizadas as entrevistas, existirem duas notícias que estavam a ter muita atenção mediática o que acabou por influenciar a resposta dos entrevistados. Assim que se notou nas respostas semelhantes por parte dos entrevistados, as entrevistas seguintes foram adiadas para a semana seguinte por forma a não termos dados enviesados.

Ainda, outra limitação identificada foi o facto de a amostra ter sido seleccionada por conveniência no sentido que podiam ter sido escolhidos mais indivíduos de idades diversificadas, sendo que o grosso de idades da amostra recai nos 23 anos. Apesar disso, conseguiu-se assegurar a inclusão de sujeitos com várias idades (21-80 anos para o sexo feminino e 23 e 57 anos para o sexo masculino).

Por fim, numa investigação futura, seria de facto pertinente conciliar a metodologia qualitativa, com a quantitativa visando explorar em profundidade as temáticas abordadas. Também seria interessante estudar as formas de financiamento e combate dos grupos terroristas – sendo de facto importante ter a noção de que o fenómeno “terrorismo” nos dias de hoje, “veste” um formato sinérgico, onde se conjugam problemas tradicionais com novas ameaças (e.g., crime de colarinho branco, crime financeiro, inter alia). A verdade, é que os meios tradicionais de combate ao terrorismo, nos dias que correm, não servem *per se*. A política-criminal e securitária dos Estados (ao nível local e transnacional), deve passar a ter em linha de conta a criminalidade económico-financeira (cada vez mais utilizada pelos grupos de terrorismo) (Perri & Brody, 2011).

### 3. Conclusão

No decorrer desta investigação verifiquei que a literatura não chega a um consenso quanto à definição de terrorismo, o que influencia *a posteriori* a definição de medo do terrorismo, tornando este fenómeno complexo de se estudar. Adicionando, ainda, a falta de unanimidade quanto facto de haver uma relação causal entre a cobertura mediática e a proliferação do terrorismo. Há autores que falam de uma relação simbiótica, embora seja a relação instrumental que mais se destaca. As organizações terroristas manipulam os *mass media* com vista à concretização dos seus objetivos. Esta relação poderá ser atenuada, ou inclusive evitada, caso os *mass media* – focando agora nos jornalistas – pratiquem um jornalismo com ética. Com isto, é importante chamar a atenção para a prática jornalística e aos cuidados a ter em divulgar certos incidentes e, sobretudo, na forma como estes são divulgados. Importa

também referir as reações ao fenómeno do terrorismo, essencialmente, o medo e como os *mass media* desempenham um papel fulcral na alimentação dos medos coletivos e públicos. Desta feita, o que se tem de procurar fazer, é evitar que um ato pontual e de “violência cirúrgica” (Dadoun, 1998) se prolifere por todo o corpo social estimulando um clima de terror (e.g. ataques de Paris de 2015, mais recente, os atentados na Catalunha em 2017, e a cobertura intensiva e extensiva pelos canais televisivos), e indiretamente difundindo o próprio terrorismo ou o desrespeito pelas liberdades e garantias individuais.

Atinente aos estudos, chegamos a conclusões diversas: os resultados do estudo de Slone (2000) fornecem suporte para o argumento de que os meios de comunicação têm um impacto sobre o bem-estar psicológico dos espectadores. Já no estudo de Altheide (2004) foram os *mass media* e a cultura popular que definiram os ataques aos EUA, como um ataque à cultura americana, exaltando também uma identidade coletiva sustentada no marketing, no consumismo e no medo. Em outro estudo de Altheide (2006) o terrorismo encontra-se incutido num público que já está habituado ao discurso do medo e esse discurso é um elemento-chave dos medos sociais. Portanto, o medo é percebido pelo público quer como crime, quer como terrorismo.

Os resultados deste estudo leva-nos a afirmar que a insegurança reportada pelos sujeitos não se esgota no crime ou na possibilidade de serem vítimas de crime, uma vez que foram vários os indivíduos a identificaram situações do dia-a-dia onde a insegurança também tinha uma expressão nessas atividades, portanto, a insegurança sentida por estes entrevistados vai para além da possibilidade de vitimação (Farrall et al., 2009; Jackson, 2004; Pleysier & Cops, 2015).

Ter medo do terrorismo passa pela possibilidade de vir a acontecer um atentado. Portanto, a perceção do risco e o medo do terrorismo não se parecem separar, uma vez que esta relação parece ser mais forte no terrorismo porque o medo pode ocorrer quando parece mais próximo ou evidente acontecer ou ter acontecido um ataque.

Conclui-se que os *mass media* em geral, e as notícias sobre o terrorismo em particular, criam impacto nos sujeitos. As notícias mostraram ter um papel importante, principalmente as propagadas via TV através das imagens. As imagens mostraram exercer um papel importante no modo de propagação de terror e pânico nos sujeitos (Martin, 2015; Surrete, 2010), fazendo com que estes se sintam vítimas indiretas quando visualizam imagens de eventos terrorista (Bennett, 1990). Desta feita, o consumo exacerbado das mensagens dos *media* e a visualização exagerada das imagens que estes proliferam, origina uma distorção na visão que a audiência

tem sobre o mundo, influenciando-a ao nível cognitivo e emocional (Gerbner & Gross, 1976).

## Bibliografia

1. Abadinsky, H. (2012). *Organized crime*. Cengage Learning.
2. Agra, C., & Kuhn, A. (2010). Somos todos criminosos. *Alfragide, Casa das Letras*.
3. Ahmed, R. (2018). Terrorist Group Types and Tactic Choice. *Journal of Applied Security Research*, 13(1), 89-110.
4. Altheide, D. L. (2004). "Consuming terrorism." *Symbolic Interaction* 27(3): 289-308.
5. Altheide, D. L. (2006). Terrorism and the Politics of Fear. *Cultural Studies? Critical Methodologies*, 6(4), 415-439.
6. Altheide, D. L. (2007). The *mass media* and terrorism. *Discourse & Communication*, 1(3), 287-308.
7. Alves, C. (2008). Em busca de uma Sociologia da Polícia. Lisboa: Edição da Guarda Nacional Republicana
8. Aly & Green (2010). Fear, anxiety and the state of terror. *Studies in Conflict & Terrorism*, 33(3), 268-281.
9. Aly, A., & Balnaves, M. (2007). "They want us to be Afraid" Developing a Metric for the Fear of Terrorism. *International Journal of Diversity in Organisations, Communities and Nations*, 66, 113-122.
10. Andress, D. (2012). The course of the Terror, 1793–94. A companion to the French revolution, 293-309.
11. Baczkó, B. (1994). *Ending the Terror: The French Revolution after Robespierre*. Cambridge University Press.
12. Becker, G. S., & Rubinstein, Y. (2004). Fear and the response to terrorism: an economic analysis. *University of Chicago mimeo*, 93.
13. Benjamin, W. (2009). *One-way street and other writings* (Vol. 966). Penguin UK.
14. Bennett, T. (1990). Tackling fear of crime. *Home Office Research Bulletin*, 28, 14-19.
15. Berger, A. (1995). *Essentials of Mass Communication Theory*. Thousand Oaks, California: Sage Publications
16. Biernatzki, W. E. (2001). Terrorism and mass media. *Communication Research Trends*, 21(1).
17. Borum, R. (2017). The etiology of radicalization. *The handbook of the criminology of terrorism*, 218-19.
18. Braun, V. e Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101.

19. Breckenridge, J. N., & Zimbardo, P. G. (2007). *The Strategy of Terrorism and the Psychology of Mass-Mediated Fear*. Em B. Bongar, L. M. Brown, L. E. Beutler, J. N.
20. Chadee, D. & Ditton, J. (2003). Are older people most afraid of crime? Revisiting Ferraro and LaGrange in Trinidad. *British Journal of Criminology*, 43(2), 417-433.
21. Chiricos, T., Padgett, K., & Gertz, M. (2000). Fear, TV news, and the reality of crime. *Criminology*, 38(3), 755-786.
22. Chong, D., & Druckman, J. N. (2007). A theory of framing and opinion formation in competitive elite environments. *Journal of Communication*, 57(1), 99-118.
23. Claridge, D. (1996). State terrorism? Applying a definitional model. *Terrorism and Political Violence*, 8(3), 47-63.
24. Clarke, R. V. G., & Newman, G. R. (2006). *Outsmarting the terrorists*. Greenwood Publishing Group.
25. Cooper, H. H. (2001). Terrorism: The problem of definition revisited. *American Behavioral Scientist*, 44(6), 881-893.
26. Dadoun, R. (1998). *A Violência*. Mem Martins, Portugal: Publicações Europa-América.
27. Dillinger, J. (2006). Organized arson as a political crime. The construction of a «terrorist» menace in the early modern period. *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History & Societies*, 10(2), 101-121.
28. Dorland, W. (2007). Dorland's medical dictionary for health consumers. *Saunders, an imprint of Elsevier*.
29. DuBow, F., McCabe, E., e Kaplan, G. (1979). *Reactions to crime: a critical review of the literature*. U.S. Department of Justice, Washington D.C.
30. Edwards, R. and J. Holland (2013). *What is qualitative interviewing?*, A&C Black.
31. Elman, C. (2005). Explanatory typologies in qualitative studies of international politics. *International organization*, 59(2), 293-326.
32. Enders, W., & Sandler, T. (2000). Is transnational terrorism becoming more threatening? A time-series investigation. *Journal of Conflict Resolution*, 44(3), 307-332.
33. Eschholz, S., Chiricos, T., & Gertz, M. (2003). Television and fear of crime: Program types, audience traits, and the mediating effect of perceived neighborhood racial composition. *Social problems*, 50(3), 395-415.
34. Farnen, R. F. (1990). Terrorism and the mass media: A systemic analysis of a symbiotic process. *Studies in Conflict & Terrorism*, 13(2), 99-143.

35. Farrall, S. D., Jackson, J., & Gray, E. (2009). *Social order and the fear of crime in contemporary times*. Oxford University Press.
36. Ferraro, K. (1995). *Fear of crime: interpreting the victimization risk*. New York: State University of New York Press.
37. Ferraro, K. F. (1996). *Women's fear of victimization: Shadow of sexual assault?*. *Social forces*, 75(2), 667-690.
38. Ferraro, K. F., & Grange, R. L. (1987). *The measurement of fear of crime*. *Sociological inquiry*, 57(1), 70-97.
39. Flick, U. (2005). "*Métodos qualitativos na investigação científica* (Pereira, trad.). Lisboa: Monitor. Instituto de Segurança Social (2004)." O estudo dos sem-abrigo.
40. Flick, U. (2008). *Managing quality in qualitative research*, Sage.
41. Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research*, Sage.
42. Fonseca, E. (1998). *Representação social da insegurança: crime e crise*, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, tese de mestrado em Psicologia Social
43. Frey, B. S., Luechinger, S., & Stutzer, A. (2007). Calculating tragedy: Assessing the costs of terrorism. *Journal of Economic Surveys*, 21(1), 1-24.
44. Friedrichs, J. (2006). Defining the international public enemy: the political struggle behind the legal debate on international terrorism. *Leiden Journal of International Law*, 19(1), 69-91.
45. Furstenberg, F. F. (1971). "Public reaction to crime in the streets." *The American Scholar*: 601-610.
46. Gabriel, U. and W. Greve (2003). "*The psychology of fear of crime. Conceptual and methodological perspectives*." *British journal of criminology* 43(3): 600-614.
47. Garofalo, J. (1977). *Public opinion about crime: The attitudes of victims and nonvictims in selected cities* (Vol. 1). US Department of Justice, Law Enforcement Assistance Administration, National Criminal Justice Information and Statistics Service.
48. Garofalo, J. (1981). "*The fear of crime: Causes and consequences*." *The Journal of Criminal Law and Criminology* (1973-) 72(2): 839-857.
49. Garrison, A. (2010). Terrorism: The nature of its history. *Criminal Justice Studies*, 39-52.
50. Gerbner, G., & Gross, L. (1976). Living with television: The violence profile. *Journal of communication*, 26(2), 172-199.

51. Gerbner, G., Gross, L., Morgan, M., & Signorielli, N. (1980). The “mainstreaming” of America: Violence profile no. 11. *Journal of communication*, 30(3), 10-29.
52. Gomme (1988). *The role of experience in the production of fear of crime: a test of a causal model*. Canadian Journal of Criminology, 30(1), 67-76.
53. Grabosky, P. N. (1995). “*Fear of crime, and fear reduction strategies.*” Current Issues Crim. Just. 7: 7.
54. Gray, J. A. (1987). *The psychology of fear and stress* (Vol. 5). CUP Archive.
55. Greene, A. (2017). Defining terrorism: one size fits all?. *International & Comparative Law Quarterly*, 66(2), 411-440
56. Guedes, I. (2012). “*Sentimento de insegurança, personalidade e emoções disposicionais: que relações?*”.
57. Guedes, I. (2017). *Medo do crime: emergência, reações emocionais e discursos. Contributos para a utilização da multi-metodologias.*
58. Hale, C. (1996). Fear of crime: A review of the literature. *International review of Victimology*, 4(2), 79-150.
59. Hildreth, J. (2015). *Fear in the world of social media*. Requirements for the degree of Master of Arts in Criminology and Criminal Justice. University of Texas: EUA.
60. Hirtenlehner, H. (2008). Vulnerability – Mediating the perceived risk – Fear of victimization – Linkage? Testing a transactional theory of fear of crime using data from Australia. In Kury, H. (Ed.), *Fear of Crime – Punitivity. New developments in theory and research* (pp.107-126) . Bochum: Universitätsverlag Dr. N. Brockmeyer.
61. Iyengar, S. (1990). Framing responsibility for political issues: The case of poverty. *Political behavior*, 12(1), 19-40.
62. Jackson, J. (2004). *Experience and expression: social and cultural significance in the fear of crime*. British Journal of Criminology, 44(6), 946-966.
63. Jacob, S. A. and S. P. Furgerson (2012). “*Writing interview protocols and conducting interviews: Tips for students new to the field of qualitative research.*” The Qualitative Report 17(42): 1-10.
64. Jetter, M. (2014). “Terrorism and the Media.” Browser Download This Paper.
65. Jetter, M. (2017). “Terrorism and the Media: The Effect of US Television Coverage on Al-Qaeda Attacks.”
66. Jewkes, Y. (2004). Theorizing media and crime In Jewkes, Y. (ed). *Media and Crime* pp. 7-38). CA: Sage Publications,.

67. Johnson Jr, E. (1962). Organized crime: Challenge to the American legal system. *J. Crim. L. Criminology & Police Sci.*, 53, 399.
68. Jongman, A. J. (2017). *Political terrorism: A new guide to actors, authors, concepts, data bases, theories, and literature*. Routledge.
69. Kahneman, D., & Tversky, A. (1973). On the psychology of prediction. *Psychological review*, 80(4), 237.
70. Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect Theory: An Analysis of Decision Under Risk, *Econometrica*, 47: 263—91.
71. Koh, Harold Hongju. 2002. “*Preserving American Values: The Challenge at Home and Abroad*.” In Talbot and Chanda 2002: 143-169.
72. Laqueur, W. (2001). *A history of terrorism* [1977 ed. with a new introduction by the author]. New Brunswick.
73. Laqueur, W. (2004). The terrorism to come. *Policy Review*, 126, 49-64.
74. Leech, B. L. (2002). “*Asking questions: techniques for semistructured interviews*.” *Political Science & Politics* 35(04): 665-668.
75. Leggett, T. (2019). 36 Probing the “Nexus” between Organized Crime and Terrorism. *International and Transnational Crime and Justice*, 216.
76. Lupton, D. (1999), ‘Dangerous Places and the Unpredictable Stranger’. Australian and
77. Marsden, S. V., & Schmid, A. P. (2011). *Typologies of terrorism and political violence*. Routledge Handbooks Online.
78. Martin, G. (2015). Chapter 11: The Information Battleground: Terrorist Violence and the Role of the Media. Em G. Martin, *Understanding Terrorism: Challenges, Perspectives, and Issues* (5 ed., pp. 304-315). California State University, Dominguez Hills: SAGE Publications, Inc.
79. Martin, G. (2017). *Understanding terrorism: Challenges, perspectives, and issues*. SAGE publications.
80. Martyn, A. (2002). *The right of self-defence under International Law: The response to the terrorist attacks of 11 September*. Department of the Parliamentary Library.
81. Mason, J. (2002). *Qualitative researching*, Sage.
82. Matusitz, J. (2013). *Terrorism and communication*. Sage.
83. Mesch, G. S. (2000). Perceptions of risk, lifestyle activities, and fear of crime. *Deviant Behavior*, 21(1), 47-62.



84. Miethe, T. D., & Lee, G. R. (1984). Fear of crime among older people: A reassessment of the predictive power of crime-related factors. *Sociological Quarterly*, 25(3), 397-415.
85. Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative data analysis: An expanded sourcebook*. Sage.
86. Millington, C. (2018). Were we terrorists? History, terrorism, and the French Resistance. *History Compass*, 16(2), e12440.
87. Montolio, D. and S. Planells-Struse (2014). "When police patrols matter. The effect of police proximity on citizens' crime risk perception." *Journal of Economic Psychology* 50: 73-93.
88. Morse, J. M., et al. (2002). "Verification strategies for establishing reliability and validity in qualitative research." *International journal of qualitative methods* 1(2): 13-22.
89. Nasar, J. L. (2008). *Assessing perceptions of environments for active living*. *American journal of preventive medicine*, 34(4), 357-363.
90. National Crime Prevention Council (2000). Working with the media. *Youth in Action Bulletin*, 14, 1-8. *New Zealand Journal of Criminology*, 32, 1-15.
91. Perri, F. S., & Brody, R. G. (2011). The dark triad: organized crime, terror and fraud. *Journal of Money Laundering Control*, 14(1), 44-59.
92. Pleysier, S., & Cops, D. (2015). *Fear of Crime as a 'Sponge': Toward a More Dynamic Understanding of the Relationship Between Generalized Social Attitudes and Fear of Crime*. In *Psychology of Fear, Crime and the Media* (pp. 19-37). Psychology Press.
93. Ponsaers, P., Shapland, J., Williams, C., & Williams, C. C. (2008). *Does the informal economy link to organised crime?*. *International Journal of Social Economics*.
94. Potter, W. J. (2014). A critical analysis of cultivation theory. *Journal of communication*, 64(6), 1015-1036.
95. Quivy, R. and L. Van Campenhoudt (1998). "Manual de investigação em ciências sociais."
96. Rapport, M. (2015). The French Revolution and early European revolutionary terrorism. In *The Routledge history of terrorism*. Routledge.
97. Robert, P. (2002). *O cidadão, o Crime e o Estado*. Lisboa: Editorial Notícias
98. Rubin, A. M., Haridakis, P., Hullman, G., Sun, S., Chikombero, P. M., & Pornsakulvanich, V. (2003). *Television exposure not predictive of terrorism fear*. *Newspaper Research Journal*, 24, 128-145.
99. Rubin, H. J. and I. S. Rubin (2011). *Qualitative interviewing: The art of hearing data*, Sage.

100. Russo, S., & Roccato, M. (2010). How long does victimization foster fear of crime? A longitudinal study. *Journal of Community Psychology*, 38(8), 960-974.
101. Sacco, V. F. (1982). The effects of *mass media* on perceptions of crime: A reanalysis of the issues. *Pacific Sociological Review*, 25(4), 475-493.
102. Schmid, A. (2004a). Terrorism-the definitional problem. *Case W. Res. J. Int'l L.*, 36, 375.
103. Schmid, A. P. (2004b). Frameworks for conceptualising terrorism. *Terrorism and political violence*, 16(2), 197-221.
104. Schmid, A. P. (Ed.). (2011). *The Routledge handbook of terrorism research*. Taylor & Francis.
105. Shanahan, J., Shanahan, J., & Morgan, M. (1999). *Television and its viewers: Cultivation theory and research*. Cambridge university press.
106. Silverman, D. (2001). *Interpreting qualitative data: Methods for analyzing talk, text and interaction*, Sage.
107. Silverman, D. and A. Marvasti (2008). *Doing qualitative research: A comprehensive guide*, Sage.
108. Skogan, W. (1987). The impact of victimization on fear. *Crime & Delinquency*, 33(1), 135-154.
109. Skogan, W. (1993). *The various meanings of fear*. In Bilsky, W., Pfeiffer, C., e Wetzels, P. (Eds.), *Fear of crime and criminal victimization* (pp. 131-140). Stuttgart: Enke.
110. Skogan, W. (1996). *Evaluating problem-solving policing*. Paper prepared for the international conference, Problem-solving policing as crime prevention, Stockholm, Sweden.
111. Skogan, W. (1999). *Measuring What Matters: Crime, Disorder and Fear*. In Lanworthy, R. (Ed.), *Measuring What Matters: Proceedings from the Policing Research Institute Meetings*. Research Report. Washington, DC: U.S. Department of Justice, National Institute of Justice and Office of Community Oriented Policing Services.
112. Slone, M. (2000). Responses to Media Coverage of Terrorism. *Journal of conflict resolution*, 508-522.
113. Smith Jr, D. C. (1971). *Some things that may be more important to understand about organized crime than Cosa Nostra*. *U. Fla. L. Rev.*, 24, 1.
114. Steinke, I. (2004). "Quality criteria in qualitative research." A companion to qualitative research: 184-190.
115. Surette, R. (2010). *Media, crime, and criminal justice*. Nelson Education.

116. Sutton, R. M., Farrall, S. (2005). Gender, socially desirable responding and the fear of crime: are women really more anxious about crime? *British Journal of Criminology*, 45(2), 212-224.
117. Tilly, C. (2004). Observations of social processes and their formal representations. *Sociological Theory*, 22(4), 595-602.
118. Vriens, E. (2012). Inciting fear for terrorism: a critical review of current counter-terrorism policies and how they increase fear. *Social Cosmos*, 3(1), 111-117.
119. Walsh, J. I. (2010). Media attention to terrorist attacks: Causes and consequences. *Institute for Homeland Security Solutions, Research Brief*.
120. Walters, G., Wallin, A., & Hartley, N. (2019). *The threat of terrorism and tourist choice behavior*. *Journal of Travel Research*, 58(3), 370-382.
121. Warr, M. (1984). Fear of victimization: why are woman and the elderly more afraid? *Social Science Quarterly*, 65(3), 681-702.
122. Warr, M. (2000). "Fear of crime in the United States: Avenues for research and policy." *Criminal justice* 4(4): 451-489.
123. Weaver, J., & Wakshlag, J. (1986). *Perceived vulnerability to crime, criminal victimization experience, and television viewing*.
124. Weitzer, R., & Kubrin, C. E. (2004). Breaking news: How local TV news and real-world conditions affect fear of crime. *Justice Quarterly*, 21(3), 497-520.
125. Wilkinson, P. (1977a). *Terrorism and the liberal state*. Halsted.
126. Wilkinson, P. (1997b). *The media and terrorism: A reassessment. Terrorism and political violence*, 9(2), 51-64.
127. Williamson, H., Fay, S., & Miles-Johnson, T. (2019). *Fear of terrorism: media exposure and subjective fear of attack*. *Global Crime*, 20(1), 1-25.
128. Yin, P. P. (1980). *Fear of crime among the elderly: Some issues and suggestions. Social problems*, 27(4), 492-504.
129. Ziegler, R. & Mitchell, D. (2003). Aging and fear of crime: an experimental approach to an apparent paradox. *Experimental Aging Research*, 29, 173-187.

### **Legislação consultada**

Ley Orgánica 2/2015 de 30 de março, artigo 573.

Lei de Combate ao Terrorismo – Lei nº52/2003 de 22 agosto.

## Anexos

### Anexo 1 – Guião de entrevista

CATEGORIA PRINCIPAL	SUBDIMENSÕES	EXEMPLOS DE QUESTÕES
Mass Media (Hábitos dos sujeitos)	<ol style="list-style-type: none"> <li>Hábito de consumo de notícias                             <ol style="list-style-type: none"> <li>As fontes associadas</li> <li>Frequência de leitura de notícias</li> </ol> </li> <li>Visão geral dos <i>mass media</i></li> <li>A procura de notícias/informação pelos indivíduos</li> <li>O tipo de notícias</li> <li>Impacto que as notícias têm no leitor e por consequência no medo</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li><i>Tem por hábito ver/ler notícias?</i> <ol style="list-style-type: none"> <li><i>“Onde é que costuma ler/ver notícias?”</i></li> <li><i>“Com que frequência lê notícias?”</i></li> </ol> </li> <li><i>“Em geral o que pensa sobre as notícias que passam na televisão/ das notícias de jornal/ daquilo que ouve no rádio, do que lê online?”</i></li> <li><i>“Quando está nas redes sociais, tem por hábito procurar notícias?”</i></li> <li><i>“Que assuntos o motivam a ler/ver mais certas notícias que outras?”</i> <ol style="list-style-type: none"> <li><i>Que notícias são essas, pode-me dar algum exemplo recente?” explorando com:</i></li> <li><i>“Que razões acha que o motivam a ler/ver mais essas?”</i></li> </ol> </li> <li>Alternativa: <i>“Recentemente, alguma notícia mexeu consigo?”</i> <ol style="list-style-type: none"> <li><i>O que pensou sobre isso? / O que sentiu?</i></li> <li><i>Costuma falar desse tipo de notícias com os seus amigos/vizinhos?</i></li> </ol> </li> </ol>

Medo Geral	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Perceber se as pessoas experimentaram medo.</li> <li>2. Entender que tipo de crimes fazem com que se sintam mais amedrontados.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>“Alguma vez lhe fizeram mal?...Quero com isto dizer, alguma vez a/o magoaram, lhe retiraram algo que era seu ou enganaram de modo a roubar-lhe algo, ou outro acontecimento do género?”</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. <i>Se sim, pode contar-me como foi essa experiência?</i></li> <li>1.2. <i>Se não, perguntar se algum amigo ou familiar foi vítima de algum crime.</i></li> </ol> </li> <li>2. <i>“Depois dessa experiência, alguma vez sentiu medo?” ou “Depois dessa experiência, alguma coisa mudou na sua vida?”</i></li> <li>3. <i>“O que é que mais teme que lhe possa acontecer na vida?” ou “O que é que mais receia/teme que alguém lhe possa vir a fazer?”</i></li> </ol>
Significados de Insegurança	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Descrição do que é a insegurança.</li> <li>2. Perceção de como é que as diferentes dimensões de se ser inseguro são relatadas pelos sujeitos. <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Entender como é que os sujeitos relatam as suas experiências de insegurança.</li> </ol> </li> <li>3. Expressões usadas pelos sujeitos para designar medo do terrorismo.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>“O que é para si sentir-se inseguro?” ou “Alguma vez se sentiu inseguro? “O que é que o/a faz sentir inseguro?”</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. <i>Pode-me falar sobre a última experiência em que sentiu inseguro?</i></li> </ol> </li> <li>2. <i>Na sua perspetiva porque é que essa experiência/episódio o/a faz sentir assim?</i></li> <li>3. <i>“Se eu disser ‘<u>medo do terrorismo</u>’...Quais são as primeiras imagens/coisas/palavras que lhe vêm à cabeça?”</i></li> </ol>

Medo do Terrorismo	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Perceber as narrativas individuais de medo do terrorismo</li> <li>2. Entender como é que os sujeitos se sentiram face a alguns eventos concretos (11 de Set.; Ataques de Paris, etc.).</li> <li>3. Entender os sentimentos durante e após a visualização de acontecimentos/atos terroristas.</li> <li>4. Que situações, que tipo de pessoas os fazem sentir medo (figuras do medo – ligadas ao medo do terrorismo – após uma ataque)</li> <li>5. Perceber como é que a perceção sobre o terrorismo afeta os comportamentos de segurança e as rotinas dos indivíduos</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>“O que é para si ter medo?”</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. <i>“Sente medo do terrorismo? Pode-me falar um pouco mais desse medo?”</i></li> </ol> </li> <li>2. <i>“Como se sentiu após ter conhecimento (através das notícias) dos ataques do 11 de Set.; ataques de Paris, etc.?”</i></li> <li>3. <i>“O que sentiu durante a visualização de ataques terrorista?”</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. <i>“E após a visualização de ataques terrorista?”</i></li> </ol> </li> <li>4. <i>“É normal, tendo em conta as situações do mundo atual que às vezes nos assustemos e pensemos que vamos estar perante um ataque terrorista... Alguma vez pensou que estava perante um terrorista (ou que tinha visto um)? Se sim, quais eram as características dessa pessoa?”</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>4.1. <i>“Alguma vez pensou que iria acontecer um ataque terrorista? Pode-me contar essa situação?”</i> (ou então extrapolar isto para outra pessoa <i>“sabe de alguma pessoa que alguma vez passou por isto?”</i>)</li> </ol> </li> <li>5. <i>“Por exemplo, após os atentados de Paris, alterou a sua rotina?”</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>5.1. <i>“Tomou algum tipo de precaução? Se sim, qual/quais?”</i></li> <li>5.2. Se necessário introduzir exemplo: <i>“Quando anda de transportes públicos, em praças, aeroportos, eventos de massas, sente-se seguro?”</i></li> </ol> </li> </ol>
--------------------	--	--

<p><i>Mass media e Terrorismo</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Situar os entrevistados entre as notícias e medo do terrorismo</li> <li>2. Rigorosidade quanto às notícias sobre o terrorismo.</li> <li>3. Exagero, ênfase e credibilidade dos <i>mass media</i>.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>As notícias sobre o terrorismo têm impacto em si/mexem consigo? Pode descrever-me o que sente?</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. <i>Essas notícias tiveram algum impacto/influência no seu dia-a-dia/rotina?</i></li> </ol> </li> <li>2. <i>“Pode dizer-me o que é que entende por uma notícia de qualidade?”</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. <i>O que pensa sobre a qualidade do conteúdo que lê/vê nas notícias?”</i></li> </ol> </li> <li>3. <i>“Para si, as notícias sobre o terrorismo são fidedignas? Confia nelas?”</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. <i>“Acha que o conteúdo das notícias corresponde à realidade?”</i></li> <li>3.2. <i>“Tendo em conta as notícias a que já teve acesso sobre o terrorismo, acha que os media têm algum(ns) objetivo(s) na cobertura destas notícias?”</i></li> <li>3.3. <i>“Pode-me descrever qual a forma como os media relataram a última notícia de terrorismo a que teve a acesso? O que pensa dessa forma de passar a informação?”</i></li> </ol> </li> </ol>
---------------------------------------	--	--